

JOSÉ DILSON VASCONCELOS DE MENEZES

GOTAS DE HISTÓRIA DA ODONTOLOGIA

Decreto nº 9311 - de 25 de outubro de 1884 - Da novos Estatutos às Faculdades de Medicina.

Usando da autorização concedida pelo art. 2º, § 7º da Lei nº 3141 de 30 de outubro de 1882: Hei por bem que nas Faculdades de Medicina do Império se observem os novos Estatutos que com este baixam, assinados por Philippe Franco de Sá, do Meu Conselho, Senador do Império, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, que assim o tenha entendido e faça executar.

Palácio do Rio de Janeiro em 25 de outubro de 1884, 63ª da Independência e do Império.

Com a rubrica de Sua Magestade, o Imperador

Philippe Franco de Sá

Estatutos das Faculdades de Medicina, a que se refere o Decreto nº 9311 desta data

Art. 1º - Cada uma das faculdades de Medicina do Império se designará pelo nome da cidade em que tiver assento; será regida por um Diretor e pela Congregação dos Lentes, e se comporá de um curso de sciencias medicas e cirurgicas e de três cursos anexos: o de pharmacia, o de obstetricia e gynecologia e o de odontologia.


Imprensa
Universitária
UFC


EDIÇÕES
UFC



Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação
Milton Ribeiro



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

Reitor

Prof. José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque

Vice-Reitor

Prof. José Glauco Lobo Filho

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Prof. Almir Bittencourt da Silva



IMPrensa UNIVERSITÁRIA

Diretor

Joaquim Melo de Albuquerque

CONSELHO EDITORIAL DA UFC

Presidente

Prof. Paulo Elpídio de Menezes Neto

Conselheiros

Prof. Jorge Herbert Soares de Lira

Joaquim Melo de Albuquerque

Felipe Ferreira da Silva

Maria Pinheiro Pessoa de Andrade

Prof. Paulo Rogério Faustino Matos

Prof^ª. Sueli Maria de Araújo Cavalcante

Prof^ª. Ana Fátima Carvalho Fernandes

Prof. Guilherme Diniz Irffi

Autor

José Dilson Vasconcelos de Menezes

Organizadores

Adriano Queiroz de Menezes
Vanessa Maria Menezes Thiers
Clarissa Maria Menezes Thiers
Gregório Magno Viana Oliveira

GOTAS DE HISTÓRIA DA ODONTOLOGIA



Fortaleza
2021

Gotas de história da odontologia

Copyright©2021 by Autor José Dilson Vasconcelos de Menezes. Organização Adriano Queiroz de Menezes, Vanessa Maria Menezes Thiers, Clarissa Maria Menezes Thiers, Gregório Magno Viana Oliveira. Todos os direitos reservados

Impresso no Brasil/printed In Brazil

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará(UFC)

Av. da Universidade, 2932, fundos – Benfica – Fortaleza –Ceará

Coordenação editorial

Ivanaldo Maciel de Lima

Revisão de texto

Leonora Vale de Albuquerque

Normalização bibliográfica

Perpétua Socorro Tavares Guimarães

Diagramação

Adilton Lima Ribeiro

Programação Capa

Valdiano Araújo Macêdo

Ficha Catalográfica

Bibliotecária: Perpétua Socorro Tavares Guimarães-CRB 3 801-98

M 543 g Menezes, José Dilson Vasconcelos

Gotas de história da odontologia/ José Dilson Vasconcelos Menezes. Organização de Adriano Queiroz de Menezes, Vanessa Maria Menezes Thiers, Clarissa Maria Menezes Thiers, Gregório Magno Viana Oliveira. - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2021.

3.320Kb.

ISBN: 978-65-88492-71-0

DOI: 10.51996/9786588492710

1. Odontologia 2. História da odontologia I. Menezes, Adriano Queiroz de. II. Thiers, Vanessa Maria Menezes. III. Thiers, Clarissa Maria Menezes. IV. Oliveira, Gregório Magno Viana. V. Título.

CDD: 617

Revisão do texto original

Prof. Vianney Mesquita

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Agradeço a Deus pelo Dom de minha vida, ao meus pais Josita e Demóstenes, que me ensinaram que o amor está acima de tudo.

À minha amada esposa e companheira Lenira, que esteve ao meu lado por 58 anos. Aos meus filhos Valeska, Dilson Jr., Alexandre (*In Memoriam*), Adriano e Vanessa, aos genros, noras e netos que me apoiam e me cercam de carinho, todos os dias.

RECONHECIMENTO AO MÉRITO

Na década de 1950 o ensino odontológico, nas 32 Faculdades existentes, era deficiente.

Os Professores Paulino Guimarães Jr., Cláudio Ferreira de Mello e Edrízio Barbosa Pinto, instituindo a Associação Brasileira de Ensino Odontológico – ABENO e provendo-a dos recursos necessários à atualização de docentes em centros de excelência, promoveram a melhoria do padrão de ensino e, em decorrência, elevaram o conceito da profissão.

Sumário

Prefácio.....	9
Memória – Gotas de História da Odontologia	11
Pierre Fauchard – O Pai da Odontologia Moderna	14
Esforço biográfico do Visconde de Saboia - Responsável pela instituição do Ensino Odontológico no Brasil.....	18
Professor Paulino Guimarães Jr.....	23
Relevante Contribuição do Professor Claudio Ferreira de Mello à Odontologia	31
A Odontologia Perdeu Um Grande Líder	35
Francisco de Sá Roriz e sua Contribuição ao Ensino de Odontologia no Ceará.....	39
Sérvulo Mendes Barroso o Pioneiro da Cirurgia Bucamaxilofacial no Ceará.....	44
Restabelecimento da Verdade Histórica.....	48
O Símbolo da Odontologia	53
Cirurgião-Dentista, Pessoa Habilitada Profissional e Legalmente ao Exercício da Odontologia	55
Licenciamento de Dentistas Práticos.....	57
O Primeiro Código de Ética Odontológica	60
Asociación Latinoamericana de Facultades de Odontologia – ALAFO	63
Instituição da Associação Brasileira de Ensino Odontológico – ABENO	70
Associação Nordestina e Nortista de Ensino Odontológico ANENNO	75

A Instituição do Conselho Federal e dos Colegiados Regionais de Odontologia.....	79
Especialidades Odontológicas	84
Academia Brasileira de Odontologia.....	87
Sociedade Brasileira de Dentistas Escritores.....	96
Academia Cearense de Odontologia	100
Academia Cearense de Odontologia – Congressos e Jornadas	104
Centro de Educação Continuada.....	110
Comissão Nacional de Odontologia	114
Trajetória da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará	118
Movimento Associativo da Categoria Odontológica no Ceará	136
Sindicato dos Odontologistas no Estado do Ceará	143
Cooperativa Mista dos Odontólogos do Ceará	147
Campanha de Saúde da Boca 22 a 28 de novembro de 1959	151
Semana Branca	153
I Semana Odontológica do Cariri	154
Primeiros Passos do Conselho Regional de Odontologia do Ceará.....	156
Implantação do Curso de Odontologia da UNIFOR.....	161
Programa de Reorientação da Assistência Odontológica	163
3 Pareceres Inusitados	166
Boia Clube.....	172
Clínica de Especialidades Odontológicas	175
8ª Conferência Nacional de Saúde.....	177
1ª Conferência Nacional de Saúde Bucal	181

Mesa-Redonda Realizada Pela Comissão da Saúde da Câmara dos Deputados Sobre os Problemas da Odontologia	185
1º Congresso Cearense de Saúde.....	188
Diretório Central dos Estudantes Federação Acadêmica de Desportos do Ceará Jogos Universitários Brasileiros	193
Resumo do Curriculum Vitae de José Dilson Vasconcelos de Menezes.....	196
Apêndice	204

Prefácio

Ao ingressar na Academia Cearense de Odontologia, percebi a ausência de um legado necessário para a história da Odontologia cearense, pois, nesse sodalício, estavam os pares mais representativos da Ciência de Pierre Fauchard. Eles configuram profissionais que atuavam no exercício diário de suas atividades, buscando o aperfeiçoamento de suas especialidades e o engrandecimento da categoria odontológica.

Nessa convivência sobressaiu naturalmente, o Prof. José Dilson Vasconcelos de Menezes, profissional sobradamente dedicado à Ética e ao ensino da Odontologia. Sendo a referência (CRO - Ce 001) testemunha e partícipe da história e evolução do nosso ofício, só caberia a ele, para, por intermédio do seu minucioso e robusto arquivo, nos brindar com esta pérola literária que tanto dignificará a Odontologia do nosso Estado - a obra **Gotas de História da Odontologia**.

A par dessa produção histórica, o Dr. José Dilson sempre nos chamou atenção pela sua simplicidade, generosidade e cavalheirismo para com seus colegas e alunos, bem como no convívio social, como um todo.

Com este ícone da Odontologia cearense e brasileira, aprendi a dar os primeiros passos nas atividades didáticas, espelhando-me na Ética exercida por ele, bem assim me direcionando para ingressar na Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO), onde aprofundi o conhecimento sobre os fundamentos pedagógicos, dos quais ele, subliminarmente, nos imbuía, para utilizarmos na evolução do nosso mister profissional, com significativa contribuição para o seu desenvolvimento científico e tecnológico.

Sinto-me por demais honrado e agradecido por prefaciar este produto editorial de alto valor, pois a lacuna foi preenchida. A Academia Cearense de Odontologia, na modéstia do título **Gotas de História da Odontologia**, por intermédio do Prof. José Dilson, nos concede, não apenas, gotas, mas uma torrente de fatos que testemunharam a passagem dos profissionais da Odontologia no Ceará, do nascimento à atual evolução tecnológica, que nos dará enorme prazer em lê-lo, agradecidos pelo exaustivo e exemplar trabalho com o qual nos presenteia.

Prof. Dr. Manoel Perboyre Gomes Castelo
(Cirurgião-Dentista e radiologista pela UFC
Mestre em Diagnóstico Oral pela FOB-USP
Prof. Adjunto IV da Faculdade de Odontologia da UFC
Presidente da Academia Cearense de Odontologia).

Memória - Gotas de História da Odontologia

Vianney Mesquita*

Não saber o que sucedeu antes de nós é o mesmo que continuar sempre criança.
[Marco Túlio CÍCERO. Arpino, 03.01.106 a.t.c.; Fórmias, 07.12.43 a.t.c.].

Assemelha-se consensual e parece manifesta a verdade segundo a qual todas as pessoas são peças da História, dispostas como suas testemunhas e, mormente, na qualidade de responsáveis por seu incremento e propagação veraz e à medida do tempo. É o que se configura neste livro-monumento, agora editado pela Universidade Federal do Ceará, *alma mater* do seu autor, Prof. José Dilson Vasconcelos de Menezes, *primus máxime paribus* do enredo histórico da Odontologia no Ceará e no Brasil.

Com efeito, se revela interdito ao bom senso do escritor deixar de registrar em suporte comunicacional - e feito sortimento do passado - um lance memorável e verdadeiro, desagradável ou ameno, cuja circunstância, subordinada ao ciclo durante o qual sobreveio, com seus naturais desdobres, deite reflexos no devir das ocorrências, para continuidade fiel da conformação histórica.

A propósito, trago à colação, por adequado o ensejo, a ideia segundo a qual, dos escritos subsidiários da História, conforme se constitui em parte regular o ensaio sob nota, um dos mais relevantes é o texto de memória, de patente influência futura, por cujo intermédio o produtor cuida dos eventos que lhe dizem respeito ou pertencentes ao tempo que viveu, mormente se o protagonista contextualiza períodos e acontecimentos nos quais exerceu influência significativa. É assim, pois, que esse Acadêmico, de acreditação

mundial – muito menos de memória do que em circunstâncias das quais foi partícipe - opera constantemente, ao assomar acontecimentos de alçada saliência, como procedeu neste livro – *Gotas de História da Odontologia* - peça de inconcussa estimação para o argumento narrativo da Ciência do dentista francês Pierre Fauchard.

Conquanto não seja o que demonstra em todo o seu teor esta edição, mas, apenas, usando do ensejo para comentar sobre a memória, muita vez, tais sucessos, aparentemente particulares, dotados de nuances de personalidade ilusoriamente exterior, encerram inestimável proeminência narrativa, porquanto costumam estimular a sagacidade do pesquisador, clareando suas pegadas, buscando alumiar um acontecimento incógnito ou insuficientemente explicado, como acontece na pluralidade das publicações de teor histórico, objeto, inclusive, de remendos procedidos pelo Autor deste livro em informações desacertadas na seara por ele peregrinada.

Esse desconhecimento ou meia-verdade do evento histórico, de seu turno, priva o estudioso, até o apreciador *com certa reserva*, de tomar contato com a certeza, fazendo-os - muita vez louvados em evidências oblíquas – extrair inferências também viciosas, as quais, escritas ou propaladas oralmente, confundem a audiência, conferindo ao fato o aspecto de falácia, o que resulta no levantamento de dúvidas a respeito da história e seu caráter de conhecimento apenas em parte unificado, como quis Herbert Spencer.

É nesta conexão incontingente investigador-memorialista que aflui o valor da particularidade, da minúcia imprimida ao esforço memorial. Então, após o siracusano brado de *Eureka!*, vai o cientista aproveitar, até o limite da elasticidade, o pequeno achado, ajuntando-o a outras pedras do seu *casse-tête*, para iluminar compreensões ainda meio obscuras, conformando a História e a esta devolvendo a dignidade ameaçada.

O alteado estudo do Prof. José Dilson Vasconcelos de Menezes é adornado, sob uma boa redundância – pois já devidamente adscrito de valor – de um escólio lúcido do admirável pesquisador e operador da senda odontológica no Brasil, Prof. Dr. Manoel Perboyre Gomes Castelo, também da Universidade Federal do Ceará, o qual adita estimação a este produto de manifestação da verdade histórica e serventia acadêmica para os consulentes de hoje e da posteridade.

Vianney Mesquita – Professor da UFC e
membro-titular da Academia Cearense da Língua
Portuguesa e Academia Brasileira de Literatura e Jornalismo.
Escritor e jornalista.

Pierre Fauchard - O Pai da Odontologia Moderna

Pierre Fauchard nasceu em Sain-Denis de Gastines, em 1678. Oriundo de uma família modesta, tendo aos 15 anos ingressado na Marinha Real.

Embarcado, iniciou-se na prática da medicina militar, sob a orientação do cirurgião naval Major Alexandre Poteleret, que prestava assistência aos marinheiros que sofriam na boca os estragos do escorbuto que, à época grassava entre os embarcadiços.

Poteleret, que havia anos estudava as doenças bucais, estimulou Fauchard a realizar investigações sobre as descobertas de seus predecessores na arte de curar.

Por três anos, Fauchard que além de leitor voraz, tinha grande entusiasmo em aprender, adquiriu conhecimentos e habilidades não comumente encontrados em alguém tão jovem.

Em 1698, pós três anos embarcado, deixou a Marinha, tendo passado a residir em Angers, onde montou um consultório dentário. Nessa cidade, que à época constituía destacado centro universitário, frequentava o Hospital da Universidade de Angers. Adquiriu grande fama como dentista, sem, todavia, ter frequentado nenhum curso.

Mudou-se para Paris em 1718, onde, graças a sua excelente atuação profissional, consagrou-se como o mais proeminente dentista de toda a França.

O entusiasmo em aprender era idêntico ao prazer de compartilhar o saber com outros.

Era, com frequência, solicitado por eminentes cirurgiões gerais para consultas e pareceres relativos aos dentes e à cavidade bucal.

Antes de Fauchard, os dentistas eram chamados de *denta-teur* (fabricantes de dentadura) e poucos dentre eles faziam extrações dentárias.

Os barbeiros, àquela época, verdadeiramente cirurgiões, além de especialistas em aplicar sanguessugas, realizavam sangrias e extraíam dentes.

Desde que residia em Angers, Fauchard denominava-se Chirurgien Dentiste. A sua prática não se resumia em extrair dentes, pois os obturava, removia tártaro, assim como, procedia à exérese de tumores benignos da gengiva.

Precocemente, manifestou excepcional habilidade na confecção de próteses dentárias.

Além de constituir-se o primeiro profissional dedicado à atuação dentária a considerar a Odontologia como uma arte e uma ciência, em vez de mero trabalho exercido por pessoas habilidosas, mas sem estudo, foi igualmente pioneiro em manifestar-se favorável às medidas preventivas recomendando a escovação dos dentes.

Fauchard introduziu o uso de obturações como tratamento da cárie dentária. Sugeriu o amálgama com chumbo, estanho e, às vezes ouro.

Precocemente, manifestou excepcional habilidade na confecção de próteses dentárias. Considerava a perda de dentes como uma infelicidade, mas a arte e a ciência podiam substituí-los.

Descreveu muitas próteses dentárias e métodos de substituir a perda de alguns ou de todos os dentes. Colocava dentes artificiais de blocos talhados em marfim, de osso ou de dentes humanos, mantendo-os fixados a dentes hígidos com fios de ouro.

Apesar das limitações dos instrumentos cirúrgicos primitivos, fez notáveis improvisações de instrumentos dentários, geralmente

adaptando ferramentas de relojoeiros, joalheiros, e até de barbeiros que podiam ser usadas em Odontologia.

Em 1723, Fauchard concluiu a sua obra *Le Chirurgien Dentiste* todavia, após cuidadosa revisão, somente cinco anos depois, em 1728, esse valioso compêndio foi publicado em francês, reunindo, em 2 volumes, 863 páginas. Duas outras edições vieram a público em 1746 e 1786. Sua tradução para o alemão surgiu em 1773, tendo sido somente em 1946 sido traduzida para o inglês.

O livro descreveu anatomia e funções bucais básicas, sinais e sintomas de patologia oral, métodos operativos para remover cáries e restaurar dentes, doença periodontal, ortodontia, substituição de dentes perdidos e transplante de dentes. Sugeriu que a teoria do verme dentário estava errada, afirmando que a cárie dentária resultava do consumo de açúcar e declarou que aparelhos podem ser usados para corrigir a posição dos dentes.

Le Chirurgien Dentiste alcançou, à época, considerável repercussão pelo fato de se constituir um verdadeiro marco na evolução da Odontologia. Pelos conceitos científicos introduzidos, valeu a Pierre Fauchard o epíteto de Pai da Odontologia Moderna.

Vale destacar o fato de que esse valioso livro, que encerra incomensurável soma de conhecimentos, antecipou-se 122 anos ao surgimento da primeira Escola de Odontologia do mundo – Baltimore College of Dental Surgery – sucedido nos Estados Unidos da América do Norte, em 1840.

É uma obra realmente revolucionária, considerando-se a odontologia praticada no século XVIII, por conter ideias avançadas, algumas das quais ainda aceitas nos dias atuais.

Dentre elas, se destacam as que vêm na sequência

- O açúcar é prejudicial à gengiva e aos dentes. Sua ingestão deve ser limitada (manifesta preocupação com prevenção da cárie).

- Remover a cárie e obturar o dente o deixará mais forte.
- Condenou a teoria alemã de que a cárie resultava da ação de um verme. Afirmava que, tendo examinado dentes cariados ao microscópio, jamais constatou nenhum verme.
- Os dentes devem ser limpos, periodicamente, por um cirurgião-dentista.
- Recomendava tratar pulpíte com óleo de cravo-da-índia.
- Apresentou o projeto de uma cadeira confortável para a prática odontológica (preocupação com ergonomia). Até então, o profissional e o cliente sentavam-se ao chão tendo a cabeça do paciente colocada entre os joelhos do profissional.

Seu falecimento ocorreu em Paris, em 22 de março de 1761, aos 84 anos.

Um exemplar de *Le Chirurgien Dentiste*, em 2 volumes, encontra-se em exposição no Museu Benito Vasconcelos Tavares da Academia Cearense de Odontologia, doado pelo colega Thales Magalhães, Diretor do Museu Salles Cunha, da Associação Brasileira de Odontologia – Seção do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Pierre Fauchard – Wikipedia (Google)

VAUX, Jean Claude de. “*Who is Pierre Fauchard?*” Academia Pierre Fauchard. Acesso em: 21 de ago. 2014.

Escorço biográfico do Visconde de Saboia - Responsável pela instituição do Ensino Odontológico no Brasil

Vicente Cândido Figueira de Saboia nasceu em Sobral – Ceará, no dia 13 de abril de 1835, da união do tenente-coronel da Guarda Nacional José Saboia com Joaquina Figueira de Melo Saboia.

Iniciou os estudos na sua cidade natal tendo, aos 14 anos, se transferido para o Recife, onde cursou os preparatórios.

Mudou-se, em seguida, para o Rio de Janeiro, onde se matriculou no curso médico da Faculdade de Medicina, pela qual se graduou em 1858.

No ano seguinte, viajou à Europa, tendo estagiado, por dois anos, em faculdades de Medicina de Paris e de Londres, aprofundando seus conhecimentos em Cirurgia e Obstetrícia.

Regressando ao Rio de Janeiro, em 1861, apresentou ao ministro do Império, Barão de Loreto, sugestões para novos acréscimos nos Estatutos da Faculdade de Medicina.

Nesse mesmo ano, contraiu núpcias com Luiza Marcondes Jobim, de cujo consórcio nasceram cinco filhos.

Com a participação de alguns colegas de turma, fundou a Academia Filosófica do Rio de Janeiro.

Em 1863, na condição de Membro Titular, ingressou na Imperial Academia de Medicina, tendo presidido essa instituição.

Concorrendo para o cargo de Catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, obteve o 1º lugar, tendo assumido a

cátedra de Patologia Externa que, por sua sugestão, passou a se denominar Clínica Cirúrgica.

Introduziu, no Brasil, os métodos anti-infecciosos de Pasteur e Lister.

Recomendado pela Congregação da Faculdade de Medicina, viajou à Europa para estudar a organização de faculdades de Medicina na Inglaterra, Alemanha, França e Itália.

Nessa ocasião, publicou, em Paris, importante trabalho adotado pelas Faculdades de Medicina de Liège e Montpellier, que lhe valeu reconhecimento científico na França, sendo distinguido com o título de Membro Correspondente da Sociedade de Cirurgia de Paris.

Ao retornar, foi designado para preparar um Plano de Reforma do Ensino Primário e Secundário no Município da Corte e do Ensino Superior nas faculdades de então. Elaborou um documento que serviu de base para o estabelecimento do ensino livre, sancionado pelo Decreto Imperial de 19 de abril de 1879, conhecido como Reforma Saboia.

Foi investido no cargo de diretor da Faculdade de Medicina, em 1880, e no de Médico do Paço, ou seja, Médico da Família Imperial, em 1882.

Nesse mesmo ano, passou a integrar o Conselho do Império, lhe tendo sido concedidos os títulos de Comendador da Ordem de Cristo e de Barão de Saboia, com honras e grandeza.

Compreendendo que, além da Medicina, outras profissões da área da saúde, igualmente, necessitavam participar dos avanços científicos da época, em 1880, ao ser nomeado Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, procurou atender as necessidades reinantes, no elenco de profissões afins da Medicina.

Com relação à Odontologia, constata-se no “*Relatório acerca dos trabalhos realizados*”, apresentado em 1881, resta somente, para satisfazer as necessidades actuaes crear-se o laboratório de cirurgia dentária.”

Nesse relatório está, outrossim, explicitado o fato de que o local para esse laboratório já havia sido preparado, bem como o de ter providenciado a importação, dos Estados Unidos, dos aparelhos e instrumentos necessários.

Essa foi a medida inicial, o primeiro passo para libertar a profissão do marasmo em que se encontrava e cujo exercício, ainda era regulamentado pelo Decreto de nº 1.764, de 14 de maio de 1856.

À época, não havia cursos de formação odontológica, sendo exigido do candidato a realizar procedimentos odontológicos, tão somente, que se submetesse a um exame numa faculdade de Medicina para, caso lograsse êxito, ser-lhe atribuído o título de Dentista Aprovado. Dessa maneira simplória, estava legalmente habilitado ao exercício das ações odontológicas.

A fim de reparar essa situação que, entre outras coisas, acarretava graves danos à população assistida, como diretor da Faculdade de Medicina, o dr. Vicente Cândido Figueira de Saboia encaminhou em 1884, à consideração da Corte, um anteprojeto de reforma das faculdades de Medicina, constando no seu artigo inicial:

Cada uma das faculdades de Medicina do Império se designará pelo nome da cidade em que tiver assento; será regida por um Director e pela Congregação dos Lentes, e se comporá de um curso de sciencias medicas e cirurugicas e de três cursos annexos: o de pharmacia, o de obstetricia e gynecologia e o de odontologia.

Esse documento foi bem acolhido pelo Imperador, recebendo da parte de Sua Majestade plena aprovação, consubstanciada na sanção do Decreto de Nº 9311, de 25 de outubro de 1884.

Ao ser aprovado o mencionado diploma legal, o Curso de Odontologia passou a integrar elenco universitário, proporcionando aos cirurgiões-dentistas, além de correta formação profissional, o ambiente necessário à constante ampliação dos conhecimentos técnico – científicos.

Viajou à Europa, em 1887, na companhia do Imperador D. Pedro II, tendo oportunidade de visitar os Institutos de Ensino Prático das Faculdades de Medicina de Paris, Bordeaux, Lyon, Genebra, Basileia, Zurich, Nápoles, Roma, Bolonha, Viena, Munique, Berlim e Strasbourg.

Em 1888, foi-lhe outorgado o título de Visconde de Saboia, com honras e grandeza.

No ano seguinte, visitou vários centros médicos na Europa, proferindo conferências.

Com o advento da República, solicitou demissão do cargo de diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e sua jubilação da cátedra, tendo o Governo Republicano lhe concedido o título excepcional de Diretor Honorário.

Afastou-se da direção da Faculdade, mas não da Medicina, continuando seus trabalhos cirúrgicos e de divulgação.

Em 1891, foi elevado à Presidência da Academia Nacional de Medicina.

Quando das comemorações do Centenário de Ensino Médico no Brasil, ocorrido em 1908, a Academia Nacional de Medicina, homenageando destacadamente o Visconde de Saboia, conferiu-lhe Medalha de Ouro com sua efígie.

Em 18 de março de 1909, faleceu, em Petrópolis, verificando-se atos de demonstração de amor e respeito pelo povo. A Academia de Medicina de Paris prestou-lhe significativa homenagem póstuma.

Aliado ao profícuo trabalho em prol do ensino médico, dedicava-se, com vivo interesse, a temas literários e filosóficos, elevando-se a mais de 40 os trabalhos publicados: teses, monografias, notas, artigos, memórias e discursos.

A esse consagrado Mestre, notável administrador, com destacada atuação no Brasil Império e que tanto impulsionou a Medicina no nosso País, pelas medidas implantadas devem-lhe os integrantes da categoria odontológica respeitável reverência à sua memória, vez que, graças a elas, a Odontologia experimenta a projeção atualmente alcançada.

Aguiar, O – Trabalho apresentado à Academia Cearense de Medicina quando do seu ingresso naquele Sodalício.

Professor Paulino Guimarães Jr.

Durante a reunião de dirigentes de escolas ou faculdades de Odontologia realizada em Poços de Caldas, de 30 de julho a 4 de agosto, foi instituída, em 2 de agosto de 1956, a Associação Brasileira de Estabelecimentos de Ensino Odontológico – ABEEO.

Nessa oportunidade, foram aclamados os nomes dos professores Paulino Guimarães Jr. e Cláudio Ferreira de Mello, para presidente e secretário da novel entidade.

Dotado de experiência administrativa e elevado senso de responsabilidade, o prof. Paulino Guimarães Jr., tão logo assumiu a Presidência, iniciou a difícil tarefa de prover a nova entidade de recursos financeiros imprescindíveis à realização das tarefas que conduzissem ao aperfeiçoamento de docentes vinculadas ao ensino odontológico.

Numa reunião conjunta ABEEO – CAPES, foram aprovadas as diretrizes que norteariam o trabalho a ser empreendido.

O trabalho conjunto das duas entidades teve início com a execução de um levantamento das condições das cadeiras e departamentos das diversas Instituições de ensino odontológico. Com base nos dados obtidos nesse levantamento, foram listados os locais que reuniam condições de sediar centros de treinamento docente.

Uma vez procedida a essa listagem, foi deliberado acerca do número de bolsas de estudo a serem ofertadas pela CAPES. A ABEEO comprometeu-se a, dentro das suas possibilidades, igualmente, disponibilizar bolsas de estudo.

Mercê do trabalho empreendido junto à International Corporation Administration – ICA (Ponto IV), o professor Paulino Guimarães Jr.

assegurou importante colaboração daquela instituição estadunidense consubstanciada na concessão de bolsas de estudo no Exterior.

Em decorrência do seu excelente relacionamento com integrantes do meio empresarial de São Paulo, obteve, com pessoas físicas e jurídicas, doações que totalizaram setecentos e cinquenta mil cruzeiros.

No sentido de estabelecer critérios na escolha de candidatos a bolsas de estudo e a desejável coerência, constituiu a Comissão de Bolsas, integrada pelos respeitáveis professores: Carlos Aldrovandi, Cyro A. Silva, Edgard M.M. Barroso Amaral e Otávio Della Serra.

Igual destaque merece a iniciativa do presidente na busca pela especificação e padronização do instrumental e de materiais dentários utilizados no ensino e na prática da Odontologia.

Após manter entendimento com dirigentes da indústria de materiais dentários, realizou uma reunião no Palácio da Indústria de São Paulo, da qual participaram integrantes da diretoria da ABEEO e empresários da indústria odontológica. Dessa reunião, resultou a criação da Divisão de Padronização e Especificação de instrumental e materiais para o ensino da odontologia, tendo sido confiado ao prof. Francisco Degni o cargo de diretor dessa Divisão.

Ao concretizar essa medida, do maior alcance, foi deflagrado o processo que, no futuro, tornasse efetiva a certificação a composição, propriedades e desempenho de materiais utilizados no exercício odontológico.

Em 1957 foram eleitos 10 centros nacionais de treinamento, e concedidas pela CAPES oito bolsas de estudo. Três bolsas para treinamento nos Estados Unidos foram concedidas pela International Corporation Administration ICA (Ponto IV).

De significativa importância para o panorama do ensino odontológico, representou a visita, com duração de três meses, em-

preendida por dirigentes de faculdades de odontologia brasileiras a diversas Universidades dos Estados Unidos da América do Norte. Ao retornarem, esses docentes tiveram condições de implantar nas respectivas unidades, métodos de ensino adotados nas unidades visitadas adaptando-os às peculiaridades das nossas condições.

Ainda em 1957, o prof. Paulino Guimarães Jr. empenhou-se em instituir um programa de professores estrangeiros visitantes que foi iniciado pelo prof. Emanuel Cheraskin, cujas despesas foram custeadas pela Associação Brasileira de Estabelecimentos de Ensino Odontológico. Sediado na Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo, esse treinamento teve a duração de 150 horas, tendo contado com a participação de docentes oriundos de 10 Instituições de Ensino Odontológico.

No mesmo ano, dois cursos foram promovidos e patrocinados pela ABEEO: Bioestatística, a cargo do prof. Guilherme O. Arbenz e Câncer da boca, ministrado pelo dr. João Fairbans Barbosa.

Em 1958, foram concedidas 10 bolsas de estudo para cursos ofertados nos Centros de Treinamento, além de quatro cursos terem sido ministrados por professores nacionais na Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo.

Em decorrência desse ponderável elenco de ações em apenas dois anos de funcionamento, a CAPES, num reconhecimento a capacidade de realização da equipe liderada pelo prof. Paulino Guimarães Jr. confiou-lhes a organização da 2ª Reunião de Dirigentes de Escolas e Faculdades de Odontologia.

Em Natal, de 22 a 25 de julho de 1958, sob a presidência do prof. Paulino Guimarães Jr. e secretariada pelo prof. Claudio Ferreira de Mello, reuniu-se a Entidade nascida em Poços de Caldas. O diretor da Faculdade de Odontologia de Natal, prof. José Cavalcanti Mello, foi distinguido com a Presidência de Honra do evento, tendo sido designado Assistente da Coordenação, outro docente da Odontologia potiguar, o prof. Odilon de Amorim Garcia.

Nessa ocasião, foram aprovados os estatutos da Entidade, bem como a mudança da denominação para Associação Brasileira de Ensino Odontológico – ABENO.

Em um justo reconhecimento ao trabalho empreendido, a Assembleia Geral, composta de representantes dos 34 estabelecimentos de ensino odontológico existentes, sufragou para o mandato de 4 anos (1958-1962), os nomes dos professores Paulino Guimarães Jr. e Claudio Ferreira de Mello, para os cargos de presidente e secretário, respectivamente.

Para realizar um levantamento geral das condições reinantes nos estabelecimentos de ensino odontológico, o prof. Paulino Guimarães Jr. planejou a execução de uma pesquisa. Munidos de questionários cuidadosamente preparados, 16 professores, divididos em oito grupos, visitaram 30 escolas e faculdades de odontologia, colhendo os informes pertinentes.

Mediante a análise dos resultados obtidos, tornou-se possível a ABENO viabilizar tanto o intercâmbio das diversas instituições de ensino, como a destinação de recursos concedidos por organizações nacionais ou estrangeiras.

Outro ponto de grande realce da atuação do prof. Paulino Guimarães Jr., constituiu-se no Convênio Tripartite. Em 1959, as Instituições W. K. Kellogg Foundation, Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior e Associação Brasileira de Ensino Odontológico firmaram um acordo para a execução de cursos intensivos para docentes de Odontologia a ser desenvolvido em quatro anos, com atividades previstas para o período 1961-1964, mobilizando recursos da ordem de sete milhões e oitocentos mil cruzeiros.

Apesar de o convênio ter seu início previsto para 1961, em janeiro de 1960, realizou-se, na Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo, um Curso de Atualização Clínica, ministrado por docentes da 2ª cadeira de Clínica Odontológica, que contou com a participação de 32 professores de regiões diversas do País.

O cronograma do Convênio Tripartite foi integralmente cumprido, constatando-se, ao final, terem sido ministrados 11 cursos, sete dos quais a cargo de professores brasileiros e quatro ministrados por professores estadunidenses. Ao término do Convênio, outro foi firmado, nos moldes do inicial.

Mediante entendimentos com a Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, foi nomeado um representante daquela Diretoria para visitar as unidades de graduação em Odontologia das Universidades do Norte e Nordeste do Brasil, a fim de proceder a um levantamento das condições de funcionamento dos mencionados estabelecimentos de ensino.

Desse levantamento, resultou a destinação de recursos do Ministério da Educação e Cultura para melhoria de instalações das unidades visitadas. Foram concedidas 18 bolsas de estudo a docentes dessas faculdades e liberados recursos financeiros para aquisição de equipamentos para as cadeiras onde atuavam os ex-bolsistas.

Ao atingir o sexto ano de existência, a ABENO havia concedido, mediante recursos oriundos da CAPES, SESP, ICA e CNPq, 78 bolsas de estudo para cursos de longo prazo, 74 para cursos de atualização e 20 para cursos no Exterior.

PLANO PILOTO DE ENSINO INTEGRADO

Programa desenvolvido pela Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, sob a denominação de Plano Piloto de Ensino Integrado, em Odontologia. Levado a efeito no período de 1965 a 1969, teve como sede a Faculdade de Odontologia de Diamantina - MG. Duas turmas de estudantes de Odontologia se graduaram no regime experimental, autorizado expressamente pelo Conselho Federal de Educação, sob a coordenação do prof. Paulino Guimarães Jr.

Em 21 de abril de 1965, foi inaugurado o curso do Plano Piloto da Diretoria do Ensino Superior, na Faculdade de Odontologia

de Diamantina. De 22 de abril de 1965 a 15 de dezembro de 1969 estendeu-se a execução do Projeto.

Em 1966, após dez anos de exercício da Presidência da ABENO, o prof. Paulino Guimarães Jr., tendo prestado excelente colaboração ao ensino odontológico brasileiro, concluiu o seu mandato na ABENO, encerrando, assim, o ciclo nacional.

Depois de discorrer sobre as conquistas da ABENO nesses dez anos de existência, emocionou a plateia com uma palavra emocionada e cheia de saudade dedicada ao seu inseparável amigo, Claudio Mello, homenageando a sua memória:

[...] Claudio Mello não foi um educador comum. Sonhou com melhores dias para o ensino odontológico em sua pátria e, a serviço desse ideal, colocou a sua privilegiada inteligência e sua grande cultura. Pesou poderosamente para a ABENO fosse fundada; depois procurou fazer o que esteve ao seu alcance para vê-la atuante e prestigiada. Durante nove anos desempenhou o cargo de secretário-geral, quando a morte veio buscá-lo. Já era tradicional nas reuniões a sua figura bondosa e sorridente a se mover de lado para outro, a todos auxiliando, a todos animando com um gracejo ou com uma palavra amiga. Meu amigo pessoal, quase irmão, jamais pensei em terminar sem ele o mandato da ABENO. À sua memória um minuto de silêncio [...]

ASOCIACIÓN LATINO AMERICANA DE FACULTADES DE ODONTOLOGIA

Em seguida foi eleito presidente da Asociación Latinoamericana de Facultades – ALAFO, para cumprir um mandato de quatro anos, quando da realização do III Congresso dessa Associação que ocorreu durante o III Seminário Latino-Americano de Ensino Odontológico, de 27 de novembro a 6 de dezembro de 1966, no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, Rio de Janeiro.

Ao assumir o novo encargo, ampliaram-se bastante a sua responsabilidade e o seu horizonte de atuação, por passar a enfrentar um desafio de amplitude latino-americana.

Durante o seu mandato manteve a regularidade semestral da Revista da ALAFO e realizou dois eventos da maior importância: I Seminário da ALAFO sobre ensino de odontopediatria, de 7 a 13 de 1969 e o IV Congresso da ALAFO, de 13 a 18 de setembro de 1970, ambos em Caracas, Venezuela.

Sua participação no II Congresso da Federación Panamericana de Asociaciones de Facultades de Medicina – FEPAFEM, ensejou o exitoso estabelecimento de negociações para a efetivação de um programa conjunto entre as duas entidades (ALAFO e FEPAFEM), com vistas ao desenvolvimento de projetos dirigidos para a integração das profissões da área da saúde.

Para o êxito do Programa (ALAFO e FEPAFEM), o prof. Paulino Guimarães Jr. contou com a valiosa colaboração do prof. Mário M. Chaves, consagrado administrador de projetos na área da saúde que contava com larga experiência na Organização Panamericana de Saúde e exercia o cargo de Diretor Associado da FEPAFEM.

Entre as primeiras localidades a sediarem projetos desse programa, constam Monterey, México; Zulia, Venezuela; Guatemala, e Brasília.

Tendo se afastado da direção da ABENO em 1966, após dez anos de atuação à frente da Entidade, retornou à Presidência em virtude da eleição ocorrida em 28 de janeiro de 1970.

Durante a VII Reunião da Associação Brasileira de Ensino Odontológico, realizada em São Paulo, de 26 a 28 de janeiro de 1970, sob a presidência do prof. Francisco Degni, verificou-se a eleição para escolha da Diretoria para o quadriênio julho/1970 a

julho/1974, constatando-se a indicação, por unanimidade, do nome do prof. Paulino Guimarães Jr. para ocupar o cargo de presidente.

Após um intervalo de quatro anos, o prof. Paulino Guimarães Jr. agora eleito, deveria iniciar em julho um novo período no comando da Associação que congrega a docência odontológica brasileira.

Cultivando novas ideias, ao retornar às lides da Entidade que ajudara a criar e à qual dedicara 10 anos de profícua atuação, fazia planos para o novo quadriênio que lhe fora confiado.

No dia 7 maio de 1971, decorridos apenas dez meses de iniciada a nova gestão, veio a falecer deixando a docência odontológica a lamentar a deserção biológica do grande Comandante que, chamado por Deus passara para a vida eterna.

Nascido em São Paulo em 30 de julho de 1908, veio a falecer na mesma cidade em 7 de maio de 1971.

A VIII Reunião da Associação Brasileira de Ensino Odontológico que deveria ocorrer em junho daquele ano, mereceu dele um esmerado planejamento, tendo, inclusive, preparado a alocação a ser lida da Sessão de Abertura, na qual enfatiza os quinze anos de proficiente atuação da ABENO.

Referência Bibliográfica

MENEZES, J. D. V.; LORETTO, N.R.M. *O Pensamento e a obra: homenagem ao centenário do Prof. Paulino Guimarães Jr.* Recife: EDUPE, 2008 72p.

Relevante Contribuição do Professor Claudio Ferreira de Mello à Odontologia

Apesar de as duas primeiras faculdades de Medicina terem iniciado suas atividades em 1808, em decorrência das medidas adotadas por D. João VI quando da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, o ensino odontológico somente setenta e seis anos depois, em 1884, foi implantado no nosso País.

Até então não havia cursos regulares para formação odontológica. Vigorava um sistema eminentemente artesanal, no qual, após treinamento durante dois anos, sob orientação de pessoa legalmente autorizada a exercer a arte dentária, o candidato deveria se submeter a exame numa Faculdade de Medicina, perante banca constituída por médicos, cuja prova prática alcançava o ápice da ridicularia: consistia em proceder a uma exodontia em um cadáver. Ao término dessa pantomima, obtinha o título de Dentista Aprovado.

Nos primeiros anos de 1950, o ensino ainda apresentava graves deficiências e conservava fortes resquícios da sua origem artesanal. A arte sobrepunha-se à ciência.

Os professores eram recrutados entre profissionais mais conceituados e, como ocorria com docentes das demais áreas do ensino superior, sem formação pedagógica. O problema era agravado pela raridade de livros editados em português, além de a publicação de revistas especializadas não manter a desejada continuidade.

Evidentes carências nesse setor do ensino superior foram alertadas pela então chamada Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior - CAPES sensibilizando as autoridades responsáveis que se mobilizaram com vistas a minimizar a situação reinante.

A CAPES foi, então, autorizada a promover uma reunião com os dirigentes dos 32 cursos e faculdades de Odontologia a fim de serem discutidas as dificuldades desse setor de ensino.

Ao Professor Claudio Ferreira de Mello, à época professor catedrático da Faculdade de Odontologia da Universidade do Brasil e Consultor de Higiene Dentária do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, foi confiada a incumbência de planejar e coordenar essa reunião.

Desse mister desincumbiu-se com invulgar dedicação, promovendo, em 1956, no Palace Hotel de Poços de Caldas, MG, uma reunião altamente produtiva e exitosa.

Minuciosamente, listou e divulgou com os participantes não só informações necessárias ao perfeito funcionamento do evento, como também coordenou o trabalho dos diversos grupos nos quais foi discutido e analisado o temário proposto, constante dos seguintes itens:

- Aperfeiçoamento do pessoal docente em exercício;
- Seleção e preparo do novo pessoal docente;
- Melhoramentos de técnicas e material de ensino;
- Intercâmbio entre as escolas; e
- Problemas relacionados com o ensino de matérias clínicas.

Consciente de que o trabalho de melhoria do ensino não se esgotava numa reunião, Cláudio Mello envidou esforços no sentido de que fosse despertado o interesse dos dirigentes de estabelecimentos de ensino odontológico para a constituição de um organismo que coordenasse esforços no sentido de que tanto fosse assegurada a execução das recomendações oriundas da Reunião de Poços de Caldas, como pugnasse pela constante atualização do sistema formador de Cirurgiões-Dentistas.

Dentro dessa linha de pensamento, no dia 2 de agosto de 1956, foi instituída, em caráter experimental, a Associação Brasileira de Estabelecimentos de Ensino Odontológico – ABEEO. Na ocasião, foram aclamados para dirigir a Entidade recém-criada, os professores Paulino Guimarães Jr. e Cláudio Ferreira de Mello, coordenador e secretário, respectivamente.

Conforme ficara estabelecido, dois anos depois, ocorreu outra reunião. Realizada em Natal, na ocasião, foi elaborado e aprovado o Estatuto, modificada a denominação para Associação Brasileira de Ensino Odontológico – ABENO e procedidas eleições para composição da Diretoria. Foram eleitos os professores Paulino Guimarães Jr. - presidente e Cláudio Ferreira de Mello – secretário, os quais, há dois anos haviam sido aclamados para o período experimental.

Por nove anos dirigiram a ABENO priorizando, nessa fase, o aprimoramento do corpo docente e a ampliação do acervo das bibliotecas, dando início, com base nessas medidas, a notável transformação ocorrida no ensino odontológico.

O Professor Cláudio Ferreira de Mello, por sua competente e dedicada atuação, tanto no planejamento da reunião de 1956 em Poços de Caldas, como na orientação que imprimiu à ABENO, merece o reconhecimento da categoria odontológica, de modo especial da docência dedicada à formação de Cirurgiões-Dentistas.

Seu falecimento ocorreu em 1965, pouco antes de comemorar o 10º aniversário da ABENO, no exercício da Secretaria Geral ao lado do presidente Paulino Guimarães Jr.

Desempenhando fielmente a sua missão, a Associação Brasileira de Ensino Odontológico – ABENO, ao longo de mais de um século, tem congregado a docência odontológica, contribuindo decisivamente para que fosse alcançada a posição de destaque que, na atualidade, desfruta o sistema formador de Cirurgiões-Dentistas

com determinante reflexo sobre a reconhecida qualidade do exercício profissional no Brasil.

.....

* Professor Claudio Ferreira de Mello - Cirurgião-Dentista; médico; professor catedrático da Faculdade de Odontologia da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), tendo se transferido para Pelotas – RS, submeteu-se a concurso para professor catedrático da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Pelotas, escritor; consultor do Serviço Especial de Saúde Pública - SESP e membro titular fundador da Academia Brasileira de Odontologia na qual é Patrono da Cadeira nº 25.

A Odontologia Perdeu Um Grande Líder

Após longa enfermidade, no dia 21 de janeiro de 2007, faleceu, no Recife, aos 77 anos, o professor Edrízio Barbosa Pinto. Esse recifense, filho de Carmem e Mário Pinto, foi o segundo dos três filhos, sempre respeitado e admirado por componentes familiares e amigos.

O eminente professor graduou-se em Odontologia, no ano de 1949, pela Faculdade de Medicina e Escolas Anexas de Odontologia e Farmácia do Recife. Obteve o título de Especialista em Odontopediatria em São Paulo, e, logo após seu regresso adentrou no magistério superior na nascente Universidade Federal de Pernambuco, local onde obteve o título de Docente-Livre em Odontopediatria e Ortodontia.

Participou, por mais de meio século, decidida e obstinadamente, de movimentos que objetivavam a melhoria do ensino odontológico e o conseqüente progresso da profissão que abraçara.

Atuou na direção de entidades da categoria odontológica, de associações de ensino, de faculdades de Odontologia e integrando órgãos e comissões vinculados ao Ministério da Educação, pugnando sempre pela adoção de medidas que promovessem o aperfeiçoamento do ensino odontológico nos seus diversos níveis.

Em 1955, incorporou-se ao grupo que planejava a criação do segundo Curso de Formação de Cirurgiões-Dentistas, em Pernambuco. Sucedeu o professor Nelson de Albuquerque Melo na direção dos trabalhos da nascente Faculdade de Odontologia de Pernambuco, tendo dirigido essa Instituição de Ensino até 1988. Obtendo a vinda de professores visitantes de centros mais adiantados, possibilitou à

FOP condições para se firmar como o melhor centro de pós-graduação do Nordeste brasileiro. Foi ainda o fundador da Sociedade dos Cirurgiões-Dentistas de Pernambuco, onde exerceu sua liderança como presidente por muitos anos. Sua inquietação e o constante desejo de aprimorar a profissão o conduziram a fundar a Sociedade Pernambucana de Odontopediatria, também por ele presidida.

Sentindo a necessidade de uma entidade que postulasse junto ao Ministério da Educação os pleitos de docentes e das faculdades localizadas no Nordeste, convidou representantes dos cursos de Odontologia dessa região, e fundou, em 1968, a Associação Nordestina de Ensino Odontológico – ANENO. Posteriormente, em virtude de solicitação das Faculdades do Pará e do Amazonas, a atuação da Entidade foi ampliada, tendo sido a denominação alterada para Associação Nordestina e Nortista de Ensino Odontológico – ANNENO.

Exerceu a Presidência da ANNENO até 1971, quando, em face de haver assumido a direção da Associação Brasileira de Ensino Odontológico – ABENO, promoveu a extinção da Entidade que congregava docentes das instituições de ensino odontológico das regiões Norte e Nordeste. Considerando que havia assumido a Presidência da ABENO com o compromisso de vitalizá-la, era dispensável a existência de uma associação de âmbito regional pugnando pelos mesmos objetivos.

Sua posse na direção da Associação Brasileira de Ensino Odontológico, sucedendo o professor Paulino Guimarães Junior, ocorreu em 1971, tendo permanecido à frente dessa Entidade por 23 anos. Durante esse período, a ABENO prestou inestimável colaboração ao progresso do ensino odontológico. Apesar da grande dificuldade financeira, o professor Edrízio conseguiu promover as reuniões anuais da ABENO, além de, se valendo de convênios com órgãos governamentais e fundações internacionais, proporcionar condições para que a Associação promovesse a ida de centenas

de cirurgiões-dentistas para os mais avançados centros de ensino odontológico do País e do Exterior, a fim de cumprirem estágios , cursos de mestrado e doutorado e visitas de observação.

No âmbito internacional, presidiu, até o seu falecimento, a Asociación Latinoamericana de Facultades de Odontologia – ALAFO, realizando debates sobre ensino odontológico e intercâmbio de docentes de escolas latino-americanas. Durante a sua gestão, além das capitais brasileiras - Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife - a ALAFO promoveu congressos e reuniões em Montevideú, San Juan, Buenos Aires, Lima, La Paz, Santiago, Tegucigalpa, Guadalajara e Bucaramanga.

Em órgãos integrantes do Ministério da Educação, teve profícua atuação, destacando-se, entre outros, Conselho Técnico da CAPES, CNPq e Comissão de Especialistas em Ensino de Odontologia da Secretaria do Ensino Superior.

Organizou, criou e presidiu a Fundação Odontológica Presidente Castello Branco, um órgão de apoio à Faculdade de Odontologia de Pernambuco, cujo cerne de atuação se dava na atenção básica desenvolvida em projetos sociais coordenados pela FOPCB. Igualmente, foi Pró-Reitor de Pós-Graduação da antiga Fundação de Ensino Superior de Pernambuco, atualmente Universidade de Pernambuco, onde estimulou a criação de cursos *lato e stricto sensu* em unidades da FESP.

Concluindo suas realizações, aglutinou respeitável número de docentes em torno da ideia de criar mais um estabelecimento de formação de cirurgiões-dentistas, tendo fundado a Faculdade de Odontologia do Recife que, em 2008, entregará à comunidade pernambucana a primeira turma de graduados em Odontologia.

Seu trabalho foi reconhecido por instituições de ensino e entidades odontológicas. Além de Acadêmico Emérito da Academia

Brasileira de Odontologia, foi distinguido com o título de Acadêmico Honorário da Academia Cearense de Odontologia.

Sua vida, integralmente direcionada a promover ações voltadas para o progresso da Odontologia, constitui-se um exemplo para os pósteros.

Com o desaparecimento desse idealista, que priorizava a educação, a saúde e os valores éticos, a Odontologia perde um dos seus maiores líderes.

Francisco de Sá Roriz e sua Contribuição ao Ensino de Odontologia no Ceará

A Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará comemorou o centenário em 2016.

Essa Instituição de Ensino Superior prestou, no decorrer de um século de profícua atuação, excelente concurso, graduando profissionais farmacêuticos e cirurgiões-dentistas para servirem à sociedade.

Constituiu-se a segunda faculdade instalada no Ceará, porquanto, 13 anos antes, em 1903, havia sido constituída a Faculdade de Direito.

A criação desse centenário estabelecimento decorreu, principalmente, da obstinada atuação de Francisco de Sá Roriz, nascido em Jardim, no dia 18 de abril de 1867, filho de Belarmino Gomes de Sá Roriz e de Jacinta Auta de Alencar Roriz.

Considerando a escassez de recursos educacionais em Jardim, seus pais, desejosos de que Sá Roriz recebesse boa instrução, o confiaram, ainda jovem, ao seu padrinho, Comendador Vasconcelos, residente em Valença, na Bahia.

O Comendador, propenso a assegurar-lhe boa formação cultural e religiosa, matriculou-o no Seminário. Não se sentindo, porém, vocacionado para a vida sacerdotal, Sá Roriz fugiu do internato e viajou para Fortaleza, onde se matriculou na Escola Militar.

Tendo participado, em 1892, do levante dos cadetes contra o Governo do coronel Clarindo de Queiroz, foi desligado da Escola Militar e incorporado às Forças Armadas, sendo designado para

servir na guarnição de Manaus. Posteriormente foi transferido para Alegrete – Rio Grande do Sul.

Nessa cidade, conheceu o major Fernando Setembrino de Carvalho, do qual se tornou amigo e, nos momentos em que conversavam, em diversas ocasiões, declarou que cultivava o sonho de concluir um curso universitário, a fim de, retornando ao Ceará, fundar uma faculdade em Fortaleza, porque não se conformava com a limitação que enfrentavam os jovens conterrâneos para prosseguirem seus estudos, pois, na Capital cearense só havia uma instituição de Ensino Superior - a Faculdade de Direito.

Tendo sido Setembrino de Carvalho, em 1911, promovido a coronel, foi transferido para Porto Alegre e, lembrando do forte desejo expresso por Sá Roriz, obteve a transferência dele para a Metrópole gaúcha. Com esse gesto, Setembrino colaborou no sentido de que Sá Roriz iniciasse a longa caminhada em busca da realização do sonho acalentado.

Sá Roriz, chegando a Porto Alegre, de imediato, matriculou - se no Curso de Odontologia, à época, com a duração de dois anos, de sorte que, em 1912, Sá Roriz graduou-se cirurgião-dentista.

Dois anos após, em 1914, em decorrência da deposição do coronel Franco Rabelo, o então coronel Fernando Setembrino de Carvalho foi designado Interventor do Estado do Ceará. Logo após sua chegada a Fortaleza, foi promovido a general

Lembrando-se do amigo Sá Roriz, o convidou para comandar o 1º Batalhão de Polícia do Ceará. Dessa vez, um acontecimento político facilitou a realização do projeto cultivado pelo já ilustre jardinense, ensejando-lhe avançar na sua nobre caminhada em prol da ampliação do ensino superior no Ceará. Tendo aceito o convite, Sá Roriz desligou-se do Exército e, no dia 24 de maio de 1914, desembarcou em Fortaleza.

Estabelecendo-se na Capital do Ceará, iniciou as conversações com lideranças médicas, odontológicas e farmacêuticas, expondo o seu projeto de criação de uma faculdade.

Em 20 de novembro de 1914 reuniu, no edifício do Lyceu, médicos, cirurgiões-dentistas e farmacêuticos para um encontro, objetivando a criação de uma Faculdade de Medicina, Farmácia e Odontologia.

Naquela oportunidade, foi instituída a Faculdade de Medicina Tropical, Farmácia e Odontologia, tendo sido aclamado diretor da novel Entidade, o médico Dr. Eduardo Salgado.

Seis meses após, entretanto, o Dr. Eduardo Salgado, interpretando o sentimento da categoria médica, declarou que haviam chegado à conclusão de que, em Fortaleza, ainda não havia as condições necessárias para o funcionamento de um estabelecimento de ensino médico. Sá Roriz, porém, não arrefeceu do seu intento e declarou que concentraria seus esforços na instituição de uma Faculdade de Farmácia e Odontologia.

As reuniões prosseguiram no consultório do Dr. Raymundo Gomes, localizado na rua Major Facundo nº 39 (altos) e, no dia 12 de março de 1916, foi fundada a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, pelos cirurgiões-dentistas Francisco de Sá Roriz, Raymundo Gomes, Pedro Veríssimo de Araújo, Mozart Catunda Gondim e Mamede Cirino de Lima, e pelo farmacêutico Affonso de Pontes Medeiros.

Naquela data, foi ministrada pelo Dr. Francisco de Sá Roriz. a aula inaugural, na sede do Centro Espírita Cearense, localizado no 2º quarteirão da rua Major Facundo.

O professor e médico José Leite Maranhão - catedrático de Higiene e Legislação Farmacêutica, em 1962, presidindo a Comissão Diretora dos Anais da Faculdade de Farmácia e Odontologia,

referindo-se à valiosa contribuição de Francisco de Sá Roriz ao ensino superior do Ceará, registrou na mencionada publicação, o seguinte depoimento:

“A Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, simples ideia, a princípio, gerada numa obsessão psicodinâmica e evoluída numa gestação acidentada e heroica, sonho acalentado numa perspectiva de rara concepção altruística, tornou-se uma realidade magnífica, fecundada num prodígio de audácia e decisão, e aí está, para edificação da posteridade. ”

Francisco de Sá Roriz, sem dúvida, foi o pioneiro laureado dessa obra benemérita: gerou a Faculdade, numa vigorosa decisão do seu apostolado humanístico, contribuindo, assim, decisivamente, para a ampliação do ensino no Ceará e para a melhoria da saúde dos cearenses, em virtude da formação de farmacêuticos e cirurgiões-dentistas.

A Universidade Federal do Ceará não prestou qualquer honraria a Francisco de Sá Roriz que, arrostando grande dificuldade, colaborou, sobremaneira, com o ensino superior, deixando aos pósteros o 2º Estabelecimento de Ensino Superior, vez que apenas havia a Faculdade de Direito (1903).

A Faculdade de Farmácia e Odontologia, integrando-se às Faculdades de Direito, Agronomia, e Medicina, estabelecimentos de ensino superior federalizados, então existentes, contribuiu com a sua parcela de colaboração ao magnífico reitor Antônio Martins Filho na portentosa obra que empreendeu, resultando na Universidade Federal do Ceará.

A Academia Cearense de Odontologia, fundada em 1984, num reconhecimento à magnanimidade da obra realizada por Francisco de Sá Roriz, o elegeu patrono.

O presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, em decorrência de proposta do vereador José Barbosa Porto, instituiu a Medalha do Mérito Odontológico dr. Francisco de Sá Roriz. Referida honraria será conferida anualmente, no dia 25 de outubro - Dia do Cirurgião-Dentista Brasileiro, a cirurgião-dentista que tenha prestado relevantes serviços ao Município de Fortaleza.

Tive a honra de ser, em 2018, o primeiro laureado com essa distinção.

Sérvulo Mendes Barroso o Pioneiro da Cirurgia Bucomaxilofacial no Ceará

Em Pernambuco, localidade à época integrante do Município de Pacoti, no dia 13 de setembro de 1923, nasceu Sérvulo Mendes Barroso.

Seus estudos foram iniciados no Colégio São Francisco, em Canindé. Tendo, após o curso primário, mudado para Fortaleza, matriculou-se no Colégio Cearense do Sagrado Coração, onde concluiu o Ginásio (1º grau).

Em seguida, cursou, no Liceu do Ceará, de 1941 a 1943, o Científico (2º grau).

A 2ª Guerra Mundial irrompeu na Europa em 1939, tendo o Brasil, em 1942, aderido às forças aliadas que combatiam as potências do eixo: Alemanha, Itália e Japão.

Nessa oportunidade, foram convocados jovens oficiais da reserva e reservistas para defesa da costa brasileira ameaçada por frequentes incursões de submarinos alemães, bem como para compor a Força Expedicionária Brasileira, destinada a integrar o 5º Exército Norte-Americano combatendo na frente italiana.

Sérvulo foi convocado e incorporado à Força Aérea Brasileira em Fortaleza e, posteriormente, transferido para Recife, tendo participado, em ambas as cidades, de missões de patrulhamento da costa nordestina.

Na capital pernambucana, iniciou o Curso de História e Geografia na Faculdade Manoel Nóbrega, o qual teve que ser interrompido, em 1945, em face do seu desligamento do serviço militar e consequente regresso a Fortaleza.

Ao retornar, submeteu-se ao exame vestibular para ingresso no Curso de Odontologia da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, tendo obtido aprovação.

Durante o Curso, de 1945 a 1947, exerceu a presidência do Diretório Acadêmico Raymundo Gomes e da Comissão Organizadora do V Congresso Estadual de Estudantes. Nesse evento teve destacada atuação como Delegado da União Estadual dos Estudantes.

Graduou-se em Odontologia em 1947, dedicando-se, desde o ano seguinte, ao exercício da profissão. Engajou-se às entidades da categoria, integrando a diretoria do Centro Odontológico Cearense (atual Associação Brasileira de Odontologia – Seção do Ceará) e a do Sindicato dos Odontologistas do Ceará.

Em 24 de julho de 1948, contraiu matrimônio com Maria Graziela Nepomuceno Teixeira, que, após o casamento, adotou o nome de Maria Graziela Teixeira Barroso, de cujo consórcio nasceram três filhos: Vicente, Maria Eugênia e Rômulo.

Em 1951, viajou para São Paulo, onde frequentou o Curso de Cirurgia Odontológica, promovido pela Sociedade Médica da Beneficência Portuguesa, sob a orientação do Dr. Laet de Toledo César. Após concluir o Curso, estagiou com o Dr. Laet na clínica particular desse renomado mestre, localizada na Rua Marconi, no centro de São Paulo.

Ao regressar a Fortaleza iniciou sua atuação em Cirurgia bucomaxilar, intervindo, sob anestesia local, na sua clínica localizada no Edifício Santa Eliza à rua Guilherme Rocha, 326. A clínica dispunha de ambiente cirúrgico ao lado das instalações destinadas aos atendimentos clínicos e protéticos.

Caso a intervenção necessitasse do emprego de anestesia geral, o atendimento era realizado em hospitais particulares.

Atendendo a convite do Prof. Haroldo Gondim Juaçaba, Chefe do Serviço de Oncologia da Santa Casa de Misericórdia, passou

a integrar o quadro de colaboradores daquele Serviço, no qual permaneceu por cerca de dez anos.

Seu ingresso no corpo docente do Curso de Odontologia da Universidade do Ceará ocorreu em 1956 por indicação do Prof. Valfrido Teixeira Chagas – Catedrático da 1ª Cadeira de Clínica Odontológica, passando a integrar a equipe daquela Cadeira, na condição de Assistente de Ensino nº 20.

Após a implantação da Reforma Universitária na Universidade Federal do Ceará foi designado responsável pela Disciplina Anestesiologia e Exodontia.

Mantinha hábitos simples e, como dedicava grande amor à natureza, viajava nos finais de semana, com assiduidade, para sua propriedade no interior do Estado.

Sempre alegre e comunicativo, cultivou uma grande legião de amigos, dentre os quais destacava-se um amigo de infância - o famoso pintor Aldemir Martins, com o qual manteve sempre fraterno relacionamento.

Atuou na especialidade a que se dedicara até próximo o seu falecimento, ocorrido no dia 24 de agosto de 1983.

Uma excursão do Centro Odontológico Cearense ao Crato, em 1955, possibilitou o meu encontro com Sérvulo, tendo se estabelecido, a partir daquela ocasião, uma grande amizade.

Ao retornarmos a Fortaleza, convidou-me para assistir a uma intervenção cirúrgica na Casa de Saúde São Raimundo, na qual auxiliaria o Prof. Haroldo Juaçaba.

Em seguida fui distinguido com o convite para trabalhar com ele, surgindo, dessa forma, a honrosa oportunidade de trabalhar durante 27 anos (1955 – 1982) com esse valoroso profissional.

Outro setor que vale a pena ser realçado é o da sua participação pioneira no Serviço de Câncer da Santa Casa da Misericórdia de Fortaleza.

Atuamos nesse Serviço até a sua transferência para o Hospital do Câncer (atual Hospital Prof. Haroldo Juaçaba). Sérvulo, por mais de dez anos e eu, por cerca de quatro anos, atuamos assistindo pacientes portadores de lesões malignas de localização bucal, às quartas-feiras no ambulatório e, aos sábados, realizando intervenções cirúrgicas no centro cirúrgico daquele nosocômio.

Foi “Uma Vida Fértil”, como, com muita felicidade, destacou o confrade Joarez Porto no título da biografia que escreveu sobre o prof. Sérvulo Mendes Barroso e que, lamentavelmente, foi interrompida às vésperas de completar 60 anos.

Restabelecimento da Verdade Histórica

A Odontologia no Brasil, apesar de relativamente recente, como profissão institucionalizada, muito pouco conserva de registro de acontecimentos que contribuíram, no decorrer dos anos, para sua afirmação nos cenários científico e social.

São restritas as fontes idôneas para pesquisa que possibilitem às pessoas interessadas na evolução da atividade profissional, análise e comentários de algum valor histórico.

Os que tentam incursionar nesse setor sentem a carência de elementos publicados, além de desinteresse pelo tema ser comum à maioria dos cirurgiões-dentistas.

A par disso, o que considero mais grave é a existência de flagrantes deturpações promovidas por pessoas que, certamente desajustadas de contribuir para o destaque de alguns episódios, em face de não disporem do indispensável apoio conferido pelo conhecimento dos fatos, atropelam a verdade e divulgam ocorrências de maneira distorcida, prestando um desserviço à profissão e à sua história.

Os cirurgiões-dentistas devem ter a exata consciência do quão rápido foi a evolução da Odontologia, a qual, nos últimos anos, se afirmou técnica e cientificamente, no conceito das profissões de saúde.

O progresso constatado nos últimos 50 anos foi realmente de surpreender. Proporcionalmente, nenhuma profissão de saúde se desenvolveu tanto, em tão pouco tempo.

As abastadas famílias brasileiras, no período colonial, encaminhavam seus filhos à Europa para graduação em Direito, em

Portugal, ou em Medicina na França. A Odontologia veio do artesanato, sendo as atividades odontológicas exercidas, muitas vezes, por escravos.

Ainda na primeira metade do século passado, as tarefas inerentes à “arte dentária” eram exercidas cumulativamente por barbeiros que, apesar do baixo nível de instrução, sangravam, aplicavam ventosas e cáusticos e “realizavam operações cirúrgicas pouco importantes.”

Nos dias atuais, decorridos menos de cento e cinquenta anos, a Odontologia é exercida, no Brasil, com a indispensável base técnico-científica e num grau de competência que se equipara àquele constatado nas mais desenvolvidas nações.

Em pouco tempo foi percorrida extensa trajetória, impondo-se que os acontecimentos marcantes dessa caminhada sejam registrados para ciência dos pósteros e valorização dos colegas que se destacaram nas lides iniciais.

Uma passagem, que não pode ser olvidada, refere-se à instituição do ensino odontológico.

Esse fato histórico, da maior importância para o progresso da profissão, deve ser conhecido por todos os cirurgiões-dentistas em face de se constituir, acima de tudo, o marco assinalador do início da Odontologia brasileira como profissão de nível universitário, o que, sem dúvida, contribuiu para o notável desenvolvimento que se constata nos dias atuais.

Na condição de Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o Dr. Vicente Cândido Figueira de Saboia, sentindo que outras profissões da saúde deviam receber mais atenção, submeteu à consideração do Imperador um anteprojeto de Estatutos para as Faculdades de Medicina do império.

Em 1984, quando se comemorava o centenário de criação dos cursos de Odontologia no nosso País, uma empresa fabricante

de artigos odontológicos distribuiu, largamente, entre instituições de Ensino Odontológico, entidades associativas da categoria e cirurgiões-dentistas em geral uma simulação fantasiosa do documento legal alusivo ao ato.

Decreto Lei nº9.311, de 25 de outubro de 1884.

Dá novos Estatutos às Faculdades de Medicina.

Usando da autorização concedida pelo art. 2º #7º da Lei nº 3.141, de 30 de outubro de 1884; Hei por bem que nas Faculdades de Medicina do Império se observem os novos Estatutos que com este baixam, assignados por Filipe Franco de Sá, Visconde de Saboia, do Meu Conselho, Senador do Império, que assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1884, 63º da Independência e do Império.

Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador

Filipe Franco de Sá

Por final, é indicado, na simulação, o senador Filipe Franco de Sá com o título de Visconde de Saboia.

Neste ponto, foi estabelecida uma grande confusão, pois ao Senador do Império Filipe Franco de Sá (e não Filipe) jamais foi conferida essa honraria que pertenceu ao médico Vicente Cândido Figueira de Saboia, à época, diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Com uma ressalva, todavia, como o título de Visconde lhe foi outorgado pelo Imperador D. Pedro II, quatro anos depois, nem o próprio esculápio era Visconde de Saboia em 1884

Consultando na Biblioteca Nacional, acerca da autenticidade do documento suspeito, constatei que o Dr. Vicente Cândido Figuei-

ra de Saboia, diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, havia encaminhado ao Imperador D. Pedro I um anteprojeto de Estatuto para as Faculdades de Medicina que, tendo sido aprovado, foi sancionado através do Decreto nº 9.311 de 25 de outubro de 1884.

O Imperador, através do citado documento legal, ordenou tão somente, que fosse aplicado o Estatuto proposto.

O artigo 1º desse Estatuto dispunha que:

Cada uma das Faculdades de Medicina do Império se designará pelo nome da cidade em que tiver assento; será regida por um Director e pela Congregação dos Lentes, e se comporá de um curso de *scien-
cias medicas e chirurgicas*, e de tres cursos anexos: o de *pharmacia*, o de *obstetricia* e *gynecologia* e o de *odontologia*.

Na secção IV do mesmo documento, dedicada ao Curso de Odontologia, constavam no seu artigo 8º as matérias integrantes do currículo de graduação odontológica e no artigo seguinte, a sequência que as referidas matérias deviam obedecer nas três séries que o compunham.

Assim, efetivamente, se iniciou o ensino odontológico no Brasil, tendo os cursos anexos de Odontologia das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia como primeiros núcleos de formação de cirurgiões-dentistas.

Referências Bibliográficas

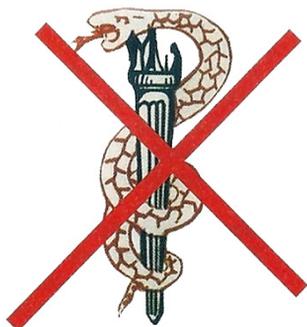
AGUIAR, O. *Dados bibliográficos do Visconde de Saboya*. Fortaleza, 1979. (Mimeo).

BRASIL. Decreto nº 9.311, de 25 de outubro de 1884. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1884*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. Parte I. Tomo XXI, Parte II Tomo XLVII. 1865.

ESTATUTOS das Faculdades de Medicina. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1884*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. Parte I. Tomo XXI. Tomo XLVII, 1865.

SALLES CUNHA, E *História da Odontologia no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: [s. n; s. d.].

O Símbolo da Odontologia



Símbolo errado



Símbolo correto

Apesar de constituir-se tema abordado por vários cirurgiões-dentistas, o símbolo da nossa profissão ainda é desconhecido por numeroso contingente de colegas.

Em face desse desinteresse, constatamos que na capa de periódicos ou em convites de formatura, por vezes, o símbolo da Odontologia é representado por um vistoso facho de fogo ostentando uma cobra com a cabeça acima da chama.

Nada mais fantasioso e distante da realidade, pois é sabido que esse réptil foge do fogo e, sem dúvida, jamais iria permanecer fogueando.

O verdadeiro símbolo da Odontologia é constituído por um bastão no qual a *Colluber Esculapii* (serpente amarela de Esculápio) se enrosca da direita para a esquerda, circunscrito por um círculo.

Esse modelo simbólico foi proposto por Benjamin Constant Nunes Gonzaga, dentista do Exército, divulgado num artigo intitulado “O Emblema Simbólico da Odontologia”, publicado em março de 1914, na *Revista Odontológica Brasileira*, posteriormente denominada *Revista da Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas*.

Em 1912, tendo a American Medical Association, adotado como seu símbolo o “bastão de Esculápio”, o autor mencionado, propôs, para o Corpo de Saúde do Exército, o símbolo eleito pela Medicina, inscrito numa circunferência – Medicina Circunscrita – por entender que a odontologia era a profissão médica que cuidava da cavidade bucal.

Posteriormente, quando da realização do VII Encontro dos Sindicatos de Odontologia do Brasil, ocorrido em 6 de novembro de 1973, sob os auspícios da Federação Nacional dos Odontologistas, foi constituído um Grupo de Trabalho integrado pelos professores Cyro Rausis, Amadeo Bobbio e Ernesto Salles Cunha. Discutindo o assunto, os eminentes colegas ratificaram o modelo anteriormente proposto, acrescentando apenas alguns detalhes com referência à coloração: o bastão deverá ser marrom e o círculo grená. Assim, foi recomendado pelo Grupo de Trabalho e aprovado na Assembleia Geral do evento.

Acerca do significado dos integrantes desse símbolo, transcrevemos o relato de Amadeo Bobbio e Elias Rosenthal, contido à página 413 do livro *A Odontologia no Brasil no Século XX*, de autoria de Elias Rosenthal.

Esculápio, ao sair da casa de uma doente, para o qual tinha perdido toda a esperança de salvação, cruzou com uma serpente de cor amarela, não venenosa, que lhe cerrou o passo. Esculápio, acreditando-se atacado, matou-a. No mesmo instante, se apresentou outra de igual tamanho e cor, e só então observou que o réptil levava na boca uma planta, com a qual pôde curar a doente desenganada. Desde então, foi a inseparável companheira do deus da Medicina, e se representa enroscada num bastão.

O Conselho Federal de Odontologia ratificou o que havia sido aprovado no VII Encontro dos Sindicatos de Odontologia do Brasil e oficializou esse símbolo, fazendo constar sua aprovação no texto do artigo 275 da Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia.

Cirurgião-Dentista, Pessoa Habilitada Profissional e Legalmente ao Exercício da Odontologia

Até há pouco tempo, era comum constatar a existência de vários vocábulos nomeando a profissão das pessoas que exerciam a Odontologia.

O Sindicato do Ceará, por exemplo, foi registrado no Ministério do Trabalho sob o título de Sindicato dos Odontologistas no Estado do Ceará.

Quando me inscrevi para concorrer a uma vaga no quadro do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes – IAPC, o lugar ofertado no Edital era de odontólogo. Ao assumir, das 12 às 15 horas eu era odontólogo, a partir daí, no consultório particular, eu era cirurgião-dentista.

A denominação cirurgião-dentista foi preconizada por Pierre Fauchard que nasceu na Bretanha (França) em 1678, tendo se notabilizado na pesquisa e no exercício profissional. Sua obra *Le Chirurgien Dentiste*, foi publicada em 1728, em francês, traduzida para o alemão e, posteriormente, inglês. Essa obra, em 2 volumes com 823 páginas, transformou-se num verdadeiro marco na Odontologia por conter conceitos avançados para a época.

Antes de Fauchard, os dentistas eram chamados *dentateurs* (fabricantes de dentadura). Foi, sem dúvida, o primeiro profissional a considerar a Odontologia como ciência e arte e não como mero trabalho exercido por pessoas habilitadas, mas sem estudo. Merecidamente recebeu o epíteto de Pai da Odontologia Moderna.

No Brasil, na tentativa de serem constituídos estabelecimentos odontológicos de ensino superior, foi sancionado o Decreto Nº 7.247, de 14 de abril de 1879, que dispunha no seu artigo 24: “A cada uma das Faculdades de Medicina ficam anexos - uma Escola de Farmácia, um curso de obstetrícia e ginecologia e outro de cirurgia dentária.”

O artigo 21 desse decreto, determinava: “o que tiver sido aprovado no curso de cirurgia dentária receberá o título de cirurgião-dentista.”

Apesar de o Curso de Cirurgia Dentária não ter sido implantado nessa ocasião, a denominação Cirurgião-Dentista passou a ser oficialmente empregada.

Observa-se, por exemplo, o Decreto Nº 4.494, de 26 de março de 1870: “Concede autorização ao Instituto de Cirurgiões-Dentistas estabelecido nesta Côrte para exercer suas funções e aprova os respectivos Estatutos.”

Consolida-se o emprego dessa denominação quando, no texto do Decreto de Nº 9.311, de 25 de outubro de 1884, por meio do qual o Imperador D. Pedro II aprovou o Estatuto para as Faculdades de Medicina do Império, proposto pelo Dr. Vicente Cândido Figueira de Saboia, oficializando a inclusão da odontologia no mosaico universitário.

Licenciamento de Dentistas Práticos

O golpe que depôs o Presidente Washington Luiz e impediu a posse de Júlio Prestes na contextura da revolução que se iniciou em 3 de outubro de 1930, possibilitou a posse de Getúlio Vargas na Presidência da República.

Contando com o apoio de alguns generais e grande número de oficiais jovens, integrantes do Movimento Tenentista, Getúlio Vargas tomou posse no dia 3 de novembro de 1930.

Foi, então, implantado o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, ficando, desde então suprimidos os direitos civis.

O País passou a viver um regime de exceção, com o chefe do Governo Provisório exercendo “discricionariamente, em toda a sua plenitude, as funções atribuídas, não só do Poder Executivo, como também do Poder Legislativo,” na conformidade do disposto no artigo 1º do Decreto Nº 19.398, de 11 de novembro de 1930.

Em tais circunstâncias, apesar de os cursos de Odontologia terem sido instituídos havia 46 anos, foi autorizado o exercício de ações odontológicas por práticos.

O Decreto Nº 19.852, de 11 de abril de 1931, que dispunha sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro, estatua, no artigo 314: “O Governo Federal expedirá decreto regulando no País o exercício da Odontologia, só o permitindo aos profissionais diplomados por Faculdades oficiais e equiparadas.”

Em flagrante contraste, o parágrafo único desse artigo prescrevia que o Governo Federal, além de autorizar as repartições de

saúde pública estaduais a expedirem licença aos atuais práticos contando mais de três anos de exercício da profissão, discriminava a natureza da atividade possível de ser exercida pelas mencionadas pessoas.

No final do ano, na conformidade do que dispunha o parágrafo único do artigo 314, do Decreto Nº 19. 852, de 11 de abril de 1931, há pouco citado, foi editado o Decreto Nº 20.862, de 28 de dezembro de 1931, regulando o exercício de atos odontológicos por dentistas práticos.

Esse documento determinava que os candidatos deviam requerer o exame de habilitação ao diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública e, nos estados, aos respectivos diretores dos serviços sanitários. O requerimento deveria ser acompanhado pelos seguintes documentos:

- a) Prova de exercer a profissão há mais de três anos;
- b) Atestado de vacinação contra varíola e de que não sofria de moléstia contagiosa nem de defeito físico incompatível em relação ao exercício da profissão;
- c) Certificado de bom comportamento e idoneidade moral; e
- d) Certidão de idade, ou documento equivalente, provando contar mais de 21 anos.

Os dentistas práticos que provassem ter mais de dez anos de exercício ininterrupto da profissão eram dispensados do exame de habilitação, sendo-lhes necessário, tão somente, apresentar os atestados constantes das letras b e c, há instantes mencionados.

As bancas examinadoras deveriam ser compostas por três professores de Escola de Odontologia Oficial ou a esta equiparada, competindo ao Departamento Nacional de Saúde Pública, e, nos

estados, aos diretores dos serviços sanitários, solicitar a designação dos examinadores.

Ao regular a localização dos dentistas práticos licenciados, o dispositivo legal determinava que, quando residentes há mais de dez anos numa localidade e nela exercendo o ofício, aí poderiam continuar atuando, ainda que ali estivesse estabelecido algum dentista diplomado.

Aos que não estivessem nessa situação, só era permitido se estabelecer em localidade que não contasse com prestação de assistência odontológica de dentista diplomado.

Posteriormente, o Decreto Nº 23.540, de 04 de dezembro de 1933, limitou até 30 de junho de 1934 os favores concedidos pelo dispositivo legal que assegurou o direito do exercício de atos odontológicos aos dentistas práticos.

O Conselho Federal de Odontologia, instituído pela Lei Nº 4.324, de 14 de abril de 1964, ao iniciar as suas atividades, por via da Resolução nº 4, ao disciplinar a inscrição dos cirurgiões-dentistas, incluiu os práticos beneficiados pelos decretos de 1931 e 1934, objeto desse texto.

O Primeiro Código de Ética Odontológica

Até os anos de 1950, a Odontologia era lecionada e exercida com tendência predominantemente artesanal.

À época, um acontecimento da maior relevância foi, sem dúvida, a criação da Associação Brasileira de Ensino Odontológico – ABENO.

Surgida em 2 de agosto de 1956, em Poços de Caldas, atuou, simultaneamente, na promoção de cursos destinados a docentes e na concessão de bolsas de estudos para aperfeiçoamento de integrantes do magistério, em centros de excelência, promovendo, assim, considerável melhoria no ensino odontológico.

Em decorrência, constatou-se, além do natural crescimento do padrão de desempenho dos cirurgiões-dentistas, paralelamente, mais conscientização de princípios éticos.

Conquanto grande número de profissionais ainda se mantivesse engajado em campanhas que objetivavam a erradicação das ações odontológicas exercidas por pessoas que não possuíam habilitação profissional, líderes da categoria já demonstravam interesse pela valorização dos aspectos éticos no desempenho profissional.

Muitos passaram a entender que não bastava ser um bom técnico, pois se impunha, ao lado disso, que o cirurgião-dentista atuasse observando princípios éticos quando se relacionava com pacientes, colegas e profissionais da área de saúde.

Os eventos científicos de interesse odontológico, nos anos 1950, eram promovidos pela União Odontológica Brasileira, antecessora da Associação Brasileira de Odontologia.

Assim, tivemos em Fortaleza, de 27 de janeiro a 2 de fevereiro de 1957, o VI Congresso Odontológico Brasileiro, promovido pela União Odontológica Brasileira e sob a presidência do colega José Mário Mendes Mamede, então presidente do Centro Odontológico Cearense.

Edmundo Nejm e Marcelo Augusto Galante, dois grandes nomes da Odontologia eram, respectivamente, presidente e secretário da União Odontológica Brasileira.

Durante esse evento, estive reunido o colendo Conselho Deliberativo Nacional da União Odontológica Brasileira.

Dentre as resoluções apreciadas na ocasião, merece destaque a aprovação do Código de Ética Profissional da União Odontológica Brasileira.

Como não houvesse, à época, um órgão legalmente instituído para fiscalizar a atuação dos cirurgiões-dentistas, dirigentes da Entidade maior da nossa profissão procuraram suprir essa necessidade sentida, aprovando um documento que os orientasse no exercício profissional.

Alertando e orientando o cirurgião-dentista, esse documento prestou significativa colaboração, por despertar a categoria para a necessidade de, ao lado da adoção de princípios técnicos, observar atitudes eticamente corretas. Por não ter amparo legal, não previa punições. Atuava como um acordo de intenções.

Deve ser destacado o fato de que o Código aprovado pela União Odontológica Brasileira se antecipou sete anos à instalação do Conselho Federal de Odontologia e catorze anos ao primeiro Código de Ética Odontológica sancionado por esse Colegiado.

A Lei Nº 4.324, de 14 de abril de 1964, que “Institui o Conselho Federal e os Conselhos Federais de Odontologia e dá outras

providências”, reconhecendo a importância do Código elaborado em 1957, dispôs no seu artigo 28:

“Enquanto não for elaborado e aprovado pelo Conselho Federal de Odontologia, vigorará o aprovado pelo Conselho Deliberativo Nacional da União Odontológica Brasileira no VI Congresso Odontológico Brasileiro.”

Em 14 de abril de 1971, o Conselho Federal de Odontologia aprovou o primeiro Código de Ética Odontológico, mediante a Resolução CFO 59/71, cujo anteprojeto foi elaborado pelos professores Ailton Gondim Lóssio, João Nunes Pinheiro e José Dilson Vasconcelos de Menezes.

Em decorrência, cessaram os efeitos do Código de Ética Profissional, outorgado, havia sete anos, pela União Odontológica Brasileira, cuja vigência fora assegurada pela Lei Nº 4.324, até a promulgação de um Código de Ética Odontológico pelo Conselho Federal de Odontologia.

Asociación Latinoamericana de Facultades de Odontología - ALAFO

A ideia inicial da instituição da Asociación Latinoamericana de Facultades de Odontología – ALAFO, surgiu no México, em 1958, em decorrência do sucesso alcançado pelo 1º Congresso Panamericano de Odontología.

Nesse evento, reuniram-se representantes de 16 Faculdades de Odontología do Canadá, Estados Unidos, América Central, Antilhas e América do Sul, contando, ainda, com um representante da Itália.

Da troca de opiniões entre os participantes, surgiu a ideia da instituição de uma entidade que tivesse por objetivo, por meio da educação odontológica, alcançar a melhoria do ensino e a ampliação do número de faculdades.

Posteriormente, concluíram que se impunha a necessidade de ser instituída uma sociedade de âmbito latino-americano, congregando as faculdades de Odontología

Foi elaborada a ata de fundação e eleita a primeira diretoria com a seguinte composição:

- Presidente - Raymond Baralt Jr. – Porto Rico;
- Vice-Presidente - Fernando Camino Cestero – São Domingos;
- Sec. de Educação - Jorge Braham S. – Guatemala;
- Sec. de Organização - Ignacio Reynoso Obregon - México;
- Sec. de Publicações - Pablo T. Guerrero – Equador.

Durante o seu primeiro ano, a diretoria eleita obteve recursos financeiros para traduzir para o espanhol o *Survey of Dental Education in America*.

A segunda reunião ocorreu em 1954, em Nova York. A partir daí, os dirigentes passaram a se preocupar com certas barreiras que se interpunham entre as faculdades de língua inglesa e as de língua espanhola, além das diferenças em decorrência do nível de desenvolvimento entre esses países (desenvolvidos e “em desenvolvimento”).

Consolidou-se, então, o pensamento de que se impunha a constituição de uma entidade eminentemente latino-americana.

A decisão ocorreu em 1960, quando Jorge Braham S., propôs a instituição da Asociación Latinoamericana de Facultades de Odontología e apresentou um anteprojeto de Estatuto, que foi aprovado por unanimidade.

À época, o ensino odontológico caracterizava-se por ser fundamentado em Cânones rígidos, além de copiados do estrangeiro, onde as necessidades eram bastante diferentes.

Considerando esse quadro, os dirigentes de faculdades entenderam que havia necessidade de melhor preparação odontológica e social por parte dos discentes, de serem identificadas as necessidades das populações dos diversos países, além do aumento do número de faculdades, insuficientes para prestação de atendimento às necessidades sentidas.

Mário Chaves, então assessor odontológico da Oficina Sanitária Panamericana, apoiou a ideia da ALAFO, obtendo recursos para que Jorge Braham S., visitasse países latino-americanos explicando aos dirigentes de faculdades acerca da necessidade de apoio à ALAFO. Nessa oportunidade, Jorge Braham S. visitou 16 estabelecimentos de ensino odontológico.

Ainda em 1960, uma Junta Diretora presidida por Victor Gonzalez Mendonza reuniu-se no Panamá, tendo deliberado acerca da realização de um Seminário em Bogotá, no próximo ano. Na data aprazada, realizou-se, patrocinado pela Organização Mundial de Saúde e Fundação Kellogg. Na ocasião, foram aprovados novos Estatutos, de conformidade com anteprojeto de Estatutos elaborado por Mário Chaves e Jorge Braham S.

Assim, considera-se, em 1961, fundada e instalada a Asociación Latinoamericana de Facultades de Odontologia – ALAFO.

De 1962 a 1965, a ALAFO foi dirigida por Jorge Braham S., que realizou excelente trabalho iniciado com a implantação da Oficina Central da Associação na Guatemala.

Durante o III Seminário Latino-Americano sobre Ensino Odontológico, realizado em Petrópolis, de 27 de novembro a 2 de dezembro de 1966, realizou-se o III Congresso da Asociación Latinoamericana de Facultades de Odontologia – ALAFO, tendo sido empossado na presidência Paulino Guimarães Jr. – Brasil que encerrava, na ocasião, o seu mandato de dez anos à frente da Associação Brasileira de Ensino Odontológico – ABENO.

Durante o seu mandato, manteve a regularidade semestral da Revista da ALAFO e realizou dois eventos da maior importância, I Seminário da ALAFO sobre ensino de Odontopediatria e IV Congresso da ALAFO, ambos em Caracas.

Sua participação do II Congresso da Federación Panamericana de Asociaciones de Facultades de Medicina – FEPAFEM ensejou proveitoso estabelecimento de negociações para efetivação de programa conjunto entre as duas entidades (ALAFO e FEPAFEM) com vistas ao desenvolvimento de projetos direcionados à integração das profissões da área da saúde.

Como coroamento, manteve entendimentos com a Fundação Kellogg, tendo obtido o financiamento das despesas com a instalação e o funcionamento, por três anos, de uma oficina da ALAFO no Rio de Janeiro, e designado para secretário adjunto da ALAFO e encarregado da oficina, Mário Chaves.

No período de 1972 a 1982, a ALAFO teve a direção de Raymond Pauly S., da Costa Rica, tendo como vice-presidente até 1979, Joaquim Ulloa, da Costa Rica, e de 1979 a 1982, Edrízio Barbosa Pinto, do Brasil.

Durante o seu mandato, a Oficina Central funcionou na Guatemala e manteve a periodicidade da Revista da ALAFO entre outras atividades, como:

- Visitas às Faculdades integrantes da ALAFO.
- Cursos sobre Odontologia Preventiva.
- Cursos regionais, em vários países, sobre Materiais Dentários e Prótese.
- Cursos-Seminários sobre currículo odontológico.
- Programas objetivando a unidade curricular.
- Uso de tecnologia educativa.

Em novembro de 1974, Edrízio Barbosa Pinto, então Diretor Executivo Adjunto da ALAFO, numa reunião em Porto Rico, propôs o *Proyecto de formacion del cirujano dentista para a realidade latino-americana – PROLATINO*, que teve aprovação, tendo sido designada a Faculdade de Odontologia de Pernambuco para execução do projeto.

De 22 a 24 de setembro de 1975, a ALAFO promoveu, na Faculdade de Odontologia de Pernambuco, o Seminário Latino-Americano sobre Currículo Odontológico, reunindo oito professores de faculdades de Odontologia de países da América Latina.

Em face de um convênio cultural estabelecido pelo governo brasileiro com os demais países da América Latina, as embaixadas brasileiras nesses países recebiam as solicitações dos candidatos e encaminhavam os estudantes para graduação em Odontologia ou para mestrado em Odontopediatria ou Dentística – Endodontia na Faculdade de Odontologia de Pernambuco.

De 1978 a 1981, concluíram graduação em Odontologia 52 alunos, e obtiveram o título de mestre 14 cirurgiões-dentistas de vários países da América Latina.

Manteve projetos cooperativos com outras associações, fundações ou organizações, além de comunicação constante com faculdades integrantes da ALAFO, associações de faculdades e membros do Comitê Executivo.

Edrízio Barbosa Pinto assumiu a Presidência em 1983, tendo durante a sua gestão promovido, anualmente, Cursos de Odontopediatria Social e Periodontia Social para grupos de professores brasileiros, em Illinois, contando com o suporte financeiro assegurado pela Organização Mundial de Saúde, Oficina Sanitária Panamericana e Fundação Kellogg.

Promoveu os seguintes eventos:

- Reunião do Comitê Executivo da ALAFO, no Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 1982.
- VIII Congresso da ALAFO, no Recife, de 2 a 5 de dezembro de 1983.
- Reunião anual do Comitê Executivo e Assembleia Geral Extraordinária da ALAFO, em Lima, nos dias 13 e 14 de dezembro de 1984.
- IX Congresso da ALAFO, em Guadalajara, de 23 a 25 de outubro de 1955.
- Reunião Anual do Comitê Executivo da ALAFO, em Tegucigalpa, nos dias 11 e 12 de setembro de 1986.

- X Congresso da ALAFO, em Santiago, de 18 a 21 de outubro de 1987.
- Reunião Anual da ALAFO, em La Paz, de 27 a 30 de outubro de 1988.
- XI Congresso da ALAFO, em Buenos Aires, de 18 a 21 de novembro de 1989.
- XXVIII Seminário Odontológico da ALAFO, em São Paulo, de 20 a 25 de janeiro de 1990.
- XVI Congresso da ALAFO, realizado nos dias 23 e 24 de janeiro de 2000 em São Paulo.

A retração financeira que atingiu os países latino-americanos acarretou grande dificuldade ao funcionamento da Entidade.

O presidente Edrízio Barbosa Pinto, em razão do panorama desanimador que se apresentava, dirigiu-se ao Dr. Carlile Guerra de Macêdo, representante da Organização Mundial de Saúde e da Organização Panamericana de Saúde no Brasil, solicitando o apoio dessas entidades.

Graças ao apoio financeiro obtido dessas organizações, foi possível manter as atividades da ALAFO até 2002, quando, lamentavelmente, encerrou suas atividades.

Referências Bibliográficas

Revista da ALAFO, v. 16, n. 1, jan., 1982.

Revista da ALAFO, v. 17/18, n. 1/2, jan./jul., 1983/1985.

Boletim Informativo da ALAFO, ano 1, n. 1, jan./fev., 1985.

Boletim Informativo da ALAFO, ano 1, n. 2, mar./out., 1985.

Boletim Informativo da ALAFO, ano 2, nov./ago., 1985/1986.

DOCUMENTOS do III Congresso da ALAFO – Petrópolis 2 a 6 dez 1966.

MEMÓRIA – Trabalhos realizados durante o período 1972 – 1975
– Oficina Central – Guatemala.

MEMÓRIA – trabalhos da Oficina Central da ALAFO 1965 – 1966.
Ofícios e relatórios recebidos.

Instituição da Associação Brasileira de Ensino Odontológico - ABENO

Os cursos de Odontologia foram instituídos no Brasil, em 1884, mercê da visão do Dr. Vicente Cândido Figueira de Saboia, então diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Por meio do ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império – Filipe Franco de Sá, o diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro propôs à Sua Majestade, o Imperador D. Pedro II, novos estatutos para as faculdades de Medicina existentes no Império: no Rio de Janeiro e em Salvador.

No artigo 1º, o mencionado documento explicitava que “cada Faculdade de Medicina do Império se comporá de um curso de ciencias médicas e cirúrgicas e de três cursos anexos: o de pharmacia, o de obstetrícia e gynecologia e o de odontologia.”

A evolução da etapa artesanal, em que o candidato era submetido a exames numa faculdade de Medicina após aprendizagem de dois anos com um dentista aprovado para a fase de graduação em cursos universitários, como não podia deixar de ser, processou-se de maneira muito lenta.

Na década de 1950, eram raras as publicações na área odontológica. As revistas não conseguiam manter continuidade nas tiragens e os livros eram, em maioria, tradução, em espanhol, de compêndios editados nos Estados Unidos. O corpo docente das faculdades de Odontologia, como ocorria com os demais cursos superiores, era constituído, em sua maioria, por profissionais despreparados para o magistério.

Nessa conjuntura, à época Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES deliberou acerca da necessidade de convocar uma reunião de representantes das 32 faculdades de Odontologia existentes.

Foi constituída uma Comissão Mista composta de representantes da própria CAPES, do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP e da International Cooperation Administration – ICA (Ponto IV), com a incumbência de planejar o mecanismo de realização da projetada reunião.

Após o assunto ser debatido por cerca de quatro meses, foi confiado a Cláudio Ferreira de Mello – Professor da Faculdade de Odontologia da então Universidade do Brasil que integrava a Comissão na qualidade de Assessor do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, a tarefa de estabelecer contatos preliminares e planejar o evento que deveria ocorrer no segundo semestre de 1956.

Acompanhado pelo Dr. Cid Loureiro Netto, integrante do quadro da CAPES, o professor Claudio Mello viajou para São Paulo e, dando início ao seu trabalho, programou um jantar no qual manteve contato com um grupo de professores e assistentes da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo – USP.

Reconhecendo a liderança demonstrada pelo professor Paulino Guimarães Jr., no Relatório elaborado em 18 de abril de 1956 e, por ele apresentado ao professor Rudolph P. Atcon – Diretor da CAPES - esse professor encabeçou a lista dos docentes convidados para uma entrevista e discussão da proposta, mencionando em seguida ao nome “líder do ensino odontológico em São Paulo”.

Acreditamos que o professor Cláudio Mello já antevia a possibilidade de que fosse confiada ao insigne mestre a missão de presidir a Entidade que nasceria do encontro de professores de Odontologia.

Além do professor Paulino Guimarães Jr., participaram da reunião os professores: Barroso do Amaral, Celso de Lima Pereira, Policiano Leite Neto e a Dra. Lourdes Leite.

Reunindo professores de cadeiras clínicas e de disciplinas básicas, teve o intuito de proceder a maior aproximação entre as duas áreas, à época, atuando bastante afastadas, e, com isso, reduzir a dicotomia reinante no ensino odontológico.

Ao início da sua exposição, deu ciência aos participantes da sua missão acerca do planejamento de uma reunião idealizada pela CAPES reunindo representantes das escolas e faculdades de Odontologia, a fim de que fossem discutidos problemas no ensino odontológico, e adiantou ter sido escolhida a cidade de Poços de Caldas – MG para a realização do evento.

Após sua exposição, discutiu assuntos relativos à dinâmica da reunião, adiantando acerca da possibilidade de ser instituída uma entidade que congregasse a docência odontológica.

Partindo de São Paulo, o professor Claudio Mello viajou para Poços de Caldas, onde realizou minucioso levantamento das condições existentes com vistas à realização do evento, a par de estabelecer contato com personalidades de importância na vida da cidade.

Além de inspecionar e aprovar as instalações do Palace Hotel e estabelecer uma previsão orçamentária, procedeu ao levantamento dos preços de passagens aéreas das cidades servidas por transporte aéreo para Poços de Caldas, bem como preços cobrados por ônibus, partindo das cidades que não dispunham de linhas aéreas.

A reunião idealizada pela CAPES e coordenada pelo professor Cláudio Ferreira de Mello realizou-se no Palace Poços de Caldas – MG, de 30 de julho a 4 de agosto de 1956, contando com a participação de 28 diretores ou representantes das 32 escolas ou faculdades de Odontologia.

Durante esse evento, no dia 2 de agosto de 1956, foi instituída, em caráter experimental, a Associação Brasileira de Estabelecimentos de Ensino Odontológico – ABEEO, tendo sido aclamados presidente e secretário os professores Paulino Guimarães Jr. e Cláudio Ferreira de Mello, respectivamente.

Dois anos depois, reunidos em Natal – RN diretores ou representantes das 32 escolas ou faculdades de Odontologia foi mudada a denominação para Associação Brasileira de Ensino Odontológico – ABENO, aprovado o Estatuto e eleitos os professores Paulino Guimarães Jr. - presidente e Claudio Ferreira de Mello – secretário.

No decurso da sua existência, a Associação Brasileira de Ensino Odontológico – ABENO presta expressiva colaboração ao aperfeiçoamento do ensino odontológico.

Nos anos iniciais, priorizando o aprimoramento do corpo docente, promoveu substancial mudança na realidade de formação do cirurgião-dentista, concedendo bolsas de estudos a docentes para estágios ou cursos, tanto no País como no Exterior contando para isso com suporte financeiro assegurado pela CAPES, empresas privadas e convênios com a International Cooperation Administration (Ponto IV) e Fundação Kellog. Tanto a implantação das clínicas integradas, como do currículo mínimo e, posteriormente, das diretrizes curriculares, para citar mudanças mais expressivas, ocorreram após exaustivos debates no âmbito da ABENO.

Promovendo reuniões anuais, a ABENO propõe à discussão dos participantes, temas de relevância para melhoria do ensino. As conclusões desses debates, normalmente encaminhados ao Ministério da Educação, contribuem para a obtenção de avanços significativos no processo ensino e aprendizagem na área odontológica, bem como no desempenho dos cirurgiões-dentistas de um modo geral.

Exerceram a presidência da ABENO: Paulino Guimarães Jr. 1956/1966; Francisco Degni - 1966/1970; Helio Senna de Figueiredo - 1971; Edrizio Barbosa Pinto - 1971/1994; Alfredo Júlio Fernandes Neto - 1994/2002; Antônio César Perri de Carvalho - 2002/2006; Alfredo Júlio Fernandes Neto - 2006/2010; Maria Celeste Morita - 2010/2014. Preside, hoje, a instituição Vânia Regina Camargo Fontella – 2018/2022.

Associação Nordestina e Nortista de Ensino Odontológico ANENNO

A Associação Brasileira de Ensino Odontológico, fundada em 1956 exerceu, na sua primeira década, um papel da maior relevância no aprimoramento do ensino odontológico.

Nesse período, de 1956 a 1966, a Entidade foi presidida pelo prof. Paulino Guimarães Jr. e secretariada pelo prof. Cláudio Ferreira de Mello.

Mercê da invulgar dedicação de ambos, da grande experiência administrativa do presidente e do apoio assegurado, tanto pela CAPES quanto por empresas particulares, o ensino odontológico experimentou notável progresso em decorrência, principalmente, da implantação de um vigoroso programa de concessão de bolsas de estudo a docentes.

No final de 1966, o prof. Paulino Guimarães Jr. afastou-se da Presidência da ABENO por ter sido eleito presidente da Asociación Latinoamericana de Facultades de Odontología – ALAFO.

A Diretoria que assumiu, não contando com o apoio financeiro anteriormente concedido por empresas particulares, e tendo sido reduzido o financiamento da CAPES, não teve condições de manter o ritmo de atuação constatado anteriormente.

As solicitações de bolsas de estudos encaminhadas à CAPES por docentes de Odontologia, por sua vez, aumentavam anualmente. Em 1967, esses pedidos totalizaram 121, dos quais 61 (mais de 50%) eram de candidatos da região Nordeste.

Essa realidade de retração na caminhada ascensional então vigente provocou intensa preocupação ao professor Edrizio Barbo-

sa Pinto, à época, integrante do Conselho Técnico da CAPES e diretor da Faculdade de Odontologia de Pernambuco.

Obstinado batalhador em prol da melhoria do ensino odontológico, o prof. Edrízio, em face desse quadro, sentiu a necessidade de ser constituída uma entidade que apoiasse os legítimos anseios da docência odontológica do Nordeste.

Da ideia, após auscultar as lideranças e as bases educacionais da Odontologia, partiu para a ação. Manteve contato com os diretores das faculdades de Odontologia sediadas no Nordeste, convidou-os para um debate sobre o assunto e, numa reunião realizada na Faculdade de Odontologia de Pernambuco, no Recife, com a presença de representantes das 12 faculdades (dez em funcionamento e duas em organização), foi fundada, no dia 7 de fevereiro de 1968, a Associação Nordestina de Ensino Odontológico – ANENO.

Tive a honra de participar da atuação dessa Entidade desde a sua fundação numa dupla condição: vice-presidente da ANENO e presidente da ANENO – Seção da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Ceará. O Estatuto da Entidade previa que o seu quadro dirigente contaria com tantos vice-presidentes quantas fossem as faculdades da região porque, em cada estabelecimento de ensino filiado à ANENO deveria funcionar uma seção da Associação a ser presidida pelo ocupante da vice-presidência exercida pelo docente da respectiva Faculdade.

No ano seguinte, em atendimento ao pedido dirigido pelas faculdades de Odontologia dos Estados do Pará e do Amazonas, a Diretoria da ANENO aprovou a incorporação das instituições de ensino odontológico dos dois Estados, alterando a denominação para Associação Nordestina e Nortista de Ensino Odontológico e, em decorrência, a sigla pela incorporação de mais um N passando a ser ANNENO.

Dentro de poucos anos de existência, a Entidade promoveu cursos de atualização nas diversas faculdades, além de cursos realizados pelas seções da ANNENO.

Merecem especial registro a Programação de Cursos Intensivos para Acadêmicos de Odontologia do Norte e Nordeste e os Encontros de Bolsistas de Odontologia.

A programação constituiu-se de excelente mobilização de estudantes, ocorrida em três ocasiões: no Recife (1969); São Luiz (1970) e João Pessoa (1971). Nas três edições reuniram - se alunos de todas as faculdades do Nordeste, observando-se critérios de seleção: que tivessem obtido as melhores classificações e estivessem cursando um dos dois últimos semestres do Curso. Nesses eventos eram proferidas conferências sobre liderança, ética, responsabilidade profissional, trabalho comunitário, odontologia preventiva e outros temas.

Os encontros, por sua vez, reuniam, no Recife, docentes de várias faculdades que haviam cumprido, no ano anterior, estágio em centros de treinamento do Sul e Sudeste do País, para proveitosa troca de experiências.

Em 1974, quando da conclusão do 2º mandato da Diretoria, estando os dirigentes reunidos em assembleia para escolha dos integrantes para novo mandato, levantei uma questão de ordem solicitando a extinção da ANNENO.

Argumentei, na ocasião, que o surgimento da Entidade ocorrera em face do vazio decorrente da retração da atividade da ABENO e que, no momento, tendo sido retomada profícua atuação dessa Entidade, cessara a necessidade de atuação da Entidade Regional. Além disso, devia ser levado em consideração o fato de ser inaceitável que, tendo o prof. Edrizio Barbosa Pinto assumido a Presidência da ABENO, dirigindo, portanto, uma Entidade de cará-

ter nacional, mantivesse em funcionamento uma Entidade Regional com funções idênticas.

A questão de ordem foi por todos acatada, tendo os membros da Assembleia Geral concordado com o encerramento da ANNENO que tanto contribuiu para o aprimoramento do ensino odontológico, principalmente na região Nordeste.

A Instituição do Conselho Federal e dos Colegiados Regionais de Odontologia

Nos anos 1950, o panorama da Odontologia no Brasil era bastante sombrio. O ensino realizado nas 32 escolas ou faculdades de Odontologia então existentes, se mostrava deveras deficiente. O curso de graduação era ministrado e concluído em apenas três períodos letivos anuais, sendo desenvolvida a matéria em quatro disciplinas – então chamadas *cadeiras* - a cada ano, constatando-se que reduzida atividade prática constava da programação. As bibliotecas, na maioria dos estabelecimentos de ensino, dispunham de reduzido número de publicações.

O Ministério da Educação e Cultura, constatando essa situação, mobilizou a Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior – CAPES, que designou outra Comissão, coordenada pelo professor Cláudio Ferreira de Mello. A esta competia planejar e promover uma reunião dos dirigentes das escolas ou faculdades de Odontologia, a fim de avaliar a situação e sugerir a adoção de medidas para corrigir as deficiências.

O evento ocorreu em Poços de Caldas - MG, de 30 de julho a 2 de agosto de 1956, o qual, além de valiosas conclusões, ensejou o surgimento da Associação Brasileira de Ensino Odontológico – ABENO (inicialmente denominada Associação Brasileira de Estabelecimentos de Ensino Odontológico – ABEEO).

Com o advento dessa Entidade, nos dez primeiros anos dirigida pelo professor Paulino Guimarães Junior e secretariada pelo professor Cláudio Ferreira de Mello, instalou-se intensa programação de aperfeiçoamento docente, que contou com vigoroso apoio da CA-

PES, cujos resultados, em breve tempo, foram constatados mercê da melhoria observada no ensino de formação odontológica e, por consequência, no progresso e ascendente valorização profissional.

Na época, estavam devidamente estruturados e atuantes os Conselhos Federais e Regionais de Medicina e de Farmácia, entretanto, no que se refere à fiscalização ética do desempenho dos cirurgiões-dentistas, oficialmente nada fora cogitado.

A Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas – APCD, entidade que então já se destacava pelo excelente trabalho desenvolvido em prol do aperfeiçoamento e da projeção da atividade odontológica, ministrando cursos e promovendo eventos científicos, solicitou ao Governo Federal a criação de um órgão fiscalizador da ética profissional da categoria.

A proposta, acompanhada, inclusive, de sugestão sobre o texto legal, foi encaminhada ao Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia, organismo subordinado ao Ministério da Saúde que, após elaborar um substitutivo, enviou o documento ao mencionado Ministério, do qual recebeu aprovação.

Ato contínuo, por via da Exposição de Motivos de nº 185, de 31 de agosto de 1960, foi a matéria encaminhada pelo ministro da saúde, Pedro Paulo Penido, ao presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

O Chefe do Poder Executivo manifestou-se favoravelmente e, por intermédio da Mensagem de nº 375, de 27 de setembro de 1960, encaminhou um Projeto de Lei ao Congresso Nacional.

Após quatro anos de tramitação em comissões das duas casas do Congresso, no dia 14 de abril de 1964, o Projeto de Lei converteu-se na Lei Nº 4.324, sancionada pelo deputado federal Ranieri Mazzilli, então Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício da Presidência da República, em face da deposição do Presidente João Belquior Marques Goulart pelas Forças Armadas.

No dia 30 de julho de 1965, no Hotel Glória, Rio de Janeiro, durante a realização do IX Congresso Brasileiro de Odontologia e II Congresso Internacional de Odontologia, reuniram-se os cirurgiões-dentistas indicados pela Federação Nacional dos Odontologistas, cujos nomes haviam sido referenciados pelos ministros do Trabalho e Previdência Social e da Saúde, com o objetivo de instalar, em caráter provisório, o Conselho Federal de Odontologia.

Dessa reunião, participaram os cirurgiões-dentistas: Valério José de Brito – SP; Paulo Macedo – RJ; Mário Barroso Filho – RJ; Dilson Ávila Tomé – RJ; Aristeo Gonçalves Leite – RJ e Cyro Rausis – PR.

A presidência dos trabalhos foi confiada ao CD Paulo Macedo, por ser o mais idoso, o qual indicou para secretariá-la o CD Valério José de Brito.

Não compareceram os cirurgiões-dentistas também indicados: Rui Tupinambá – SP; Plínio de Azevedo Marques – SP; Haroldo Dias Ribeiro – MG e José Calunga Gonzalez – RJ.

Na oportunidade, em escrutínio secreto, foi eleita a Diretoria Provisória do Conselho Federal de Odontologia, integrada por: Dilson Ávila Tomé – presidente; Plínio de Azevedo Marques – vice-Presidente; Paulo Macedo - secretário geral; e Mário Barroso Filho – tesoureiro.

A posse foi efetivada, posteriormente, na sede da Federação Nacional dos Odontologistas, tendo as reuniões iniciais ocorrido nas dependências da Confederação Nacional das Profissões Liberais.

Apesar de constar do artigo 8º da Lei Nº 4.324 que 20% da totalidade do imposto sindical pago pelos cirurgiões-dentistas integraria a renda do Conselho Federal de Odontologia, não ocorreu qualquer repasse financeiro, tendo sido as despesas do exercício de 1955 custeadas pelos membros da Diretoria do Conselho então instalada.

Em 1966, foram designados os nomes que deveriam compor as primeiras diretorias dos Conselhos Regionais de Odontologia. As cinco primeiras foram para os Estados da Guanabara, São Paulo, Amazonas, Minas Gerais, e do Distrito Federal.

Em 19 de março de 1967, por meio do Ofício de Nº 142, o presidente Dilson Ávila Tomé comunicou ao presidente do Sindicato dos Odontologistas do Ceará, CD Francisco Nogueira de Pontes, que “no dia 18 de fevereiro próximo passado foram votados os Membros Efetivos e Suplentes de mais 7 Estados, sendo que Mato Grosso e Ceará, pelas condições apresentadas, permitiu-nos escolher as suas Diretorias. ”

Para o Estado do Ceará, após relacionar os membros efetivos e suplentes, o ofício menciona José Dilson Vasconcelos de Menezes – presidente; Carlos Alberto Maciel – secretário; e Jonas Santana Ferreira – tesoureiro.

Em decorrência dessa designação, coube-me a honrosa incumbência de promover a instalação do Conselho Regional de Odontologia do Ceará, e, por consequência, iniciar a relação de inscritos, cumprindo a mim, também, o privilégio de ter a inscrição CRO-CE 001.

Além dos dois Estados, cujas diretorias foram escolhidas, para Pernambuco, Paraná, Pará, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, foram designados os membros efetivos e suplentes, os quais deveriam promover a eleição das respectivas diretorias para implantação dos colegiados regionais.

A primeira eleição objetivando a constituição do Conselho Federal de Odontologia, em caráter definitivo, ocorreu na sede do Sindicato dos Odontologistas do Rio de Janeiro, no dia 30 de junho de 1967. Participaram do pleito, sete delegados eleitores representando os Conselhos Regionais de São Paulo, Mato Grosso, Amazo-

nas, Guanabara, Distrito Federal, Minas Gerais e Paraná. Votaram em chapa única, elegendo efetivos e suplentes, para um mandato de três anos, de 01.07.1967 a 30.01.1970. No dia seguinte, os membros eleitos escolheram, por voto, a Diretoria do Conselho Federal de Odontologia, que teve a seguinte composição:

Presidente Antônio Saraiva Filho
Vice-Presidente Adriano Magalhães Freire
Secretário Geral Valério José de Brito
Tesoureiro Nilson Calazans Rego

No decurso de 55 anos, de 1965 até o corrente ano (2020), foram eleitos para o exercício da presidência do Conselho Federal de Odontologia, 11 cirurgiões-dentistas: Dilson Ávila Tomé, Antônio Saraiva Filho, Anselmo Abrantes Fortuna, Adriano Magalhães Freire, Newton Bueno Bruzzi, Fernando Souza Lapa, Osmar Soares de Freitas, João Hildo de Carvalho Furtado, Jacques Narcise Henri Duval, Miguel Álvaro Santiago, Ailton Diogo Morilhas Rodrigues e Juliano do Vale.

Especialidades Odontológicas

O exercício de Especialidades por profissionais da área da saúde não se constitui prática dos dias atuais.

Na Índia, constam em relatos, que há 2.000 anos a.C, eram exercidas: cirurgia; olhos, ouvidos, nariz e garganta; terapêutica; doenças do demônio; cuidado infantil; afrodisíacos; prolongamento da juventude e ioga.

Heródoto de Halicasso, um grego da periferia do mundo helênico, frequentemente cognominado “o Pai da História”, empreendeu viagens à Pérsia, Mesopotâmia, costa do Mar Negro e Egito.

Baseado nessas experiências, escreveu um bom número de livros.

Por volta de 450 a.C., escreveu um documento sobre a Medicina praticada no Egito.

Jurgen Thowald, médico e historiador, relata o mencionado texto no seu livro *O Segredo dos Médicos*:

Quanto a Medicina egípcia existe essa organização: cada médico cuida de uma certa doença e não de várias. O país está todo cheio de médicos, pois há médicos para os olhos, outros para a cabeça, outros para os dentes, outros para o corpo e outros também para as doenças obscuras (THOWALD, Jurgem).

Particularizando o enfoque de especialidades para a Odontologia, citamos, de início, os Estados Unidos da América do Norte por ter sido o primeiro país a instituir um estabelecimento de ensino dedicado à formação de profissionais dedicados às ações odontológicas.

Em 1839, Horace H. Hayden e Chapin A. Harris fundaram o Baltimore College of Dental Surgery.

A Odontologia naquele país desenvolveu-se com rapidez, tendo em 1930, sido reconhecidas as primeiras Especialidades: Ortodontia e Periodontia. Posteriormente os dentistas norte-americanos ampliaram para oito especialidades.

Entre nós, em 1884, ocorreu a criação do primeiro Curso de Odontologia, observando o padrão norte-americano, ou seja, especificamente direcionado para a formação de Cirurgiões-Dentistas

A primeira especialidade na área odontológica, no Brasil, foi a Radiologia.

Antes da criação dos órgãos de fiscalização da ética profissional – Conselhos de Odontologia - havia uma repartição subordinada ao Ministério da Saúde, o Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia que, através da Portaria de nº 30, de 1º de março de 1968, instituiu a primeira Especialidade ao regulamentar o registro e exercício da Radiologia.

Ao Cirurgião-Dentista portador de Certificado de Curso de Radiologia devidamente registrado no SNFO eram assegurados os benefícios previstos pela Lei nº 1234 que dispunha acerca das vantagens concedidas aos que habitualmente atuavam com aparelho de Raio X ou substâncias radioativas.

Após a criação do Conselho Federal de Odontologia, foi extinto o Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia.

As primeiras especialidades foram instituídas pelo Conselho Federal de Odontologia mediante a Portaria de nº 67, de 15 de outubro de 1971, que “Dispõe sobre o registro de especialidades em Odontologia”. Nessa oportunidade, foram oficializadas nove especialidades.

Ao longo dos anos, além de ampla sequência de Resoluções, o Conselho Federal de Odontologia promoveu duas As-

sembleias de âmbito nacional. A I Assembleia de Especialidades Odontológicas – I ANEO, realizada no Rio de Janeiro, de 17 a 20 de abril de 1992. Antecedendo, foram realizadas em todos os conselhos regionais, assembleias preparatórias, nas quais foram apresentados e debatidos os temas que deveriam ser apreciados e aprovados na Assembleia.

A II Assembleia Nacional de Especialidades Odontológicas, igualmente convocada pelo Conselho Federal de Odontologia, ocorreu no período de 6 a 9 de setembro de 2001, em Manaus. A exemplo do que se verificou quando da I Assembleia, foram realizadas assembleias preparatórias em todos os conselhos regionais. Ao final, essa Assembleia concluiu pela aprovação de 19 especialidades.

Posteriormente, o Conselho Federal de Odontologia aprovou a Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia, reservando o capítulo VII para Anúncio das Especialidades Odontológicas

Academia Brasileira de Odontologia

Em 1949, por sugestão do prof. Jerson Assis Martins, alguns cirurgiões-dentistas do Rio de Janeiro, então capital da República, reuniram-se com o propósito de se congregarem numa Academia.

O trabalho de coordenação foi confiado ao prof. Frederico Carlos Eyer.

Após meses de estudos e consultas, em junho, foi publicada uma nota relacionando os nomes dos primeiros adesistas, cientificando à categoria profissional acerca da intenção de ser instituída uma Academia que congregasse cirurgiões-dentistas. O grupo inicial objetivava auscultar a opinião da categoria e receber colaborações espontâneas dos profissionais que se interessassem.

Os trabalhos prosseguiram mercê da colaboração dos professores Jerson de Assis Martins, Cirne Lima, Agnello Cerqueira, A. Campos de Oliveira, Abelardo Arruda de Brito e Saul Linz, considerados membros da Comissão Organizadora.

Em 5 de outubro de 1949, realizou-se uma sessão dos membros fundadores da Academia na Liga de Defesa Nacional, sendo, na oportunidade, discutidos e aprovados os estatutos elaborados pelo prof. Frederico Carlos Ayer.

Nova reunião ocorreu contando com a presença de cirurgiões-dentistas da Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e do Estado do Rio de Janeiro. Nessa reunião, foram revistos os estatutos e eleita a primeira diretoria, instituindo-se, então, a Academia Brasileira de Odontologia.

Em 25 de outubro de 1949, data da instituição do ensino odontológico no Brasil, posteriormente declarada pelo Conselho

Federal de Odontologia como Dia do Cirurgião-Dentista Brasileiro, pelas 21 horas, na sede do Ministério da Educação, realizou-se a sessão de instalação da Academia Brasileira de Odontologia, contando com a presença de altas autoridades governamentais civis e militares, bem como representantes do clero.

Aberta a sessão, a Presidência foi confiada ao prof. Pedro Calmon, Reitor da Universidade do Brasil e membro da Academia Brasileira de Letras, cabendo-lhe empossar a diretoria da Academia Brasileira de Odontologia, assim constituída: presidente: professor Augusto Coelho e Souza; vice-presidentes: professores Abelardo Arruda de Brito e Benjamin Vinelli Baptista; secretários: professor Pauli Macedo e doutor Alexandrino Agra; tesoureiro: professor Virgílio Moogen de Oliveira; bibliotecário: doutor Frederico Lucas; orador: professor José Martins d'Alvarez e diretor da revista; professor Claudio Ferreira de Mello.

Ao ato compareceram Carlos Luz, João Abreu e Carlos Nogueira, deputados federais; Eduardo Bertter James, secretário da Câmara de Vereadores; diretores da Faculdade de Odontologia da Universidade do Brasil e da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro; secretário geral da Assistência Municipal do Rio de Janeiro; presidente do Colégio Anatômico do Rio de Janeiro; presidente da Academia Nacional de Farmácia; presidente da União Odontológica Brasileira; presidente da Associação Paulista de Odontologia e presidente do Sindicato dos Odontologistas de São Paulo.

Estiveram representados: Gen. Eurico Gaspar Dutra, presidente da República, representado por Lopo Coelho; Cardeal Dom Jaime Câmara; General Chefe da Saúde do Exército; Otávio Mangabeira, governador da Bahia, representado pelos professores Luiz de Aguiar e A. Lopes Pontes, além de grande número de pessoas gradas.

Após empossar os integrantes da Diretoria, o professor Pedro Calmon congratulou-se com a categoria odontológica pelo ser-

viço que ira prestar ao Brasil. Exaltou a importância das academias e sua influência nas ciências, letras e artes, fazendo votos pelo desenvolvimento da Academia Brasileira de Odontologia no terreno da pesquisa e do estudo, terminando com exaltação a vultos históricos.

PRESIDENTES

Augusto Coelho e Souza 1949

Frederico Carlos Ayer 1949 -1953

Abelardo Arruda de Brito 1953 -1955

Chriso Leão Fontes 1955 -1957

José Martins d'Alvarez 1957 -1959

Virgilio Moogen de Oliveira 1959 -1961

Paulo Macêdo 1961 -1965

Geraldo Halfed 1965 -1975

Antônio Rothier Duarte 1975 -1977

Mario Barroso 1977 -1979

Charley Fayal de Lira 1979 -1981

José Barbosa 1981 -1983

Paulo Pinho de Medeiros 1983 -1985

Charley Fayal de Lira 1985 -1995

Placidino Guerrieri Brigagão 1955 - 2015

Roberto Braga de Carvalho Viana 2015 - 2019

Em virtude do falecimento do acadêmico Roberto Braga de Carvalho, em 2015, no exercício da Presidência, assumiram a direção da Academia Brasileira de Odontologia os acadêmicos Mário Groisman, presidente, e Mauro César Alvarez Cruz, vice-presidente.

PUBLICAÇÕES RECENTES

Revista da Academia Brasileira de Odontologia

Vol.7 nº 2 - setembro de 2018

Vol. 8 nº 1 – janeiro de 2019

Vol. 8 nº 2 – julho de 2019

Vol. 8 nº 3 – setembro de 2019

Vol. 8 nº 4 – janeiro de 2020

PROMOÇÕES E EVENTOS

Comemoração do 70º aniversário da Academia Brasileira de Odontologia, em 28 de novembro de 2019.

Solenidade de posse dos Acadêmicos Honorários – Turma do Bem, em 25 de novembro de 2019.

Meeting de Implantodontia – 2ª edição, em 18 de abril de 2000.

Reunião no Ministério da Saúde, propondo mudança no teor de flúor nos dentifrícios, em defesa da saúde bucal da população.

REALIZAÇÕES DA ACADEMIA BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA 2019 / 2020

Posse de novos acadêmicos 01 de julho de 2019

Sessão de posse de novos Acadêmicos Titulares, Honorários e agraciados com a Medalha Geraldo Halfeld realizada no dia 1º de julho de 2019 no Colégio Brasileiro de Cirurgiões.

24º CIORJ 17 A 20 de julho de 2019

Presença da Academia Brasileira de Odontologia no 24º CIORJ, de 17 a 20 de julho de 2019 com stands e realização de palestras e seminários.

Comemoração do Aniversário de 70 anos da Academia Brasileira de Odontologia e posse de novos acadêmicos 18 de novembro de 2019

Comemoração dos 70 anos da Academia Brasileira de Odontologia e solenidade de posse de novos Acadêmicos Titulares, Honorários e Agraciados realizada no dia 18 de novembro de 2019 na Casa do Alto, Alto da Boa Vista, RJ.

Posse dos acadêmicos honorários da Turma do Bem 25 de novembro de 2019

Solenidade de posse dos Acadêmicos Honorários da Turma do Bem, realizada no dia 25 de novembro de 2019 no Palácio Tangará, São Paulo.

Reunião no Ministério da Saúde 20 de janeiro de 2020

A Academia Brasileira de Odontologia esteve presente no dia 20 de janeiro de 2020, no Ministério da Saúde, em reunião para revisar a regulamentação de dentifrício fluoretado, contido em cremes dentais, e utilizado pela população na escovação diária contra cáries.

A reunião contou com a presença do Presidente da Academia Brasileira de Odontologia Mario Groisman, da Diretora Geral Liana Lima Pinheiro; do Presidente da Associação Brasileira de Odontologia Paulo Murilo Oliveira da Fontoura; o CFO esteve representado pelo Cirurgião-Dentista Gilmar Trevizan representando o Conselho Federal de Odontologia e do acadêmico Jaime Cury que apresentou a fundamentação técnica que comprova, por meio de diversos estudos, a importância do controle de flúor em produtos fluorados, bem como a necessidade de rever a Resolução Nº 79/2000. “A mudança na Resolução prevê garantir que todo brasileiro utilize dentifrício fluoretado seguro, mas, principalmente, que nenhum cidadão corra o risco de consumir um dentifrício fluorado ineficaz no controle da cárie dentária”. Participaram também da reunião, mem-

bros da assessoria técnica da Coordenação Geral de Saúde Bucal, do Ministério da Saúde.

38º CIOSP dias 29 de janeiro e 1º de fevereiro de 2020

Presença da Academia Brasileira de Odontologia no 38º CIOSP, realizado entre os dias 29 de janeiro e 1º de fevereiro de 2020.

Assembleia Geral AcBO no dia 5 de fevereiro de 2020

Assembleia Geral da Academia Brasileira de Odontologia realizada no dia 5 de fevereiro de 2020 na sede do Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro, no Centro – RJ.

Com a presença da diretoria e de demais acadêmicos foram tratados assuntos referentes a Academia, como cursos e parcerias, nova posse de acadêmicos, resultado da reunião no Ministério da Saúde, evento sobre EAD (Ensino a Distância na Odontologia) que seria realizado em março deste ano, publicação de artigos dos acadêmicos no site da Academia, prestação de contas, e novos rumos da Academia que têm como foco o posicionamento científico da Academia Brasileira de Odontologia e a união de todos os acadêmicos neste com contribuições que engrandecem a Odontologia e a Academia.

A Assembleia foi transmitida on line e a diretoria coloca a AcBO a disposição para sugestões que venham a contribuir com o crescimento da Academia.

Reunião com a Coordenadora Nacional de Saúde Bucal 10 de setembro de 2020

AcBO e CRO-RJ em reunião com o Secretário de Atenção Primária à Saúde e Coordenadora de Saúde Bucal do Ministério da Saúde.

Academia Brasileira de Odontologia, representada pelo seu diretor Dr. Rafael Arouca, Membro da Comissão da Saúde Pública, junto com o Presidente do CRO-RJ, Dr. Altair Andrade, foram recebidos pelo Secretário de Atenção Primária à Saúde, Dr. Raphael

Câmara Medeiros Parente, e pela Coordenadora de Saúde Bucal do MS, Dr^a Caroline Martins, em Brasília no dia de hoje, em reunião para tratar de temas relevantes relacionados aos interesses dos profissionais da Odontologia.

AcBO e CRO-RJ em reunião com o Secretário de Atenção Primária à Saúde e Coordenadora de Saúde Bucal do Ministério da Saúde 23 de setembro de 2020

Academia Brasileira de Odontologia, representada pelo seu diretor Dr. Rafael Arouca, Membro da Comissão da Saúde Pública, junto com o Presidente do CRO-RJ, Dr. Altair Andrade, foram recebidos pelo Secretário de Atenção Primária à Saúde, Dr. Raphael Câmara Medeiros Parente, e pela Coordenadora de Saúde Bucal do MS, Dr^a Caroline Martins, em Brasília no dia de hoje, em reunião para tratar de temas relevantes relacionados aos interesses dos profissionais da Odontologia.

CRO-RJ recebe visita do Secretário Estadual de Saúde do Rio de Janeiro 17 de novembro de 2020

O Secretário Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, Dr. Carlos Alberto Chaves, foi recebido em visita oficial inédita ao CRO-RJ, para tratar de temas de interesse da Odontologia fluminense. Na reunião, a Academia Brasileira de Odontologia foi representada por seu diretor Dr. Rafael Arouca.

Variadas realizações ano de 2020

Início de Cursos Livres, cursos de Atualização e Especialização.

Fechamento de parcerias com empresas de diversos setores para beneficiar os membros da Academia Brasileira de Odontologia.

Atualização das mídias sociais, site, cadastro dos membros da Academia.

Apoio a diversos cursos e Congressos de entidades parceiras.

Reestruturação financeira da AcBO realizada pela Diretora Liana Pinheiro.

Lives

Realização de lives com autoridades, presidente do CRO-RJ, presidente da ABO Nacional e professores, com temas sobre a COVID 19, orientando e esclarecendo o cirurgião-dentista, e temas de cursos e especialidades da Odontologia.

Entre as lives, destaque para:

- Ac. Renato Vianna com Dra. Beatriz Venturi;
- Presidente Mario Groisman com Paulo Murilo Presidente ABO Nacional;
- Presidente Mario Groisman com Altair Andrade Presidente CRO-RJ;
- Presidente Mario Groisman com Ac. Alexandre Vieira (EUA);
- Presidente Mario Groisman com Ac. João Pimenta (Portugal);
- Presidente Mario Groisman com Ac. Rafael Arouca
- Ac. Marcia Nana com Ac. Antonio Celória, Ac. Aparecida Ramalho, Ac. Sandra Fabiano.

Participação da Academia na reunião na ABENO

Apresentação das realizações da Academia Brasileira de Odontologia através de palestra do presidente da AcBO, Prof. Mario Groisman

Parceria AcBO e ABO Nacional

Coluna fixa da Academia Brasileira de Odontologia no Jornal da ABO Nacional, com conteúdo informativo para a classe odontológica.

Conclusão

Trabalhos e reuniões constantes durante os dois últimos anos em benefício da Academia Brasileira de Odontologia. Realizações do Presidente Mário Groisman e sua diretoria, Liana Pinheiro, Rafael Arouca, Henrique da Cruz Pereira, Sérgio Sacramento, Renato Vianna, Marcia Nana, Flávia Mendonça, Marcio Coimbra.

Sociedade Brasileira de Dentistas Escritores

A Sociedade Brasileira de Dentistas Escritores foi fundada em 20 de setembro de 2000, em sessão solene, durante o 33º Congresso Sul Mineiro de Odontologia, no Palace Hotel, em Caxambu – MG.

Atualmente integram o quadro de associados 52 cirurgiões-dentistas, residentes nos Estados de: Alagoas; Bahia; Ceará; Goiás; Mato Grosso do Sul; Minas Gerais; Paraíba; Pernambuco; Piauí; Rio Grande do Norte; Rio Grande do Sul; Rio de Janeiro; São Paulo e Sergipe.

Coerente com o seu estatuto, congrega em nível nacional, cirurgiões-dentistas que se dedicam à literatura paralelamente às suas atividades profissionais.

Nos Estados do Acre, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais e Pernambuco residem os sete associados honorários.

As assembleias de posse de titulares e honorários ocorreram nas cidades de Caxambu, Fortaleza, São Paulo, Natal, Recife e Olinda.

A Sociedade realiza convenções nacionais que tiveram como sede, Natal, em 15 de junho de 2013, Caxambu, em 25 de setembro de 2011, Recife, em 26 de setembro de 2015, e Olinda, em 17 de janeiro de 2016.

No dia 12 de março de 2020, em Fortaleza, o presidente Rubens Barros de Azevedo participou da Caravana Cultural, em parceria com a Helvetia Editora, sediada na Suíça.

Comemorando o 20º aniversário de fundação da Sociedade Brasileira de Dentistas Escritores foi lançada a terceira Antologia, desta vez eletrônica, com produção literária de Titulares e Hono-

rários, contando com a parceria do Projeto Gráfico e Formatação, realizado pelo Titular Luiz Manoel de Freitas. Na mesma ocasião foi lançado o livro *Reviver: Coletânea Literária* do qual participaram Luiz Manoel de Freitas, Sheyla Maria Ramalho Batista e Rubens Barros de Azevedo.

Ainda dentro das comemorações alusivas ao 20º aniversário da SBDE, realizou-se um encontro eletrônico idealizado pelo Honorário Antônio Inácio Ribeiro, de Guarapari-ES que teve boa participação de integrantes da SBDE face a ampla divulgação nas redes sociais.

PUBLICAÇÕES

A SBDE publica, desde 2004, em edições ininterruptas, um jornal mensal e *blog*. Publicou duas Antologias contendo obras de associados titulares e honorários. A terceira Antologia é eletrônica e dela constam textos literários de associados falecidos.

DIRETORIA ELEITA PARA 2021/2023

Idealizador, 1º Presidente e Presidente de Honra

Alfredo Gomes Pimenta – Caxambu-MG

Presidente

Rubem Barros de Azevedo - Natal

Vice-Presidentes

José Dilson Vasconcelos de Menezes – Fortaleza

Mauro Cruz – Juiz de Fora-MG

Paulo José Morais da Silva – Maceió

Secretário-Geral

Fernando Luiz Tavares Vieira – Recife

1º Secretário

Nelson Rubens Loretto – Gravatá-PE

2º Secretário

Irma Neuma Coutinho Ramos – João Pessoa

1º Tesoureiro

Anísio Lima e Silva – Campo Grande

2º Tesoureiro

José Thadeu Pinheiro – Camaragibe-PE

Orador

Jairo Correa – São Paulo

ATIVIDADES DIVERSAS

Congresso Sul Mineiro – COSMO, sempre realizado em Ca-xambu, tendo a presidência da SBDE, em diversos anos, exercido a coordenação desse evento e a presidência em 2017.

Coordenado pelo presidente da SBDE, o Sarau Lítero Musical, promovido pelo Conselho Regional de Odontologia, é realizado, quinzenalmente. Esse evento conta com frequência média de 30 pessoas, na faixa etária de nove a 106 anos.

APOIO

A SBDE tem apoiado a Sociedade dos Poetas Vivos e Afins do Rio Grande do Norte e o Projeto Reviver – Arte Cultura e Cidadania (Organização Não Governamental).

PARCERIAS

- Visando a amparar pessoas portadoras de fenda (fisura) labial e/ou palatina, a Sociedade é parceira da Sociedade de Pais e Amigos Fissurados do Rio Grande do Norte.

- Com a Helvetia Editora (Suíça), assegurando a edição de livros de associados, em condições especiais, com participação e comercialização em feiras de livros em várias cidades europeias.

A ativa atuação da Sociedade Brasileira de Dentistas Escritores, em grande parte, é creditada à dinâmica atuação do presidente Rubens Barros de Azevedo.

Academia Cearense de Odontologia

A Academia Cearense de Odontologia, fundada no dia 23 de setembro de 1984 e instalada em 25 de outubro do mesmo ano, mantém-se, através dos anos, em constante atividade, objetivando, primordialmente, o desenvolvimento cultural e científico da Odontologia, a elaboração da sua história e preservação da memória.

Em 1984, ano comemorativo do centenário da instituição dos cursos de Odontologia, um grupo de 20 cirurgiões-dentistas de Fortaleza amantes da profissão que abraçaram, sonharam fundar uma Academia.

Dom Helder nos ensinava: *“Sonho que se sonha só, é apenas um sonho, mas quando alguns sonham juntos, é realidade”*.

Conservando os princípios norteadores do convívio que devem ser observados na vida comunitária - solidariedade fraterna, diálogo, o ideal humanístico e a convivência na discordância.

O ideal acadêmico muito cedo contagiou ponderável parcela de integrantes do nosso Sodalício, contribuindo para que, na maioria das iniciativas, fossem alcançados excelentes resultados.

Pierre Teilhard de Chardin, grande sábio do século XX, proclamava: *O que converge ascende*, ou seja, tudo o que é convergente impulsiona para o alto.

Confirmando esse pensamento, constatamos que o sonho que acalentamos em 1984, produziu resultados exitosos. A convergência dos nossos pensamentos elevou a realização.

Numa visão retrospectiva, desfilam na nossa mente os principais marcos da caminhada: Sede própria; Museu Ac. Benito Vasconcelos Tavares; Biblioteca; Centro de Educação Continuada Prof. Perboyre Castelo; Núcleo Feminino; Coral; Conferências; Publicações e Eventos Científicos.

Desse alentado conjunto, destacaremos apenas algumas realizações.

Sede própria

Inaugurada seis anos após a instalação da Academia. A campanha para sua concretização mobilizou o quadro de acadêmicos, num verdadeiro mutirão, tendo representado a nossa mais expressiva vitória.

À época, a aquisição de um imóvel, apesar de se constituir verdadeira obsessão do quadro de Acadêmicos, estava bastante distanciada das possibilidades financeiras da nossa emergente Entidade.

A ideia, todavia, foi facilitada graças a realização de um bingo tendo como prêmio um consultório odontológico doado pelo Sr. Luiz Lins, então representante, no Ceará, da empresa Dabi.

A intensiva e dedicada atuação de todos na venda de cartelas, constitui-se a chave do sucesso da empreitada.

O fato de o sorteio ter ocorrido durante um Congresso Odontológico - o XXII Congresso Brasileiro de Odontologia, realizado em Fortaleza, de 3 a 8 de setembro de 1989 - favoreceu a disponibilização das cartelas, em face do que se tornou possível alcançar o valor necessário para o pagamento do imóvel que estava sendo negociado na Praia de Iracema.

De imediato, foi iniciada a reforma, para a qual, numa demonstração de solidariedade, vários confrades doaram materiais de construção.

No dia 25 de outubro de 1990, quando comemorávamos o 6º aniversário de instalação do Sodalício, coroando o esforço dispensado, passamos, finalmente, a contar com uma sede.

Além da adaptação inicial, foram procedidas, posteriormente, duas reformas, para as quais contamos com excelentes projetos elaborados pelo arquiteto José Neudson Braga, por cuja valiosa colaboração nada cobrou de honorários.

Considerando que se constituem atividades-fim para consecução dos objetivos de uma Academia, destacamos:

Museu, Publicações e Desenvolvimento Técnico Cultural da categoria odontológica.

Museu Ac. Benito Vasconcelos Tavares

Dispõe de considerável coleção de peças e documentos que registram a evolução histórica da Odontologia, credenciando-o a figurar entre os melhores acervos histórico-odontológicos do País.

Publicações

Além da Revista da ACO, cuja circulação foi suspensa após a edição de onze números, substituída pelo Informativo trimestral, sendo agora cogitada a sua apresentação virtual. Os Anais da Academia Cearense de Odontologia estão publicados até dezembro de 2016.

Núcleo Feminino

No dia 9 de agosto de 1994, em sessão extraordinária, a diretoria da Academia aprovou a instituição do Núcleo Feminino da Academia Cearense de Odontologia, integrado pelas viúvas e esposas de acadêmicos titulares e patronos. Na oportunidade, o presidente ressaltou a importância do Núcleo recém-criado, como fator de incremento e estímulo às atividades socioculturais. Estatutariamente, a diretoria do Núcleo Feminino, deve ser eleita no mesmo período da Diretoria da Academia e a sua presidente tem assento à mesa nas solenidades promovidas pelo Silogeu.

Coral

Organizado pelo Núcleo Feminino, foi criado em 6 de fevereiro de 2000. Atuou por muitos anos, tendo inclusive feito apresentações noutros locais, tais como: Conservatório Alberto Nepomuceno, Hospital São José, DERT e FIEC, nas quais foi sempre aplaudido em suas apresentações. Lamentavelmente, em face de não ter tido a admissão de novos integrantes para sua renovação, encerrou sua atuação em razão do diminuto número de integrantes

Grande parcela do sucesso alcançado pela Academia Cearense de Odontologia deve ser creditada à atuação do saudoso companheiro Wilson de Vasconcelos Dias que, além de mentor da ideia de criação da Academia, assumiu a Presidência da 1ª Diretoria, em 1984, e manteve-se nesse cargo até o seu falecimento, ocorrido em 9 de outubro de 2006.

Apesar de conviver durante os últimos anos da sua existência com graves problemas de saúde, manteve sua obstinada dedicação ao nosso Sodalício, além de incentivar os confrades a pugna-rem pela consecução dos objetivos alcançados.

Academia Cearense de Odontologia - Congressos e Jornadas

1ª JORNADA CIENTÍFICA DO CARIRI

Panorama Hotel

Juazeiro do Norte

3 a 5 de abril de 1987

Mobilizando cirurgiões-dentistas de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, a Academia Cearense de Odontologia realizou uma Jornada Científica, organizada e coordenada localmente pelos acadêmicos Dulcilene Lacerda Landim e Geraldo Menezes Barbosa.

Os cursos e palestras foram ministrados pelos professores: Ilan Ferreira do Vale, João Nunes Pinheiro, João Hildo de Carvalho Furtado, Carlos Rolim Martiniano, Rosélia Barbosa e Roberto Borges e pelos cirurgiões-dentistas José Airton Borges e Jaciné Cidrack de Oliveira.

I CONGRESSO NACIONAL DA ACADEMIA CEARENSE DE ODONTOLOGIA

Ponta Mar Hotel

25 a 28 de outubro de 1988

Presidente de honra

Dep. Fed. Lúcio Gonçalves de Alcântara

Comissão Central

João Nunes Pinheiro – presidente

Antônio Alves Franco – secretário

Jaciné Cidrack de Oliveira- tesoureiro

A solenidade de instalação ocorreu no auditório Presidente Castello Branco da Universidade Federal do Ceará, presidida pelo reitor Raimundo Hélio Leite, ladeado pelo Prof. Raimundo Holanda Farias vice-reitor; Francisco Wilson de Vasconcelos Dias, presidente da Academia Cearense de Odontologia; Jorge Horácio Romanelli, consultor da cátedra de Odontologia Integrada da Universidade de Buenos Aires e presidentes de entidades da categoria odontológica do Ceará.

Presentes ao ato, os presidentes das Academias de Odontologia: de Pernambuco, José Roberto Mello; da Paraíba, Washington Soares Passos; da Bahia, Benedito Alves da Silva e do Rio Grande do Norte, Odilon Amorim Garcia.

O Congresso contou com a inscrição de 850 participantes, tendo sido realizados 14 cursos, 44 conferências, três simpósios e duas mesas clínicas, além de uma reunião paralela do presidente da Academia Cearense de Odontologia com os presidentes de Academias de Odontologia presentes.

Foi cumprida agradável programação social.

Por decisão unânime da diretoria da Academia Cearense de Odontologia, foi conferido ao professor Palmiro Fava, da Universidade de São Paulo, o título de Acadêmico Honorário. O acadêmico José Mário Mamede saudou o homenageado, enaltecendo a figura do grande professor, ressaltando a contribuição prestada à Odontologia cearense.

I JORNADA NORDESTINA DA ACADEMIA CEARENSE DE ODONTOLOGIA

Marina Park Hotel

19 a 22 de março de 1994

Comissão Central

Carlos Rolim Martiniano – presidente.

Ananias Macêdo e Joarez Porto – secretários.

Gerardo de Araújo Mendonça e João Domício Filho – tesoureiros.

Na solenidade de instalação da Jornada, foram concedidos títulos honoríficos aos professores:

José Maurício Alves – reitor da Universidade Camilo Castello Branco, de São Paulo.

Antônio Marfins Filho – reitor da Universidade Federal do Ceará.

Odilon de Amorim Garcia – reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

João Hildo de Carvalho Furtado – presidente do Conselho Federal de Odontologia.

Foram realizados nove cursos, dois simpósios e um fórum científico, do qual participaram seis expositores.

No dia 20 de março de 1994 realizou-se uma reunião da Federação das Academias Brasileiras de Odontologia – FEBRAO, com a finalidade de debater um anteprojeto de Estatuto.

Participaram os presidentes de Academia de Odontologia presentes. Ao final da discussão dos artigos do documento proposto, foi aprovada uma comissão integrada por: José Roberto de Mello, José Dilson Vasconcelos de Menezes e Clemente Galvão Filho, tendo sido

designado este último como relator, para providenciar a redação final, expedindo cópias para todas as academias de Odontologia;

JORNADA EM BREJO SANTO

Brejo Santo

24 a 27 de outubro de 2002

A Academia Cearense de Odontologia promoveu em Brejo Santo, de 24 a 27 de outubro de 2001 sob a coordenação do Ac. Perboyre Gomes Castelo, uma Jornada Odontológica. Ministraram cursos os professores Vitor Ferzeli, Dayse Amaral. Participaram 149 cirurgiões-dentistas de Brejo Santo e cidades vizinhas.

I SEMANA SOBRALENSE DE ODONTOLOGIA

Sobral

11 a 14 de setembro de 2002

Realizada pela Academia Cearense de Odontologia homenageando a memória do ac. Carlos Rolim Martiniano, contando com o apoio das entidades: Prefeitura Municipal de Sobral, Universidade Vale do Acaraú, Conselho Regional de Odontologia do Ceará e Associação Brasileira de Odontologia – Seção do Ceará.

A instalação ocorreu no Centro de Convenções de Sobral, presidida por Cid Gomes, prefeito de Sobral. Falaram na ocasião o dr. Odorico Monteiro, secretário de saúde de Sobral e o ac. José Dilson Vasconcelos de Menezes, ressaltando as qualidades do homenageado. Em seguida usaram da palavra o ac. Manoel Perboyre Gomes Castelo, em nome dos colegas acadêmicos, externando a saudade sentida por todos e, ao final, Ricardo Rolim, em nome da família, agradeceu a homenagem ora tributada ao seu falecido pai.

A Semana reuniu 250 participantes.

IV JORNADA DA ACADEMIA CEARENSE DE ODONTOLOGIA

Presidente Prof. Vicente de Paulo Aragão Sabóia

Encontro das Academias de Odontologia

Hotel Oasis

1º e 2 de maio de 2014

Dia 1º de maio:

16 h - Local: Sala 1 do Hotel Oasis – Foi realizada a apresentação dos participantes do Encontro de Academias de Odontologia do Brasil.

18 h- Auditório do Hotel Oásis – Solenidade de instalação do Encontro de presidentes ou representantes de Academias de Odontologia do Brasil e da IV Jornada da Academia Cearense de Odontologia.

Dia 2 de maio:

Realizaram-se dez cursos a cargo dos mestres:

Rui Opermann, Wellington Bonachella, Sérgio Conrado Dias, Dayse Amaral, Eduardo Vargas, Paulo Vicente Soares, Leonardo Muniz, Marco Antônio Hungaro, Paulo Ricardo Barros de Campos, Eduardo Sanches e Marcelo Bonecker.

Encontro de Academias de Odontologia do Brasil

Dia 2 de maio:

8/11 h – Local: Academia Cearense de Odontologia – av. Almirante Barroso,970. Praia de Iracema.

A presidente da Academia Cearense de Odontologia, Maria Fátima Lemos Alves, abriu os trabalhos, desejou boas-vindas aos participantes e procedeu a um resumo dos trabalhos realizados pela Academia Cearense de Odontologia. Em seguida, transferiu a pre-

sidência dos trabalhos para o Dr. Placidino Guerrieri Brigagão. Assumindo a Presidência, o Dr. Placidino, após manifestar a sua satisfação pela oportunidade de conviver com dirigentes de academias de Odontologia do Brasil, concedeu a palavra ao coordenador do Encontro, José Dilson Vasconcelos de Menezes que prestou informações acerca do desenvolvimento dos trabalhos desse Encontro. Foram iniciados os relatos dos presidentes de academias.

11:15 – Visita ao Centro de Educação Continuada prof. Perboyre Castelo.

15/18 h Prosseguimento dos relatos iniciados no turno matutino.

Manifestaram-se os presidentes das Academias do Rio de Janeiro, Bahia, Piauí, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte e o representante da Academia Tiradentes de Odontologia, Rubens Barros de Azevedo.

Foi aprovada a proposta do cirurgião-dentista Paulo Monteiro de Freitas, presidente eleito da Academia de Odontologia do Rio Grande do Sul, de sediar, em 2016, em Porto Alegre, o próximo encontro de Academias de Odontologia.

Ao término, a Presidente transmitiu palavras de agradecimento pela colaboração de todos e convidou os participantes para um jantar que foi oferecido pela Academia Cearense de Odontologia, no salão de convivência no 2º andar.

Encerramento do encontro – A Presidente concedeu a palavra ao ac. Placidino Guerrieri Brigagão, presidente da Academia Brasileira de Odontologia, para as considerações finais. Manifestou-se o presidente da Academia de Odontologia mais antiga do Brasil, vivamente emocionado, declarando-se entusiasmado acerca do trabalho que vem sendo realizado pela Academia Cearense de Odontologia e, por tudo o que observou no decorrer desse Encontro, enfatizando que esse trabalho deveria ser divulgado para todas as academias de Odontologia.

Centro de Educação Continuada

O Centro de Educação Continuada constitui um Departamento da Academia Cearense de Odontologia que tem, de acordo com o artigo 13 do Estatuto desse Sodalício, “a finalidade de promover cursos de pós-graduação e de formação técnica na área odontológica”.

Por cinco anos, mediante convênio firmado em 20.08.1993 com uma extensão da Universidade Camilo Castello Branco, sediada em Fortaleza, a Academia Cearense de Odontologia validava perante o Conselho Federal de Odontologia os Cursos de Especialização ministrados nessa Instituição de Ensino Superior em Fortaleza.

Tendo o Conselho Federal de Odontologia iniciado a fazer restrição aos convênios, o Presidente Wilson Dias passou a planejar a criação de um Departamento da Academia Cearense de Odontologia que fosse responsável pela ministração de cursos de especialização e aperfeiçoamento para cirurgiões-dentistas.

Como a Academia não dispusesse de recursos para essa empreitada, o presidente Francisco Wilson Vasconcelos Dias conseguiu apoio de Luiz Lins, representante da firma de equipamentos odontológicos Dabi, e do Ac. Prof. Manoel Perboyre Gomes Castello, organizando, assim, uma sociedade tripartite.

Convidado pelo Presidente, participei de sucessivas reuniões com os advogados contratados para orientar a instituição do novo empreendimento.

A inauguração do Centro de Educação Continuada ocorreu no dia 4 de dezembro de 1998, tendo, no ano seguinte, iniciado suas atividades.

Por decisão do presidente Wilson Dias, a Diretoria do Centro de Educação Continuada seria composta por cinco membros: o

presidente da Academia Cearense de Odontologia, o sr. Luiz Lins e os três membros da Comissão de Ensino, integrada por José Dilson Vasconcelos de Menezes, Manoel Perboyre Gomes Castelo e Francisco Bessa Nogueira.

Posteriormente, o presidente Wilson Dias propôs, e foi aprovado, que fosse incorporado mais um membro à Diretoria do Centro de Educação Continuada, o tesoureiro da Academia – Gerardo de Araújo Mendonça.

Após a indenização e conseqüente afastamento do sócio Luiz Lins, a Diretoria do Centro de Educação Continuada tornou a contar com cinco integrantes: Presidente e Tesoureiro da Academia Cearense de Odontologia e os três membros da Comissão de Ensino.

No dia 21 de janeiro de 2001 foi assinado um convênio com a Universidade Estadual do Ceará, mediante o qual os certificados de especialização emitidos pelo Centro de Educação Continuada da Academia Cearense de Odontologia, além da validade profissional, passariam a ter validade acadêmica.

Importa salientar que a ideia desse convênio partiu do próprio Reitor, prof. Manassés Claudino Fonteles. Após sua visita às dependências do Centro de Educação Continuada, ao chegarmos à sala da Diretoria, o reitor, tendo constatado os recursos físicos disponíveis e conhecendo a nossa dedicação ao ensino, adiantou-se ao que pretendíamos e indagou: Por que não realizamos um convênio com a Universidade Estadual do Ceará? De pronto, concordamos.

Os alunos das duas primeiras turmas de especialistas- Endodontia, tendo como coordenador o prof. Ilan Sampaio do Vale e Prótese Dentária, coordenada pelo prof. Augusto Mota Borges Filho, receberam seus certificados, em solenidade realizada em 15 de dezembro de 2000.

Em 21 de janeiro de 2003, em face da solicitação de afastamento de José Dilson Vasconcelos de Menezes da coordenação

da Comissão de Ensino, referida Comissão passou a ter a seguinte composição: Francisco Bessa Nogueira, Manoel Perboyre Gomes Castelo e Claudio Marques Freire.

No dia 25 de setembro foi aprovado pelo CONEP, o Comitê de Ética da Academia Cearense de Odontologia/Centro de Educação Continuada.

No dia 1º de julho de 2006, em reunião da diretoria da Academia Cearense de Odontologia, considerando a intensa dedicação e extensa folha de serviços prestados à Academia Cearense de Odontologia pelo acadêmico Manoel Perboyre Gomes Castelo, foi aprovada, por unanimidade, nova denominação para o Centro de Educação Continuada que passará a se chamar Centro de Educação Continuada Prof. Perboyre Castelo.

CENTRO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA PROF. PERBOYRE CASTELO

Além dos poderes sociais previstos no seu Estatuto, a Academia Cearense de Odontologia manterá na organização administrativa do Centro de Educação Prof. Perboyre Castelo, órgãos deliberativos e normativos e órgãos executivos, em garantia do princípio da gestão democrática que rege a educação nacional:

- Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.
- Diretoria.
- Comitê de Ética em Pesquisa.
- Coordenação de Apoio Acadêmico – Pedagógico.

ÓRGÃOS SUPLEMENTARES E DE APOIO

- Biblioteca – contando com livros, publicações e trabalhos para pesquisa em internet.

- Laboratórios – Três laboratórios multidisciplinares com bancadas e equipos, negatoscópios de mesa, *datashow*, com capacidade para 12 alunos, cada.
- Clínicas – Três clínicas contando, cada uma, com 12 cadeiras odontológicas, raio X, negatoscópio de parede, cilindro de oxigênio, aferidor de pressão, 12 mesas de apoio, dois mochos para cada cadeira, avental de chumbo, revelador de raio X, caixa de revelador e computador.
- Setor de esterilização – devidamente equipado com seis autoclaves.
- Setor de expurgo – com três seladoras e bancadas para lavagem de material.
- Centro de atendimento ao paciente.
- Centro interdisciplinar de saúde oral – setor de atendimento a pacientes que sofrem de dor orofacial.
- Auditório – capacidade para 50 alunos, com *datashow* e mesa de som.
- Sala dos professores – para reuniões e de convivência social.
- Secretaria.
- Setor pedagógico.
- Setor administrativo e financeiro.
- Durante o período de 2017 a 2020 foram ministrados:
- 34 cursos de especialização, e 19 cursos de aperfeiçoamento.

Comissão Nacional de Odontologia

Numa das reuniões anuais da Associação Brasileira de Ensino Odontológico, o presidente Edrízio Barbosa Pinto expressou a ideia da instituição de uma entidade que congregasse os presidentes das cinco entidades odontológicas nacionais então em curso, objetivando discutir e avaliar problemas enfrentados pela categoria odontológica.

A proposição, tendo sido debatida, e contado com franca aceitação do plenário, foi encaminhada à apreciação das entidades: Conselho Federal de Odontologia, Associação Brasileira de Odontologia, Academia Brasileira de Odontologia e Federação Nacional dos Odontologistas, das quais mereceu aprovação unânime.

Essa Comissão objetivava estudar e equacionar problemas enfrentados pela categoria, bem como prestar assessoria em assuntos de interesse da profissão junto a entidades governamentais.

Cada uma das cinco entidades atuando no seu setor específico, ao encaminhar um determinado pleito, contaria com o integral apoio das congêneres.

Assim, melhorias propostas aos diversos setores governamentais, contando com o apoio de todas as instituições, naturalmente, seriam acatadas pelas autoridades como reivindicações da categoria odontológica.

A primeira reunião conjunta dos dirigentes das cinco entidades ocorreu, no Recife, no dia 2 de agosto de 1981, quando da realização do Congresso Comemorativo do 25º aniversário da Associação Brasileira de Ensino Odontológico.

Presidida por José Dilson Vasconcelos de Menezes, representando o presidente da Associação Brasileira de Ensino Odontoló-

gico, foi secretariada por Osmir Luís de Oliveira e contou com a participação de Charley Fayal de Lyra, presidente da Academia Brasileira de Odontologia; Paulo Frenkel, presidente da Associação Brasileira de Odontologia; Jairo Correa, presidente da Federação Nacional dos Odontologistas, e Clemente Galvão Neto, representando o Presidente do Conselho Federal de Odontologia.

Os representantes das cinco entidades se manifestaram, aplaudindo o surgimento da novel Entidade.

Ficou decidido que as reuniões ocorreriam duas vezes ao ano, preferencialmente, quando da realização do Congresso Paulista de Odontologia e da Reunião Anual da ABENO.

A 2ª Reunião realizou-se em São Paulo, no dia 24 de janeiro de 1982, durante o X Congresso Paulista de Odontologia, tendo sido presidida por Fernando de Souza Lapa, presidente do Conselho Federal de Odontologia, no exercício da Coordenação da Comissão e secretariada por José Dilson Vasconcelos de Menezes.

Participaram: Edrizio Barbosa Pinto, presidente da Associação Brasileira de Ensino Odontológico; Jairo Correa, presidente da Federação Nacional dos Odontologistas; Paulo Frenkel, presidente da Associação Brasileira de Odontologia; e Paulo Pinho de Medeiros, presidente da Academia Brasileira de Odontologia.

Foram debatidos os temas: Acumulação de cargos no serviço público e Institucionalização da Odontologia.

No dia 17 de julho de 1983, durante a realização do VI Congresso Internacional de Odontologia, no *Campus* da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, ocorreu a 3ª reunião, na qual foi aprovado o Estatuto da novel Entidade.

Ficou estabelecido que a Coordenação será exercida, por via de revezamento anual, entre os cinco presidentes das entidades

odontológicas nacionais, tendo sido escolhido, por unanimidade, para o período 1983/1984 o professor Edrízio Barbosa Pinto.

Quando da XIX Reunião da ABENO, na quarta oportunidade, esteve reunida a Comissão Nacional de Odontologia.

Aconteceu em 4 de setembro de 1983, no Hotel Itambé, em Santa Maria- RS, sob a presidência de Edrízio Barbosa Pinto, exercendo a Coordenação naquele exercício, e secretariada por Nelson Rubens Mendes Loretto.

Além do presidente da Associação Brasileira de Ensino Odontológico, participaram os presidentes: Fernando Souza Lapa, do Conselho Federal de Odontologia, e Paulo Pinho Medeiros, da Academia Brasileira de Odontologia, tendo Walter João Genovese representado o presidente da Associação Brasileira de Odontologia.

Os professores Eraldo Oliveira e José Monteiro Neto relataram o tema “Elevados Custos de Materiais, Equipamentos e Instrumentos Odontológicos” e comunicaram terem agendado audiência com o secretário executivo da Comissão de Política Aduaneira do Ministério da Fazenda, a fim de sugerirem uma revisão nos elevados tributos que oneram esses elementos imprescindíveis ao exercício da profissão.

Após sete anos de inatividade, quando da realização do XIV Congresso Paulista de Odontologia, em São Paulo, reuniu-se pela quinta vez a Comissão Nacional de Odontologia.

Pedro Martinelli, presidente da Associação Brasileira de Odontologia, estando no exercício da Coordenação da Comissão, dirigiu a reunião, que foi secretariada por José Dilson Vasconcelos de Menezes.

Dela participaram Edrízio Barbosa Pinto, presidente da Associação Brasileira de Ensino Odontológico, Charley Fayal de Lyra,

presidente da Academia Brasileira de Odontologia, Gregório Abner Cabral, presidente da Federação Nacional de Odontologia, e João Hildo de Carvalho Furtado, representando o Presidente do Conselho Federal de Odontologia.

Edrizio comunicou que a ABENO deverá promover um Curso de Administração Universitária, tendo solicitado sugestões das diversas entidades.

Gregório Abner Cabral reportou-se à reunião ocorrida em São Paulo para implantação de uma tabela de honorários.

Martinelli sugeriu a elaboração de um calendário de eventos, a fim de que sejam evitadas coincidências de promoções científicas realizadas pelas diversas entidades odontológicas. Em seguida, lembrou a importância da Comissão Nacional de Odontologia pugnar pela indicação do novo dirigente da Divisão Nacional de Saúde Bucal do Ministério da Saúde.

Pedro Martinelli transferiu a Presidência da Comissão Nacional de Odontologia a Edrízio Barbosa Pinto, a quem, de conformidade com o critério de rodízio aprovado, caberia a incumbência de exercer a Coordenação da Comissão no presente exercício.

Na impossibilidade de dois presidentes comparecerem à reunião da Associação Brasileira de Ensino Odontológico prevista para Fortaleza, ficou estabelecido que o próximo encontro ocorrerá na sede do Conselho Federal de Odontologia, no Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1990.

Como nem todos os dirigentes mantiveram o entusiasmo reinante nos primeiros anos de funcionamento, o descaso conduziu, lamentavelmente, ao término desse movimento que tanto teria contribuído para elevar, cada vez mais, o conceito da Odontologia brasileira.

Trajetória da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará

A Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará iniciou as suas atividades no dia 12 de março de 1916, constituindo-se a 2ª instituição de ensino superior do Ceará.

Sua instalação decorreu da obstinada determinação do cirurgião-dentista cearense Francisco de Sá Roriz, que cultivava, de há muito, o desejo de dotar o seu Estado natal de uma Faculdade, em face da carência reinante no Ceará no que tange ao ensino superior.

Àquela época havia apenas a Escola de Ensino Superior, a Faculdade de Direito, instalada em 1903.

Retornando ao Ceará em 1914, após 23 anos de ausência, vislumbrou a possibilidade de realizar o sonho há tantos anos acalentado.

Na condição de militar, fora incorporado a uma unidade sediada em Manaus, tendo sido transferido para Alegrete – RS e, em seguida, para Porto Alegre. Nessa Capital, teve oportunidade de cursar Odontologia, graduando-se em 1912.

O Coronel Fernando Setembrino de Carvalho foi nomeado Interventor do Ceará, tendo, ao chegar a Fortaleza, recebido a notícia da sua promoção a general. Para comandar o 1º Batalhão da Polícia, conferindo o posto de Major, convidou Sá Roriz que aceitou o convite e transferiu-se para Fortaleza, onde chegou em 24 de maio de 1914.

Sá Roriz solicitou seu desligamento do Exército e, acompanhado da família, transferiu-se para Fortaleza, onde desembarcou em 24 de maio de 1914.

Logo que se instalou, tratou de manter contato com profissionais da área da saúde, objetivando criar um curso de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia.

A Comissão constituída com a finalidade de “dotar este Estado de uma Faculdade de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia”, integrada pelos doutores Sá Roriz, Mozart Catunda Gondim, Américo Picanço e Afonso Pontes de Medeiros, dirigiu convite a pessoas que poderiam se interessar pelo assunto para uma reunião a se realizar às 12 horas, do dia 22 de novembro de 1914, no Edifício do Liceu.

No dia e hora aprezados, realizou-se a reunião, sob a presidência do dr. Eduardo Salgado, médico de renomeada, à qual compareceram médicos, cirurgiões-dentistas e farmacêuticos.

Sá Roriz expôs o seu plano e, após vários pronunciamentos e debates, foi aprovada a criação de uma Faculdade de Medicina Tropical, Farmácia, Odontologia e Obstetrícia, tendo sido aclamado o seu primeiro diretor, o médico dr. Eduardo Salgado.

Essa Faculdade, entretanto, teve efêmera duração. No início de 1915, o dr. Eduardo Salgado e outros médicos, reconhecendo que o nosso meio ainda não reunia condições necessárias para o funcionamento de uma Faculdade de Medicina, desistiram da ideia.

Sá Roriz, porém, não desanimou e, ato contínuo, anunciou a criação de uma Faculdade de Farmácia e Odontologia, passando a reunir-se com cirurgiões-dentistas e farmacêuticos no consultório do dr. Raymundo Gomes, localizado na rua Major Facundo nº 39 (altos), esquina com a Rua São Paulo.

Participaram dessas reuniões, os cirurgiões-dentistas Raymundo Gomes, Pedro Verissimo de Araújo, Américo de Marães Picanço, Mozart Catunda Gondim e Mamede Cirino de Lima e os farmacêuticos Afonso de Pontes Medeiros, Joaquim Frederico Rodrigues de Andrade e José Morais

Segundo a ata de sua fundação lavrada em 12 de março de 1916, no salão de espera do gabinete dentário do dr. Raymundo Gomes, à rua Major Facundo 39 (altos), estava criada a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, sendo seus fundadores os cirurgiões-dentistas Francisco de Sá Roriz, Raymundo Gomes, Pedro Veríssimo de Araújo, Mozart Catunda Gondim, Américo Picanço e o farmacêutico Afonso de Pontes Medeiros. Posteriormente, o cirurgião-dentista Mamede Cirino foi incluído entre os fundadores.

Após a fundação, foi eleita a primeira diretoria, composta dos seguintes membros: diretor – Francisco de Sá Roriz; 1º secretário – Mozart Catunda Gondim; 2º secretário – Pedro Veríssimo de Araújo; tesoureiro Raymundo Gomes; bibliotecário – Mamede Cirino de Lima.

Aberta a matrícula, ainda no consultório do dr. Raymundo Gomes, surgiram os primeiros candidatos: Cândido Meireles, de Tauá, solicitou matrícula, por telegrama, para o Curso de Odontologia, e Vicente de Brito, de Crato, inscreveu-se para o curso de Farmácia.

No dia 12 de março de 1916, a Faculdade recém-criada iniciou suas atividades, com uma aula de Anatomia ministrada pelo dr. Francisco de Sá Roriz, na sede do Centro Espírita Cearense, localizado à rua Major Facundo (segundo quarteirão), nos altos de um estabelecimento comercial.

No ano seguinte, a Faculdade transferiu-se para um sobrado localizado na rua Senador Pompeu, esquina com a rua São Paulo, onde permaneceu até 1920.

Um ano depois, com melhores instalações, passou a funcionar na rua Guilherme Rocha, esquina com a rua Senador Pompeu. Em 1924, transferiu-se para uma casa térrea na rua Guilherme Rocha, esquina com a rua Senador Pompeu, no lado par-oeste.

RECONHECIMENTO ESTADUAL

Tendo a diretoria da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará requerido à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

o reconhecimento de entidade pública do novo Estabelecimento, a Comissão de Instrução pronunciou-se favoravelmente e, em 2 de outubro de 1916, foi promulgada a Lei nº 1391, que “Autoriza o Governo do Estado a reconhecer de utilidade pública a Faculdade de Pharmacia, Odontologia e Curso de Parto do Ceará”. Embora constante da denominação, o curso de Parto não chegou a funcionar.

Em seguida foi requerida a fiscalização do Governo do Estado, concedida pela Lei nº 1458, de 2 de outubro de 1917.

A primeira turma, diplomada em 1917, foi integrada por:

- Cirurgiões-dentistas: Ulisses Castelo Branco, J. Bezerra Marinho, N.F. Carlos Peixoto, M. Trajano Borges e J. Perdigão Sobrinho.
- Farmacêuticos: J. Augusto Barbosa, Sabino Borges, F. Gonzaga de Almeida, D. Antônio Araújo, Tertuliano Vieira e Sá, Elias Siqueira Cavalcante, Vicente de Brito, Nelson Gurgel e J. Gonçalves Linhares.

Após formar a primeira turma, importante marco na trajetória do novel Estabelecimento de Ensino, ampliou-se o seu conceito na comunidade e novos profissionais aderiram ao corpo docente.

Em 1925, o dr. Carlos Ribeiro, médico laboratorista e dedicado professor, financiou a aquisição da sede própria da Faculdade, adquirindo o edifício onde funcionava o Clube Iracema, localizado na rua Barão do Rio Branco nº 1321, tendo doado à Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará.

A Faculdade prosseguiu a sua trajetória de forma gradual, e, em 1925, instalada em prédio próprio, passou a oferecer melhores condições ao ensino nos dois cursos.

Neste ano, com o falecimento de Francisco de Sá Roriz, emerge a figura daquele que consolidou a obra e resistiu, com altivez, as dificuldades – o dr. Raymundo Gomes. A ele, que sempre competia

a tarefa de ordenar as finanças, foi confiada a direção da Instituição. Com a melhoria das rendas escolares, adquiriu o imóvel vizinho e ampliou as instalações, consolidando o patrimônio da Faculdade.

FASE HEROICA

Em 1930, não tendo sido obtida a necessária equiparação federal, foi suspensa a fiscalização estadual que vigorava desde 1918.

Em razão disso, vários alunos transferiram-se para outros Estados a fim de prosseguirem o curso. Alguns, por impossibilidade de saírem de Fortaleza, permaneceram frequentando a Faculdade.

Liderados pelo professor Raymundo Gomes, os docentes, numa atitude heroica, desafiando o impedimento decorrente da falta de fiscalização, continuaram ministrando as aulas, caracterizando, assim, um fechamento simbólico.

De acordo com documento deixado pelo professor Raymundo Gomes, encontramos o seguinte registro: “Em 1932, o Governo Provisório ordenou nova inspeção para efeito de Fiscalização preliminar.” A inspeção foi procedida pelo major Raymundo Dias de Freitas; porém, “por deficiência de relatório”, não foi concedida a fiscalização.

Em 1934, após nova inspeção, foi concedida pelo Governo Provisório uma fiscalização preliminar.

Dois anos depois, tendo a Faculdade obtido uma ajuda financeira do Governo Federal, graças ao empenho do deputado Demócrito Rocha, ex-aluno e ex-professor do Estabelecimento de Ensino, foi possível ao prof. Raymundo Gomes realizar substancial reforma no prédio. Em consequência, foram proporcionadas melhores condições para o aprendizado.

Atendidas as exigências que haviam sido impostas pelo Governo Federal, entretanto, nova crise se instalou.

Em 1937, com o “Golpe de Estado” e a conseqüente implantação da ditadura – Estado Novo, sob a presidência de Getúlio Vargas, novas reformas foram anunciadas.

A Faculdade permaneceu em expectativa, somente retomando o trabalho objetivando obter a equiparação em 1939. Ao ser requerida a equiparação, surgiram mais exigências.

O Governo exigia a apresentação do Patrimônio da Faculdade, relação do corpo docente, inventário das suas instalações, matrícula e vida escolar e condições pedagógicas disponíveis no prédio.

Após o atendimento do rol de providências, foi requerida a equiparação. O processo encaminhado ao Conselho Superior de Ensino foi devolvido com a exigência de que fosse feita juntada de documento comprobatório do pagamento dos professores.

Reunida a Congregação, foi aprovada a decisão de que “os professores renunciaram aos vencimentos, recebendo apenas 10\$00 (dez mil reis) para transporte, correspondente a aula ministrada, até que, com a equiparação, as rendas da Faculdade pudessem pagar vencimento condigno”, conforme consta dos Anais da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade do Ceará, de 1952.

O processo de equiparação recebeu, do relator, parecer favorável, e foi aprovado pelo Conselho Superior de Ensino, sendo, então, encaminhado ao Presidente da República que, afinal, concedeu a fiscalização prévia.

Decorridos seis meses, mediante parecer do fiscal federal dr. João Augusto Bezerra foi conseguida a almejada equiparação. Pelo Decreto nº 5205, de 31 de janeiro de 1940, foram reconhecidos no âmbito federal os cursos de Farmácia e de Odontologia mantidos pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará.

Com a equiparação, foi restabelecida a confiança na Faculdade, tendo, em consequência, ocorrido um aumento na matrícula de alunos.

Os vencimentos dos professores foram fixados em Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros), que, reajustados, gradativamente, alcançaram Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros).

Em 1940 foi afinal, graduada a primeira turma de cirurgiões-dentistas integrada ao regime federal, contando com as garantias legais para o exercício profissional. Nesse ano não foram diplomados farmacêuticos.

ENCAMPAÇÃO PELO ESTADO

Em 1947, a despeito da posição contrária do prof. Raymundo Gomes, o prof. Paulo de Brito Firmeza, integrante do corpo docente da Faculdade, manobrou politicamente e conseguiu que a encampação da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará fosse incluída nas disposições transitórias da Constituição do Estado que estavam sendo debatidas na Assembleia Legislativa.

No dia 20 de dezembro de 1947, o Governador do Estado – Faustino Albuquerque e Souza, sancionou o decreto de nº 833, encampando as Faculdades de Ciências Econômicas e de Farmácia e Odontologia do Ceará, nos termos da Disposições Constitucionais Transitórias.

O prof. Raymundo Gomes, inconformado, reuniu alguns professores e tentou subtrair o patrimônio da Faculdade do domínio oficial, criando um impasse entre o Governo e a administração do Estabelecimento de Ensino.

A querela chegou ao final em 2 de agosto de 1948, quando o Governador Faustino de Albuquerque e Souza, sancionou a lei nº 256, incorporando ao domínio do Estado o patrimônio da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará e adotando as medidas necessárias à sua encampação.

A Faculdade foi então estadualizada, tendo o Departamento de Serviço Público providenciado os atos de nomeação dos professores e funcionários administrativos.

FEDERALIZAÇÃO

O prof. Paulo Firmeza, estimulado por ter sido vitorioso na luta pela estadualização da Faculdade, resolveu empreender ambiciosa campanha no sentido de conseguir a federalização dessa Instituição de Ensino Superior.

No Rio de Janeiro, foi apresentado por seu irmão Pedro Firmeza, ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao Senador Vitorino Freire, que gozava de grande prestígio junto ao Presidente da República, Marechal Eurico Gaspar Dutra.

Paulo Firmeza, tendo conhecimento de que o senador Vitorino Freire estava encaminhando a federalização da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Maranhão, solicitou ao Senador que incluísse no seu projeto a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará. O senador Vitorino Freire o orientou no sentido de pedir a um senador do Ceará que apresentasse emenda, neste sentido, ao seu projeto e ele apoiaria a emenda.

Ao término do governo do Marechal Dutra, surgiu no senado um projeto criando o Sistema Federal de Ensino Superior, encaminhando faculdades de diversos Estados. Coube ao Senador Plínio Pompeu de Saboya Magalhães apresentar emenda incluindo a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará entre os estabelecimentos de ensino a serem federalizados. A bancada cearense, considerando os benefícios a serem proporcionados ao ensino do Estado, apoiou a emenda.

A Lei Nº 1254, de 4 de dezembro de 1950, dispoendo sobre o sistema Federal de Ensino Superior, promoveu a federalização da

Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará e da Faculdade de Direito do Ceará, além dos estabelecimentos integrantes da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) das Universidades de Minas Gerais, do Recife, do Paraná, do Rio Grande do Sul e Rural de Minas Gerais, além de 16 outras Instituições de Ensino Superior isoladas.

O trabalho encetado pelo prof. Paulo Firmeza foi coroado de êxito. Ele, porém, não chegou a ver o ato final, vez que falecera num desastre aviatório, sete meses antes da promulgação da lei.

UNIVERSIDADE DO CEARÁ

O projeto de criação de Universidade contou com o apoio das bancadas cearenses da Câmara e do Senado, de modo especial, com a simpatia do Presidente Getúlio Vargas que, numa inequívoca demonstração de apoio ao empreendimento, o sugeriu em mensagem. João Café Filho, no exercício da Presidência da República, sancionou a Lei Nº 2373, de 16 de dezembro de 1954, que instituiu a Universidade do Ceará.

Deve ser consignado, num registro de merecida homenagem, ao empenho dos então deputados federais Francisco de Menezes Pimentel, João Otávio Lobo e Paulo Sarasate Ferreira Lopes em favor da criação da Universidade do Ceará. Com três Faculdades federais no Ceará – Direito, Farmácia e Odontologia e Agronomia – e desaparecidos obstáculos políticos com a volta de Getúlio Vargas ao Governo da República externando o propósito de governar acima dos partidos, o prof. Antônio Martins Filho deu início à tarefa de instalar a Universidade do Ceará.

O prof. Antônio Martins Filho, demonstrando grande capacidade de trabalho e vontade de acertar, foi, sem dúvida, o responsável pelo êxito da Universidade. Sem medir esforços, dividido entre o imprescindível contato com órgãos do Ministério da Educação e com

integrantes da representação cearense nas duas casas legislativas e, localmente, com as medidas a serem adotadas para aparelhar a Universidade que surgia, agiu sempre com acendrado bom senso.

Instalou seu gabinete de trabalho numa sala da Faculdade de Direito do Ceará, destinando a sala vizinha para a secretaria, dependências cedidas pelo diretor prof. Andrade Furtado. O Conselho Universitário, integrado pelo Reitor Antônio Martins Filho e seis conselheiros: Andrade Furtado, Dolor Barreira, Luiz de Oliveira Albuquerque, Fernando Leite, Prisco Bezerra e Renato de Almeida Braga, respectivamente, diretor e representante do corpo docente das Faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia e Agronomia. Esse colegiado elegeu vice-reitor o prof. Andrade Furtado.

INSTALAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO CEARÁ

Em sessão solene realizada no Theatro José de Alencar, no dia 25 de junho de 1955, com a presença de grande número de autoridades civis, militares e representante do clero, foi instalada a Universidade do Ceará.

Com a incorporação das Faculdades de Medicina, declarada federal na Lei que instituiu a Universidade do Ceará, e a de Engenharia, criada como estabelecimento isolado, à Universidade recém-instalada, ampliou-se para cinco o número de estabelecimentos de Ensino Superior no elenco universitário.

FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO CEARÁ

Com a instituição da Universidade do Ceará, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, um dos cinco estabelecimentos de ensino integrados à constituição da novel Universidade, passou a denominar-se Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade do Ceará.

CENTRO DE ESTUDOS

Em 1957, foi fundado o Centro de Estudos dos Assistentes da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade do Ceará, presidido pelo professor assistente Francisco Wilson de Vasconcelos Dias, tendo a posse ocorrido no dia 24 de abril de 1957.

No mesmo ano, apesar de continuar integrando uma mesma Faculdade, o Curso de Odontologia separou-se do de Farmácia sendo transferido para o prédio ao lado do Theatro José de Alencar, ocupando as dependências anteriormente utilizadas pela Faculdade de Medicina do Ceará.

Em vista dessa separação, em 1960, o Centro de Estudos foi dividido, tendo surgido o Centro de Estudos dos Assistentes da Faculdade de Odontologia, apesar de não existir oficialmente a Faculdade de Odontologia. A primeira diretoria foi presidida pelo professor assistente José Dilson Vasconcelos de Menezes.

ANAIS

Em 1962, foi publicado o tomo I dos Anais da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade Federal do Ceará, tendo a Comissão Diretora dos Anais sido constituída pelo diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia, prof. Ailton Gondim Lóssio, em portaria de nº 22, com a seguinte composição: presidente – José Leite Maranhão; secretário - José Dilson Vasconcelos de Menezes; redatores – Francisco José de Abreu Matos e Francisco das Chagas Costa Tito.

SEPARAÇÃO DOS DOIS CURSOS

Em face do que estabeleceu a Lei Nº 4.662, de 2 de junho de 1965, os cursos de Farmácia e de Odontologia, depois de funcionarem vinculados à mesma Instituição por mais de 49 anos, separaram-se, advindo dessa separação o surgimento de duas faculdades distintas.

Surgiram, então: Faculdade de Farmácia da Universidade de Ceará e Faculdade de Odontologia da Universidade do Ceará que, seis meses depois, em decorrência da mudança na denominação da Universidade do Ceará para Universidade Federal do Ceará, passaram a Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Ceará e Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Ceará, respectivamente.

Em 1968 foi publicado o primeiro número (Ano I – Nº 1) da Revista da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Ceará.

REFORMA UNIVERSITÁRIA

A estrutura universitária, em face do Decreto Nº 71.882, de 2 de março de 1973, foi organizada em centros, agrupando os departamentos responsáveis pelas disciplinas afins a determinadas áreas do conhecimento. Os cursos integralizados pelas disciplinas ofertadas pelos departamentos passaram a contar com uma Coordenação para efeito didático.

Em decorrência da extinção das cátedras, os professores catedráticos passaram a professores titulares, assim como, extinto o cargo de diretor, surgiu a função de coordenador de curso.

Em face da implantação dessa Reforma, foram extintas as faculdades e criados seis centros, sendo 2 (dois) de ensino básico e pesquisa e 4 (quatro) de ensino aplicado e pesquisa. O Centro de Ciências da Saúde, reunindo os departamentos responsáveis pelas disciplinas integrantes dos cursos de Medicina Farmácia, Odontologia e Enfermagem.

Do regime anual, os cursos passaram a ser ministrados em disciplinas semestrais. O de Odontologia passou a ser desenvolvido em 8 (oito) semestres, sendo 4 (quatro) básicos, 3 (três) profissionalizantes e 1 (um) de clínica integrada.

O prof. Pedro Teixeira Barroso, cujo mandato de diretor da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Ceará compreendia o período de 1971 a 1975, foi o último diretor e o primeiro coordenador do Curso de Odontologia (de março a julho de 1973).

Em julho de 1973, tendo sido convidado para exercer o cargo de Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, afastou-se dessa função, tendo sido substituído pelo prof. Cláudio Marques Freire.

SEDE NO PICI

Desde o início da gestão, o Reitor Pedro Teixeira Barroso, manteve a preocupação de dotar o Curso de Odontologia de instalações condignas, vez que, à época, o Curso funcionava em precárias condições no velho casarão da Praça José de Alencar. Além do lastimável estado do imóvel, os equipamentos, contando com mais de vinte anos de uso, não atendiam, de maneira satisfatória, às necessidades do ensino prático.

Tendo acionado o Departamento de Obras da Universidade, recebeu um plano, sugerindo que o prédio do Curso de Odontologia fosse construído no *Campus* do Pici. Para tanto seria reservada uma área de 11 (onze) hectares para o Centro de Ciências da Saúde. Inicialmente, seria construído o prédio destinado aos departamentos específicos do Curso de Odontologia e, posteriormente, os demais. Ao longo de alguns anos, o Centro de Ciências da Saúde estaria integrado ao Campus Universitário, como outros três Centros que lá funcionam.

Entre as vantagens, foi destacada a de que a área de Porangabussu atingia apenas 6,5 hectares e as desapropriações imprescindíveis eram de custo muito elevado em face da grande valorização dos terrenos naquela área, enquanto, no Pici, a Universidade contaria com o terreno que se fizesse necessário, sem despender qualquer importância.

O projeto, apresentado pelo competente arquiteto Neudson Braga que, aliado ao vasto conhecimento profissional, mantém um comportamento eticamente irrepreensível, convenceu o Reitor e todos os participantes da reunião realizada no Gabinete do Reitor.

Convencido do acerto do plano, o Reitor Pedro Teixeira Barroso empenhou-se em obter licença para que fossem alienados dois bens da Universidade, a fim de que, com o produto da venda, conseguisse recursos para a construção pretendida. Eram eles: o anexo ao prédio da antiga Escola de Engenharia, dispondo de 16.000 metros quadrados, e um imóvel localizado à rua Barão do Rio Branco nº 1321, contando com uma área de 1.000 metros quadrados. Por ironia do destino, o prédio da antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará ia ser utilizado para as futuras instalações do futuro Curso de Odontologia.

A necessária autorização para a venda do imóvel da rua Barão do Rio Branco nº 1321 foi concedida pelo Decreto Nº 77.716. Em seguida, foi processada a abertura de concorrência para a alienação do terreno.

O Instituto Nacional de Previdência Social ganhou a concorrência, ocupou o imóvel e não pagou a importância devida. Foi anulada a concorrência, porém, em virtude dos trâmites burocráticos, somente em janeiro de 1978 foi realizada nova concorrência, tendo sido ganha pelo Banco do Brasil que instalou uma agência nesse local.

Cumprindo o último ano do seu mandato, o Reitor Pedro Teixeira Barroso contratou a primeira parte da obra do futuro prédio do Curso de Odontologia, num custo de Cr\$ 8.992,162,00 (oito milhões, novecentos e noventa e dois mil, cento e sessenta e dois cruzeiros).

A pedra fundamental foi lançada no 12 de março de 1979, em solenidade que contou com a presença de pró-reitores, do diretor do Centro de Ciências da Saúde e de grande número de professores e alunos do Curso de Odontologia. O Reitor Pedro Teixeira Barroso e

o prof. José Dilson Vasconcelos de Menezes, vice-diretor do Centro de Ciências da Saúde, depositaram a pedra fundamental do edifício destinado a servir como sede do Curso de Odontologia.

Foi edificada toda a estrutura referente à parte térrea do prédio que infelizmente ficou abandonada. Sucedendo ao Reitor Pedro Barroso, o Reitor Paulo Elpídio de Menezes Neto tornou sem efeito a ideia de transferência para o Pici, em face de ter recebido forte pressão de expressivo número de docentes do curso de Medicina no sentido de que o Centro de Ciências da Saúde permanecesse em Porangabussu.

Sensível ao clamor deflagrado contra a ideia de concentrar, no futuro, os seis centros no *Campus* do Pici, o novo Reitor mandou reestudar o assunto, tendo o Departamento de Obras elaborado o Plano Diretor do Campus Universitário, aprovado pela Resolução do Conselho Universitário Nº 02, de 27 de novembro de 1979

Na conformidade desse Plano, a Universidade contaria com três áreas distintas: a área do Pici, a de Porangabussu e a do Benfica.

Na área 2 – Porangabussu - seriam localizadas as instalações dos departamentos integrantes do Centro de Ciências da Saúde.

Nessa área, funcionariam os departamentos dos Cursos de Medicina, Farmácia e Enfermagem, que lá estavam instalados, além dos de Odontologia a serem ainda edificados.

Como o terreno disponível em Porangabussu era de apenas 6,5 hectares, o Plano previa a necessidade de serem desapropriadas duas quadras, uma das quais seria destinada à edificação dos departamentos do Curso de Odontologia.

As desapropriações necessárias não se realizaram por falta de recursos financeiros, apesar de a Comissão ter iniciado o levantamento das áreas a serem desapropriadas, tendo inclusive dois proprietários de imóveis desocupado suas residências.

A edificação das dependências do Curso de Odontologia foi prejudicada porque, ao final, foi construído em um espaço insuficiente que já havia sido descartado, em 1986, por dirigentes e professores do Curso de Odontologia.

Em 1990, concluíram o curso os integrantes da primeira turma de Técnicos de Higiene Dental. Esse curso foi coordenado pela prof. Clélia Maria Nolasco e contou com o suporte financeiro do convênio firmado pela CAPES com a Fundação Kellogg - Programa de Apoio aos Profissionais da Saúde – PAPS. Esse convênio, coordenado pelo prof. José Dilson Vasconcelos de Menezes, além do mencionado curso, apoiava a implantação do SUS e um programa - Saúde da Mulher a cargo da Enfermagem, coordenado pelo prof. José Dilson Vasconcelos de Menezes.

FACULDADE DE FARMÁCIA, ODONTOLOGIA E ENFERMAGEM

Em 1997, vários docentes do curso de Medicina procuraram sensibilizar o Reitor da Universidade Federal do Ceará argumentando que, sendo no ano seguinte, comemorado o cinquentenário da instituição da Faculdade de Medicina, solicitavam o retorno à antiga estrutura,

O Reitor Roberto Cláudio Frota Bezerra concordou com a solicitação, tendo levado o pleito ao egrégio Conselho Universitário que, por maioria dos seus membros, se pronunciou favoravelmente ao importuno pedido.

No dia 3 de dezembro de 1997, em cumprimento ao que determinava o Provimento nº 04/CONSUNI, aprovado pelo Conselho Universitário, foram introduzidas modificações nas estruturas organizacional e administrativa dos cursos da área de ciências da saúde.

Foi extinto o Centro de Ciências da Saúde, sendo os quatro cursos distribuídos em duas Faculdades implantadas: Faculdade de Medicina e Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem.

Trata-se de uma experiência única no Brasil, constituindo-se essa manobra um verdadeiro retrocesso a 1884, quando o Imperador d. Pedro II autorizou a execução do Estatuto proposto por Vicente Cândido Figueira de Saboia, diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

No mencionado Estatuto, continha no artigo 1º que

Cada uma das Faculdades de Medicina do Império se designará pelo nome da cidade em que tiver assento, será regida por um Director e pela Congregação dos Lentes, e se comporá de um curso de sciencias medicas e cirúrgicas e de três cursos anexos: o de pharmacia, o de obstetrícia e gynecologia e o de odontologia.

A primeira direção da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem foi empossada no dia 9 de janeiro de 1998, tendo como dirigentes: Haroldo César Pinheiro Beltrão, diretor, e Carlos Couto Castelo Branco, vice-diretor.

Referências Bibliográficas

GIRÃO, Raimundo. *Evolução histórica cearense*. Fortaleza: BNB. ETENE, 1985, 446 p.

MALLMANN, Pedro. *Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará*. Fortaleza: Tribuna do Ceará, 12.03.1979.

OLIVEIRA, Franklin Fernandes. *Farmácia e Odontologia fazem 70 anos de fundação*. Fortaleza: O POVO, 12.03.1986.

POLIMÁTICA – Órgão oficial do Diretório Acadêmico Raymundo Gomes da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará – Ano XIII, Jun / 1948, n. 107.

SAMPAIO, Dorian. *Anuário do Ceará – 1979/80*. Fortaleza: Stylos Comunicações. 1980, p. 238-241.

MARTINS FILHO, Antônio. *Memória*: tomo II. Fortaleza: Imprensa Universitária – 500. 1996.

Movimento Associativo da Categoria Odontológica no Ceará

A Associação Médica e Farmacêutica foi fundada em 20 de fevereiro de 1913. Na 2ª sessão, realizada no dia 2 de março de 1913, ocorreram modificações no Estatuto: a denominação passou a ser Centro Médico Cearense e a categoria de cirurgiões-dentistas foi incluída como integrante do quadro social.

Nessa oportunidade, foi procedida a primeira eleição da Diretoria, tendo sido escolhido presidente o Dr. Guilherme Studart e os secretários, o médico Manoel Teófilo Gaspar de Oliveira, o farmacêutico Afonso de Pontes Medeiros e o cirurgião-dentista Rodolfo Bezerra de Menezes.

A instalação oficial ocorreu no dia 25 de março de 1913, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, tendo sido aprovado o Estatuto e empossada a primeira Diretoria, sob a presidência do Dr. Guilherme Studart, mais tarde feito Barão pela Bula do Papa Leão XIII.

Dentre as finalidades da nova Entidade, constava:

“Artigo 1º letra a) Promover a união dos membros da classe médica, pharmaceutica e odontologica, estabelecendo entre eles laços de confraternidade, assistência e socorro mútuos, a fim de proteger a sua autoridade e agir no seu interesse moral, econômico e social.”

Inicialmente integravam o Centro Médico Cearense 28 médicos, 17 farmacêuticos e 7 cirurgiões-dentistas.

Os cirurgiões-dentistas eram: Bernardo Cruz Filho, Edgar de Alencar, José G. Studart Filho, Mamede Cyrino, Pedro Verissimo, Raimundo Gomes e Raimundo Bezerra de Menezes.

Em 1932, o Centro Médico Cearense aprovou outro Estatuto, tornando a Entidade privativa de Médicos. Constava do seu artigo 5:

“Para ser membro efetivo do CMC é indispensável ser diplomado em medicina e ser julgado idôneo pela maioria dos membros presentes à sessão em que o novo sócio for proposto.”

Num documento escrito e assinado por Pedro Veríssimo de Araújo, consta:

Posteriormente, surgiu o Centro Odontológico Cearense, cuja data de instalação permanece envolta em controvérsias. O século e competente confrade Joarez Porto, num meticoloso trabalho de pesquisa, identificou quatro datas: 1) 14 de maio de 1927; 2) 24 de setembro de 1927; 24 de setembro de 1931; e 4) 7 de outubro de 1931.

Ata da 1.^a sessão ordinária da "Associação ^{Cearense} dos Cirurgiões Dentistas", realizada em Fortaleza, aos 15 de Novembro de 1915. (Sessão de instalação)

Presidência de Raimundo Gomes.
Secretário - Elzart Catunda Gondim.

Estiveram presentes, na qualidade de fundadores genuínos, os seguintes cirurgiões-dentistas: Raimundo Gomes e Pedro Veríssimo, Américo Traves, José Girguel Nogueira e Elzart Catunda Gondim.

Na 2.^a sessão, foram aceitos e considerados sócios efetivos, os cirurgiões-dentistas: Pedro Bedrine, Arcelino Barreiros, Júlio Junqueira de Aguiar, Carloto Tavora, Francisco Calaza, Torquato Aguiar, Rodolfo Bezerra, Manuel Eugênio Paulino, Edgar Azevedo, Milton Freire, Genésio Cabral, José Carlos Magalhães, Antônio Goncalves de Carvalho, Remigio Albain, Francisco de Sá Romão e Albino, João de Farias.

Quando a "Associação, em colapso, fechava suas portas, era presidente o professor Francisco de Sá Romão e 2.^o secretário - Pedro Veríssimo de Araújo. Logo após, foi reparada a injusticável falta, com a fundação do "Centro Odontológico" que, até nossos dias, permanece firme elaborando vasto e sábio programa em prol do engrandecimento da classe. Os apóstolos da ciência de Pierre Fauchard, no Ceará, são dignos e merecedores do estreito abraço amotoss do velho professor, que sempre batallhou pelos progressos e o bom nome da causa odontológica.

A.S.S.) Pedro Veríssimo de Araújo.

Embaralhadas e apoiadas em depoimentos e documentos contraditórios, o pesquisador defronta um terreno movediço que o impede de afirmar acerca da data em que sucedeu a criação do Centro Odontológico Cearense.

Ao incursionarmos nesse terreno, localizamos no jornal “O Povo”, 7 de julho de 1932, à página 7, uma publicação dos Estatutos do Centro Odontológico Cearense.

Essa publicação menciona “Art. 1º - Fica fundado nesta cidade de Fortaleza, com data de 24 de setembro de 1931, a sociedade de fins científicos e beneficente Centro Odontológico Cearense.”

Recentemente examinando a *Revista Ceará Odontológico*. Revista Trimestral, Órgão do Centro Odontológico Cearense Ano I - n. 1 Março de 1932, constatei na sua segunda página: Centro Odontológico Cearense fundado em 1931. Funciona no Edifício da Faculdade de Farmácia e Odontologia à Rua Barão do Rio Branco nº 309.

Sua primeira diretoria teve a seguinte constituição:

- Dr. Pedro Verissimo – presidente.
- Dr. Torquato Porto- vice-presidente.
- Dr. Cândido Meireles- 1º secretário.
- Dr. José Passos Filho- 2º secretário.
- Dr. Demócrito Rocha – orador.
- Dr. Abner Amaral – tesoureiro.

Duas palavras aos colegas e Classes Unidas são as duas primeiras matérias dessa Revista, nas quais o presidente Pedro Verissimo exorta a categoria à união e relata a comemoração do Dia do Cirurgião-Dentista, à época comemorado no dia 3 de outubro.

Este ano a data foi comemorada pela segunda vez: em uma ceia realizada no Hotel Ramon, na Praia de Iracema, contando com

a maioria dos colegas, assim como representantes da imprensa local. Ao champagne, discursou o dr. Pedro Verissimo. Esclarece na nota que a ágape terminou após 22 horas.

As primeiras reuniões realizaram-se na Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, à rua Barão do Rio Branco, nº 309. Posteriormente ocorreram na rua Liberato Barroso, 27.

A partir de 1938, as reuniões passaram a se realizar, por muitos anos, na rua Barão do Rio Branco nº 828 (altos).

No intuito de retribuir aos associados, oferecendo alguma forma de cooperação, a Diretoria instalou um gabinete radiológico. Essa medida constituiu-se de grande valia porque, à época, poucos cirurgiões-dentistas possuíam aparelho de raios X.

Em abril de 1957, a Diretoria, sob a presidência do dr. José Mário Mendes Mamede, alugou, com expectativa de compra, um amplo imóvel residencial na av. Dom Manoel nº392, entre a rua Costa Barros e a av. Santos Dumont.

Houve festiva inauguração da nova sede e a maioria dos frequentadores elogiava a transferência. Decorridos os primeiros meses, a frequência diminuiu e a Diretoria houve por bem desocupar o imóvel e retornar ao salão da rua Barão do Rio Branco nº 828 - altos. Àquela época, todas as atividades convergiam para o centro da cidade. Como poucos possuíam transporte próprio, para participar de uma reunião na av. Dom Manuel, significava usar o transporte público (bonde ou ônibus) por duas vezes na ida e duas vezes na volta.

Em 4 de maio de 1962, o Centro Odontológico Cearense assumiu uma nova denominação: Associação Brasileira de Odontologia – Seção do Ceará. A mudança ocorreu por força do artigo 83 do Estatuto da Associação Brasileira de Odontologia Nacional, à qual se filiara.

Em 15 de dezembro de 1960, reuniram-se vários profissionais da Odontologia e fundaram a União Patrimonial dos Cirurgiões-

-Dentistas, objetivando adquirir uma sede para a Associação Brasileira de Odontologia – Seção do Ceará.

Nessa ocasião foram eleitos os dirigentes da nova Entidade.

Diretoria

Carlos Rolim Martiniano – presidente.

Luciano Ferreira Nunes – vice-presidente.

Antônio Alves Franco – secretário.

Alfonso de Codes Bastos e Luiz Gomes Nogueira - tesoureiros

Conselho Diretor

Carlos Rolim Martiniano, João Hildo de Carvalho Furtado, Antônio Alves Franco, Carlos Alberto Maciel, Jorge d' Albuquerque Lóssio e Alfonso de Codes Bastos.

Conselho Fiscal

Valdir Bezerra, Raimundo Caubi Batista Lima e Joaquim Dantas Braga.

Desse movimento resultou a compra de imóvel térreo, localizado na av. Tristão Gonçalves nº 1203 que, após ampla reforma, passou a constituir-se a sede da Associação Brasileira de Odontologia – Seção do Ceará.

A inauguração da sede ocorreu no dia 21 de abril de 1967, quando foram fixadas placas de bronze com os nomes dos dirigentes da União Patrimonial dos Cirurgiões – Dentistas do Ceará.

Após a benção das instalações, teve início uma sessão solene no auditório João Hildo de Carvalho Furtado, presidida pelo prof. Ailton Gondim Lóssio, diretor da Faculdade de Odontologia da Universidade do Ceará.

Compuseram a mesa dirigente as seguintes personalidades, deputado Almir Pinto, prof. Carlos Rolim Martiniano, presidente da Associação Brasileira de Odontologia – Seção do Ceará e da União

Patrimonial dos Cirurgiões – Dentistas do Ceará e Dr. Carlos Alberto Maciel, vice-presidente da Associação Brasileira de Odontologia – Seção do Ceará.

Além do presidente da solenidade, usaram da palavra o prof. Carlos Rolim Martiniano e dr. Carlos Alberto Maciel.

Constituiu-se uma noite de intenso júbilo e confraternização da categoria odontológica cearense.

O *Ceará Odontológico*, órgão de divulgação da Associação Brasileira de Odontologia – Seção do Ceará, circulou em edição extraordinária, relatando, detalhadamente, os diversos momentos da auspiciosa inauguração.

A Associação Brasileira de Odontologia – Seção do Ceará, estava precariamente instalada num terreno localizado na rua Gonçalves Ledo nº 1630.

Após a realização do V Congresso Brasileiro de Odontopediatria, ocorrido em Fortaleza, em face de ter produzido saldo, o presidente da Associação Cearense de Odontopediatria, prof. George Barros Leal, acompanhado do prof. José Mário Mendes Mamede, que presidira o evento, efetuaram o pagamento do terreno no qual estava funcionando a Associação Brasileira de Odontologia – Seção do Ceará, procedendo à entrega da respectiva escritura ao cirurgião-dentista Zilberto Monteiro de Alencar, atual presidente da Associação.

A diretoria subsequente, eleita para o período 1972/1973, era presidida pelo prof. Antero José de Moraes Rola que tendo se afastado para cursar o Mestrado, transferiu a Presidência ao vice-presidente, prof. Domingos Leitão Neto. Após assumir, o novo presidente propôs e a Diretoria aprovou, a venda do imóvel adquirido pela União Patrimonial dos Cirurgiões-Dentistas, aplicando os recursos advindos da venda na edificação da sede da Associação Brasileira de Odontologia Seção do Ceará, na rua Gonçalves Ledo nº 1630.

A inauguração da sede no novo endereço constituiu-se uma grande confraternização da categoria, tendo a solenidade inaugural contando com a presença do dr. Júlio Rego, secretário de saúde do Estado do Ceará e grande número de cirurgiões-dentistas.

Assim, a Associação Brasileira de Odontologia – Seção do Ceará, carente de uma sede própria, graças à conjugação de esforços da União Patrimonial dos Cirurgiões-Dentistas do Ceará e da Diretoria da Associação Cearense de Odontopediatria, passou a contar com sede confortável, dotada de amplo auditório, espaço para reuniões e área destinada ao funcionamento da Escola de Aperfeiçoamento Profissional – EAP.

Sindicato dos Odontologistas no Estado do Ceará

A Associação Profissional dos Odontologistas no Ceará foi fundada em 1º de maio de 1942, tendo se instalado na sede do Centro Odontológico Cearense, na rua Barão do Rio Branco nº 828 - altos. Na ocasião foram eleitos seus dirigentes.

Diretoria:

Membros Titulares – Carlos Pompeu Gurgel Costa Lima Amaral, Jair Abreu de Oliveira e Antônio Batista de Souza.

Suplentes – Francisco Chagas de Araújo, Christiano Jaguaribe Maldonado e Raimundo Bezerra.

Conselho Fiscal:

Membros Titulares - José Alcides Freitas, Mauro Gonçalves da Justa e Hiran Eduardo Lima.

Suplentes – José Pimentel Santiago, João Fernandes Melo e José Silva Lima.

Em 24 de maio de 1942, a Associação reuniu-se, em Assembleia Geral, para a aprovação do seu Estatuto. A presidência foi delegada a José Alcides Freitas, por ser o membro mais antigo do Conselho Fiscal. Foram designados escrutinadores Antônio Batista de Souza, Christiano Maldonado e Francisco Chagas Araújo.

Os artigos constantes do anteprojeto foram discutidos e aprovados, por unanimidade.

A Associação, tendo recebido o reconhecimento do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, passou a ser o órgão sindical representativo da categoria odontológica do Estado do Ceará.

Na condição de Sindicato dos Odontologistas no Estado do Ceará, reuniu-se na sua sede, em Assembleia Geral, para eleger a diretoria do Sindicato ora instituído. O presidente Carlos Pompeu Costa Lima do Amaral, que posteriormente alterou seu nome para Carlos Pompeu Costa Lima Gurgel, após abrir a sessão, transferiu a presidência para José Alcides Freitas que, ao assumir, designou Francisco Chagas de Araújo e Raimundo dos Santos, secretários e José Pimentel Santiago e Raimundo Nonato Coelho, escrutinadores.

Francisco Chagas de Araújo procedeu a leitura dos nomes integrantes da chapa única registrada na secretaria, tendo o presidente José Alcides Freitas autorizado o início da votação.

Ao término da votação, o presidente proclamou o resultado. A primeira diretoria do Sindicato dos Odontologistas no Estado do Ceará, para o período 1946/1947, apresentou a seguinte composição:

- Presidente - Arthur Chagas
- Secretário - Christiano Jaguaribe Maldonado
- Tesoureiro – Francisco Chagas Araújo.
- Suplentes: José Pimentel Santiago; Antônio Batista de Souza e Tancredo de Souza Carvalho.
- Conselho Fiscal - Raimundo dos Santos; Jadir Rodrigues Weyne e José Alcides Freitas. Suplentes: Demócrito Sales Freire; Hugo Frota Magalhães Porto e Raimundo Nonato Coelho.

1960 - 1961 José Mário Mendes Mamede - presidente
Francisco Nogueira de Pontes - secretário
1963 - 1965 Francisco Nogueira de Pontes - presidente
Francisco Ibiapina Barbosa - secretário

- 1967 - 1969 Antônio Lopes Neto - presidente
- 1969 - 1971 João Domício Filho - presidente
- 1972 - 1975 Luiz Gomes Nogueira - presidente
Flávio Prata Crisóstomo - secretário

Na gestão do professor Luiz Gomes Nogueira, com recursos obtidos da Federação dos Odontologistas, foi alugada uma sala no Palácio Progresso e adquirido mobiliário, geladeira e telefone.

Realizou o V Congresso Brasileiro da Federação Nacional dos Odontologistas e II Congresso Cearense de Odontologia, presididos por Aldo Frota Nogueira, de 29 de maio a 3 de junho de 1977.

- 1975 - 1978 Francisco Bessa Nogueira - presidente
Antônio José da Silva Nina - secretário
- 1978 - 1981 Luiz Gomes Nogueira - presidente
Osmar Matos Coelho - secretário
- 1981 - 1984 Aldo Frota Nogueira - presidente
- 1984 - 1987 Aldo Frota Nogueira - presidente
- 1987 - 1993 Jorge Eduardo de Aguiar Ellery - presidente

Celebrou convênio com a UNIMED para prestação de serviços de assistência médico – hospitalar aos cirurgiões-dentistas sindicalizados. Obteve do Governo do Estado o cumprimento do Decreto nº 21.481, de 25.07.1991, que determinava a transferência dos dentistas lotados na Secretaria da Educação para a Secretaria da Saúde. Muitos desses cirurgiões-dentistas eram remanescentes da antiga Assistência Dentária Escolar.

O Sindicato, na sua gestão, participou da VIII Conferência Nacional de Saúde e da Conferência Nacional de Saúde Bucal, ambas em Brasília.

Conduziu o Sindicato à participação em todos os movimentos reivindicatórios da categoria.

Em 4 de novembro de 1993 Eymar Vieira Borges assumiu a presidência. Durante sua administração procurou ampliar o processo de informatização dos serviços. Pactuou convênios com a ABLUB e com a Data Control. Participou do Fórum Nacional de Convênios e Credenciamentos, em Guarapari – ES em abril de 1994 e das reuniões da Comissão de Convênios e Credenciamentos, em Brasília. Representou o Sindicato em várias reuniões da Federação Nacional dos Odontologistas.

Do final de 1993 a junho de 1997, Jorge Eduardo de Aguiar Ellery assumiu a presidência.

Paulo Roberto Pinheiro Beltrão - vice-presidente

Marcus Antônio Teixeira – secretário

1997 – 2000 Jorge Eduardo de Aguiar Ellery – presidente

Marcus Antônio Teixeira – vice-presidente

Silvio Cruz de Vasconcelos – secretário

2000 – 2003 Jorge Eduardo e Aguiar Ellery – presidente

Andréa Silvia Walter de Aguiar – vice-presidente

Marlene Lopes Cidrack – secretária

Nesse período, o Sindicato desenvolveu ativo e profícuo trabalho em prol dos cirurgiões – dentistas sindicalizados. Participou de debates que resultaram na aprovação do piso salarial da categoria, aprovado nos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Esteve presente, com atuação marcante, na elaboração da Tabela dos Convênios e Credenciamentos. Integrando o Conselho Estadual de Saúde, participou de debates que resultaram na inclusão do cirurgião – dentista no PSF.

No campo da assistência jurídica, patrocinou inúmeras ações contra a União, Estado e municípios em favor de vários sindicalizados prejudicados em seus direitos, obtendo ganho de causa em muitos processos.

Cooperativa Mista dos Odontólogos do Ceará

Nos anos 1950, atuavam em Fortaleza apenas três estabelecimentos comerciais dedicados à venda de itens odontológicos. Em decorrência, a categoria odontológica arcava com elevados custos na aquisição dos artigos imprescindíveis ao exercício profissional.

Por via de comparação dos preços adotados pelas firmas locais com os valores estipulados por empresas sediadas em Natal ou Recife, podia ser constatada a desvantajosa maior diferença nos preços em Fortaleza.

Mercê do trabalho empreendido pelo cirurgião-dentista Lourival Lima de Aguiar, grande número de colegas se achou motivado a participar da organização de uma cooperativa dedicada ao fornecimento de artigos odontológicos.

O Dr. Lourival Lima de Aguiar que, além de cirurgião-dentista, era contabilista e versado em cooperativismo, visitou profissionais em seus consultórios, expondo-lhes o ideal cooperativista, bem como a vantagem advinda para a categoria ao fundar um estabelecimento obedecendo esse sistema.

Desse trabalho, inicialmente, resultou a adesão de 51 cirurgiões-dentistas, tendo sido constituído o capital inicial da nova entidade, uma vez que cada associado subscrevia Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) a ser integralizado em dez quotas-partes.

No dia 31 de março de 1951, ocorreu a fundação da Cooperativa Mista dos Odontólogos do Ceará, tendo, nesse ato, sido eleita e empossada a sua primeira Diretoria com a seguinte constituição:

Diretor Presidente Francisco Wilson de Vasconcelos Dias.

Diretor Comercial Lourival Lima de Aguiar.

Diretor Secretário José Mário Mendes Mamede.

Diretores Edson de Lima Gomes.

 Francisco George Barros Leal.

De início, os artigos ofertados aos associados eram acomodados numa estante no consultório do dr. Lourival.

Em seguida, a Cooperativa instalou-se numa sala do 1º andar do Edifício Torres, situado à Rua Major Facundo nº 601, tendo, em 1953, passado a ocupar um amplo salão localizado na Rua Pedro Borges, 227 – altos.

O período inicial foi muito árduo, não somente pela exiguidade de recursos financeiros, como também pelo receio demonstrado por algumas das grandes empresas do setor odontológico em fornecer para a novel entidade.

A SSWHITE, por exemplo, só admitiu atender os pedidos feitos pela Cooperativa, quando constatou que, sem vender para a Cooperativa, eliminava o mercado do Ceará do fornecimento dos artigos por ela produzidos, porquanto a cooperativa vendia mais artigos odontológicos de consumo do que as três casas dessa mercadoria existentes em Fortaleza.

Após três anos de atuação, apesar do diminuto capital impedir de comerciar equipamentos, a cooperativa firmou-se e atingiu tal volume de vendas de material de consumo que superava o total vendido pelas organizações concorrentes.

Exerciu o cargo de diretor-secretário durante 12 anos (1964 a 1966) e, anualmente, em junho, substituía o diretor comercial, o colega Caubi Batista Lima, ocasião em que viajava ao Rio e São Paulo para manter contato com os fornecedores.

Quando o diretor comercial se afastou do cargo, tive que assumir, uma vez que Estatuto previa que o diretor secretário era o substituto do diretor comercial. Caso não assumisse, deveria ser convocada uma assembleia extraordinária, fato que seria prejudicial à Entidade, pois o colega Caubi era bastante identificado com o mercado fornecedor.

Viajei ao Rio de Janeiro e a São Paulo e, na oportunidade, visitei 22 firmas fornecedoras. Apesar de não dispor de tempo para assumir o cargo de diretor comercial, informei aos dirigentes dessas firmas que eu substituiria o dr. Caubi.

Ao regressar, reuni-me com o colega Francisco Wilson de Vasconcelos Dias e examinamos nomes de colegas que reunissem condições de assumir a Direção comercial da Cooperativa. Dentre os pensados, destacou-se o do colega Elmar Brígido e Silva que sendo convidado, concordou.

Na assembleia geral ordinária foi indicado o colega Elmar Brígido e Silva para o cargo de diretor comercial, tendo sido aprovado, por unanimidade. Permaneci no cargo de diretor secretário por mais dois anos

Outras diretorias nos sucederam, porém o panorama mudou bastante, pois, além de terem surgido outros concorrentes, a categoria, não entendendo o valor que a Cooperativa representava para a Odontologia cearense, deixou de prestar o imprescindível apoio a esse patrimônio.

A situação agravou-se ao ponto de, após 43 anos de excelentes serviços prestados à Odontologia cearense, ser inviabilizado o prosseguimento da sua atividade.

Uma assembleia geral extraordinária foi convocada, para, de conformidade com o que estabelece o inciso do artigo 31 dos Estatutos, promover sua dissolução e nomeação do liquidante.

Referida assembleia funcionou em 3ª convocação, às 20 horas do dia 24 de março de 1994, na sede da Academia Cearense de Odontologia, tendo sido nomeado liquidante o cirurgião-dentista Francisco Barreto de Carvalho, que exercia o cargo de diretor comercial daquela Entidade.

Campanha de Saúde da Boca 22 a 28 de novembro de 1959

Em 1959, para um mandato de um ano, foram eleitos João Nunes Pinheiro e José Dilson Vasconcelos de Menezes, presidente e vice-presidente do Centro Odontológico Cearense, atual Associação Brasileira de Odontologia – Seção do Ceará.

Nessa gestão, além da promoção de 20 conferências proferidas por cirurgiões-dentistas ou médicos, locais ou de outros estados brasileiros, de três cursos de atualização e demonstradores enviados a cidades interioranas para ministrar cursos e conferências, foi realizada a I Campanha de Saúde da Boca.

Excedendo as mais otimistas previsões, de 22 a 28 de novembro de 1959, realizou-se essa campanha, objetivando, primordialmente, levar ao público noções de saúde e de prevenção das principais afecções de localização bucal.

Foram instalados, para atendimento ao público infantil, dois postos de aplicação tópica do flúor (Técnica de Knutson): na sede do Centro Odontológico Cearense, à rua Barão do Rio Branco, 828, coordenado pelo prof. José Dilson Vasconcelos de Menezes, e na Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade do Ceará, sob a responsabilidade do Centro de Estudos da Faculdade de Farmácia e Odontologia. Em ambos colaboraram, ativamente, cirurgiões-dentistas e estudantes de Odontologia.

Num salão localizado na parte sul da Praça do Ferreira, foi instalada uma exposição de cartazes alusivos às alterações que ocorrem no periodonto, coordenado pelo Dr. Jaciné Cibrack de Oliveira, que transmitia informações acerca da prevenção e tratamento das doenças periodontais.

Essa exposição foi entregue ao público pelo deputado Almir Pinto, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, declarando, nesse ato, o início da I Campanha de Saúde da Boca.

Palestras diárias foram proferidas por cirurgiões-dentistas, nas emissoras de rádio locais, focalizando aspectos preventivos e curativos das doenças que incidem no meio bucal.

A sessão solene de encerramento da campanha ocorreu na sede do Centro Odontológico Cearense, no dia 28 de novembro de 1959, tendo discursado, na ocasião, o governador Parsifal Barroso, de cuja oração destaco dois trechos:

“Durante o tempo em que desenvolvestes a vossa Campanha realizastes obra de Estado, como se supristes a deficiência governamental.

Comecei declarando que, na minha consciência essa palavra final de louvor às vossas virtudes públicas, ao vosso patriotismo, ao vosso idealismo, enfim, era para mim apenas a prestação de um simples dever de justiça, e não uma palavra de protocolo que aqui viesse pronunciar apenas para coroar, como a mais alta autoridade do Estado, a vossa Campanha celebrada com o melhor êxito na nossa Capital.”

Semana Branca

O vereador e cirurgião-dentista José Barbosa Porto encaminhou, em 6 de novembro de 2017, à Câmara Municipal de Fortaleza, projeto de lei instituindo a Semana Branca, a ser incluída no Calendário de Eventos do Município de Fortaleza.

No mencionado projeto de lei foram detalhadas as ações, atividades e programas de Odontologia Comunitária a serem levados a efeito na nossa cidade.

Após aprovado pelo plenário, o texto foi enviado à sanção do prefeito Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra, oficializando, assim, a Semana Branca – uma semana dedicada à promoção de Saúde Bucal com atuação em diversos locais de Fortaleza.

A Semana Branca, prevista na Lei Nº 010666, de 2 de janeiro de 2018, estabelece que será realizada, anualmente, na semana em que incidir o dia 22 de setembro, campanha de orientação da população, em locais públicos, a cargo de professores e alunos do Curso de Odontologia da Universidade Federal do Ceará, bem como profissionais que se voluntariassem.

Quando da apresentação dos textos legais que instituíram a Semana Branca na Academia Cearense de Odontologia, os acadêmicos daquele Sodalício manifestaram-se favoravelmente, elogiando as atuações do companheiro Portinho e do prefeito, médico Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra, concretizadas na realização de valioso benefício a ser prestado à população fortalezense.

I Semana Odontológica do Cariri

Revendo as publicações alusivas a eventos científicos, constatei que há diversas reuniões tratando de temas profissionais realizadas na região caririense com a denominação de I Semana.

Há, todavia, uma em particular, que merece ser lembrada.

Em 1961, João Hildo de Carvalho Furtado presidia o Centro Odontológico Cearense e eu exercia a Vice-Presidência.

A Diretoria da entidade resolveu promover um grande evento científico na região caririense e confiou-me a tarefa de planejar a execução.

Competia-me a escolha dos temas, convidar os apresentadores e debatedores, fazer a montagem do programa a ser cumprido e designar uma comissão composta por colegas residentes no Crato para que adotassem as medidas de âmbito local, visando ao bom desenvolvimento do certame.

Elaborei uma programação integrada por

- Três temas oficiais: Prótese Amovível - Franco e Benito; dentística restauradora - João Nunes e Jaciné; Odontologia Social – Dilson e Wilson.
- Quatro cursos: Cirurgia - Sérvulo; Cirurgia Pré-Protética -João Hildo; Dentística Restauradora – Iran; Prótese Fixa – Benito.
- Temário livre.

Formulei os convites a cirurgiões-dentistas capacitados.

Por final, convidei três colegas residentes no Crato para integrarem a Comissão Executiva:

- Joaquim Citó Feitosa - presidente
- Jurandir Tavares Neves – secretário
- Derval Peixoto – tesoureiro

Ampla divulgação foi promovida, esclarecendo que o Centro Odontológico Cearense contrataria um ônibus para transportar os ministradores. Os colegas que desejassem participar do evento deveriam proceder à inscrição na Cooperativa dos Odontólogos do Ceará.

Quando tudo estava decorrendo normalmente, dentro do que fora planejado, ocorreu a renúncia do presidente Jânio Quadros e parte do Exército não concordava com a posse do vice-presidente João Goulart, eleito, constitucionalmente, por maioria de votos. Naquela ocasião, ele se encontrava na China em missão oficial. O ambiente político ficou tão tenso que foi cogitado até o impedimento do seu retorno ao Brasil.

Como havia uma parte do Exército discordante, houve uma acomodação, mediante algumas concessões, sendo a mais importante a implantação do Parlamentarismo. O golpe foi apenas adiado para 1964.

Adiei minha ida, via aérea, do dia 1º para o dia 2 quando o ambiente era menos tenso e o ônibus seguiu com os participantes no dia 3 como estava acertado.

A I Semana Odontológica do Cariri constituiu-se um grande sucesso, tendo o professor Ailton Gondim Lóssio, diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade do Ceará, que havia participado do evento, transmitido aos responsáveis pelo certame os mais entusiásticos elogios.

Primeiros Passos do Conselho Regional de Odontologia do Ceará

Nos anos 1950, considerável número de cirurgiões-dentistas concentrava esforços em ações de combate ao exercício de ações odontológicas por pessoas não habilitadas profissionalmente.

Outro contingente, por outro lado, objetivando a valorização da Odontologia, pugnava pela instituição de uma entidade normativa e fiscalizadora da ética profissional.

Nessa linha de pensamento, o Conselho Deliberativo da União Odontológica Brasileira – UOB, antecessora da Associação Brasileira do Odontologia – ABO, reunido em janeiro de 1957, em Fortaleza, quando da realização do VI Congresso Odontológico Brasileiro, aprovou o Código de Ética Profissional da UOB. Referido documento não possuía caráter punitivo, entretanto, alertava a categoria odontológica quanto à observância de preceitos éticos no exercício da profissão.

O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia foram instituídos em 14 de abril de 1964, em cumprimento à Lei Nº 4324.

Os cirurgiões-dentistas indicados pela Federação Nacional dos Odontologistas para compor a primeira Diretoria Provisória do Conselho Federal de Odontologia reuniram-se no Rio de Janeiro, no dia 30 de julho de 1965.

Em escrutínio secreto, elegeram a Diretoria Provisória, na seguinte disposição: Dilson Ávila Tomé – presidente; Plínio de Azevedo Marques – vice-presidente; Paulo Macedo – secretário-geral e Mário Barroso – tesoureiro.

Em 1966, essa Diretoria iniciou a tarefa de designar os nomes dos profissionais que deveriam integrar as diretorias dos conselhos regionais de Odontologia.

De início, foram contemplados os Estados da Guanabara, São Paulo, Amazonas, Minas Gerais, bem como o Distrito Federal.

No ano seguinte, foram indicados nomes para sete outros Estados, entre os quais os do Ceará.

A comunicação do fato ocorreu por meio do Ofício de Nº 142, do Presidente do Conselho Federal de Odontologia ao Presidente do Sindicato dos Odontologistas do Ceará.

Nesse documento, o Dr. Dilson Ávila Tomé relata ao Dr. Francisco Nogueira de Pontes:

“No dia 18 de fevereiro p.p. foram votados os membros Efetivos e Suplentes de mais 7 Estados, sendo que Mato Grosso e Ceará, pelas condições apresentadas, permitiu-nos escolher as suas Diretorias.”

Com indicação para o Ceará, foram designados:

MEMBROS EFETIVOS

- José Dilson Vasconcelos de Menezes – presidente
- Carlos Alberto Maciel – secretário
- Jonas Santana Ferreira – tesoureiro
- Francisco Wilson Vasconcelos Dias
- Jonas José da Silva

MEMBROS SUPLENTES

- Raimundo Nonato Ximenes
- Ananias Macedo

- Antônio de Andrade Bomfim
- Alan Cabral
- Pedro Teixeira Barroso

Recebendo a honrosa incumbência de coordenar a implantação, em caráter provisório, do Conselho Regional de Odontologia do Ceará (CRO-CE), deveria ser providenciada a inscrição dos cirurgiões-dentistas com exercício profissional no Estado do Ceará, e, numa etapa seguinte, promover a realização de uma eleição para submeter ao Conselho Federal os nomes integrantes de uma Diretoria definitiva.

Não foi de pequeno porte o volume das dificuldades a enfrentar. Além da ausência de recursos financeiros, a falta de compreensão por parte de grande contingente de cirurgiões-dentistas que mantinha, à época, como prioridade, pugnar pela extinção da prática de atos odontológicos por pessoas que não possuíam habilitação profissional.

Esse posicionamento semibelicoso, somado ao desconhecimento da imperiosa manutenção de uma atitude eticamente correta por parte do cirurgião-dentista, levava-os a raciocinar na ideia de que [...] *o Poder público além de não combater os “ilegais”, institui um órgão para nos fiscalizar [...]*

Constituímos a Cooperativa Mista dos Odontólogos do Ceará como sede provisória da nova Instituição, por considerarmos, que, além da sua favorável localização na Praça do Ferreira, em Fortaleza, contava com a frequência diária de cirurgiões-dentistas que naquele Estabelecimento adquiriam artigos de uso odontológico.

Por exercermos, à época, o cargo de secretário da mencionada Cooperativa, maior facilidade foi proporcionada ao trabalho da Diretoria então iniciante.

Assim, nos foi possível abordar os colegas, sem a necessidade de visitá-los nos consultórios, obtendo bom número de inscritos.

Em face de a Resolução CFO Nº 0001/67 consignar como 31 de dezembro de 1967 a data limite do término do mandato das diretorias provisórias, promovemos, em 22 de dezembro de 1967, a eleição para escolha da Diretoria a ser homologada pelo Conselho Federal.

Por não cultivarmos interesse por cargos ou funções diretivas, preferindo as tarefas de planejamento ou de assessoria, contatamos com o colega e excelente amigo João Nunes Pinheiro, convencendo-o de que ele seria a pessoa indicada para dirigir as ações do iniciante órgão fiscalizador da ética odontológica no nosso Estado.

Cumpridas todas as formalidades impostas, dentro do prazo estabelecido pela Resolução há pouco citada, no dia 22 de dezembro de 1967, realizou-se o pleito, tendo sido eleita a chapa única, encabeçada por João Nunes Pinheiro.

Havia, entretanto, uma Resolução Revogatória, Nº 12/67, de 9 de dezembro de 1967, que não chegara ao nosso conhecimento, prorrogando o mandato das diretorias dos colegiados regionais até 31 de março de 1968.

Assim, essa Resolução, além de anular a eleição procedida, ampliou até 31 de março de 1968 o mandato da Diretoria designada pelo Conselho Federal de Odontologia.

Em 21 de abril de 1968, o Conselho Federal de Odontologia, considerando a intenção manifestada pela categoria na eleição anteriormente invalidada, por meio da Resolução CFO Nº 18/68, nomeou, em caráter provisório, com mandato de 120 dias, a contar de 01 de abril de 1968, os cirurgiões-dentistas que integraram a chapa escolhida no pleito que fora tornado nulo.

MEMBROS EFETIVOS

- João Nunes Pinheiro – presidente
- Ananias Macedo – secretário
- Jonas Santana Ferreira – tesoureiro
- José Dilson Vasconcelos de Menezes
- Francisco Nogueira de Pontes

MEMBROS SUPLENTE

- Francisco Wilson Vasconcelos Dias
- Carlos Alberto Maciel
- Jaciné Cibrack de Oliveira
- Janival de Almeida Vieira
- Antônio Alves Franco

Após encerrar nossa atuação na Presidência, de 13.05.1967 a 31.03.1968, permanecemos servindo ao Conselho Regional de Odontologia do Ceará, no cargo de conselheiro, por cinco anos e seis meses.

Implantação do Curso de Odontologia da UNIFOR

Particpei da UNIFOR em duas oportunidades. Na primeira, por quatro anos, de 1971 a 1975.

Convidado pelo reitor, Antero Coelho Neto, integrei a equipe de aplicação do 1º exame vestibular. Após a sua conclusão, argumentando que gostaria de implantar o curso de Odontologia antes do de Medicina, o reitor me convidou a integrar a equipe da Instituição, vinculado ao Centro de Ciências da Saúde, no que concordei.

Em setembro de 1973, fui autorizado a iniciar o projeto do curso de Odontologia, que deveria se iniciar em 1974. Contando com a colaboração do professor Viliberto Cavalcante Porto, então Diretor do Centro de Ciências da Saúde, e do próprio reitor Antero Coelho Neto, concluí o trabalho no final do ano.

Tendo o chanceler Edson Queiroz adiado a implantação do curso para o ano seguinte, e novamente adiado em 1975, sendo que dessa vez sem previsão de nova data para iniciá-lo, solicitei meu afastamento da Instituição.

Dezoito anos depois, em dezembro de 1990, fui procurado pelo vice-reitor Carlos Batista, que me transmitiu um convite do chanceler Airton Queiroz para que eu elaborasse um projeto para um curso de Odontologia.

Em março de 1991, contando com a colaboração dos colegas Domingos Leitão Neto e Marcos José Fernandes de Oliveira, observando as disposições constantes do currículo mínimo aprovado pelo Conselho Federal de Educação, iniciei a elaboração de outro projeto para o Curso de Odontologia a ser implantado. Apre-

sentado aos conselhos de saúde nos âmbitos municipal, estadual e nacional, o projeto foi por todos aprovado.

O novo Curso de Odontologia, o segundo do Estado do Ceará, vez que existia apenas um, vinculado à Universidade Federal do Ceará e fundado em 1916, foi instalado no dia 10 de fevereiro de 1995.

A solenidade inaugural realizou-se no auditório da biblioteca da UNIFOR, tendo sido a mesa dirigente, presidida pelo chanceler Airton Queiroz, integrada por Dra. Yolanda Queiroz, Dr. Olympio Faissol Pinto e reitor Antônio Colaço Martins.

Após a minha exposição acerca do curso que então se instalava, usaram da palavra o almirante-médico e professor Ernani Vitorino Aboim – componente do Conselho Nacional de Saúde e relator do processo do curso naquele Colegiado e o Dr. Olympio Faissol Pinto, que proferiu a aula inaugural.

Exerci a coordenação do curso durante o 1º período letivo (95.1), ao término do qual solicitei afastamento do quadro docente da UNIFOR.

Uma comovedora homenagem me foi prestada pelos primeiros graduados, ao nominar de José Dilson Vasconcelos de Menezes a turma formada no 2º semestre de 1999.

No livro *Um Sonho de 23 Anos*, que lancei em 1999, relatei o trabalho desenvolvido nas duas oportunidades em que colaborei com a UNIFOR, inclusive os projetos do Curso de Odontologia elaborados nas duas ocasiões.

Programa de Reorientação da Assistência Odontológica

A unificação dos diversos institutos — IAPB, IAPC, IAPI, IAP-TEC no Instituto Nacional da Previdência Social — INAMPS - provocou muita dificuldade, tanto no atendimento aos previdenciários como no gerenciamento das ações de saúde de um modo geral.

Foi então elaborado o *Plano de Orientação da Assistência à Saúde no Âmbito da Previdência Social*.

A Odontologia expressava graves problemas acumulados dentro da estrutura previdenciária, agravados pela responsabilidade de trabalhar com uma população que, nos anos de 1980, aos 12 anos, exibia um índice CPO da ordem de 7,2.

Em 24 de novembro de 1982, o presidente do Instituto Nacional da Assistência Médica da Previdência Social, dr. Aloysio Salles da Fonseca, por meio da Portaria INAMPS/PR de nº855/82, instituiu uma Comissão, para, no prazo de 90 (noventa) dias, realizar estudos e propor a adoção de uma nova política de assistência odontológica por parte do INAMPS.

A Comissão, presidida pelo dr. Paulo da Silva Freire, coordenador de Assistência Odontológica, tinha a seguinte constituição: Alfredo Reis Viegas, da Universidade de São Paulo; Eugênio Vilaça Mendes, da Universidade de Minas Gerais; Edrízio Barbosa Pinto, da ABENO; Olympio Faissol Pinto, odontólogo; Solon de Magalhães Vianna; odontólogo; Waldir Viana das Neves, odontólogo; Mércio de Azevedo Pereira, Ministério da Saúde; Aldir Henrique Silva, Ministério da Saúde; Paulo Monteiro Freitas, Federação Nacional dos Odontologistas; Manoel Tompson de Araújo, Associação Brasileira de Odontologia; José Roberto Pontes, Sindicato dos Odontologistas

do Rio de Janeiro; Fernando de Souza Lapa, Conselho Federal de Odontologia; Sérgio Pereira, Secretaria de Educação do Distrito Federal; José Dilson Vasconcelos de Menezes, INAMPS/Ceará e Vitor Gomes Pinto, IPEA.

Após numerosas reuniões, o dr. Aloysio Salles Fonseca encaminhou ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, dr. Hélio Beltrão, o documento final sob o título *Assistência Odontológica no Âmbito da Previdência Social – Análise e Proposta de Reorientação*, destacando que esse documento mantém coerência com o plano básico “*Reorientação da Assistência à Saúde no âmbito da Previdência Social*”, tendo, entre os objetivos, estender a cobertura dos serviços odontológicos básicos a toda a população.

Nesse documento, o Dr. Aloysio de Salles Fonseca resume os pontos altos da proposta no que está sequentemente:

- Importância da equipe odontológica, que deve ser reforçada e ampliada.
- Estabelecimento de prioridades adaptadas às possibilidades institucionais.
- Recursos orçamentários próprios e específicos para assistência odontológica do INAMPS.
- Estabelecimento de convênios e esquemas de cogestão para programas com os Ministérios da Saúde, Educação, Interior, Secretarias de Saúde dos Estados e Municípios, entidades beneficentes e pias, sindicatos e organismos patronais, e, por fim, empresas ou profissionais privados, todos integrados na rede assistencial referida.
- Reconhecimento, nunca exagerado, da importância primordial das ações odontológicas preventivas.
- Papel fundamental de programas ou ações de combate à cárie dental, por meio de medidas de atenção particular à população infantil até os 12 anos.

- Implantação crescente de sistemas de trabalho mais econômicos e de cobertura mais ampla, como o tratamento incremental, a utilização de equipamentos não sofisticados e de fabricação nacional, e o emprego de auxiliares odontológicos devidamente treinados.
- Desenvolvimento de cursos intensivos de qualificação de pessoal de nível superior e médio, bem como treinamento continuado, vinculados a um plano de cargos e salários compatível com a dignidade da função correspondente.
- Adaptação do sistema de coleta e fornecimento de dados e informações em Odontologia, coerente com os itens anteriores.
- Estímulo à busca de recursos extraordinários ou extraorçamentários, junto outros órgãos como a FINEP, FIEPEC/Banco do Brasil, organismos internacionais e fundações estrangeiras, com vistas ao desenvolvimento e aplicação extensiva e mais rápida de técnicas e equipamentos simplificados para uso em Odontologia.

O ministro Hélio Beltrão, considerando, entre outros argumentos, que a proposta está em consonância com o plano de Reorientação da Assistência à Saúde no âmbito da Previdência Social e a relevância do problema, assinou e fez publicar a Portaria Nº 3.163, de 16 de maio de 1983, aprovando o Programa de Reorientação da Assistência Odontológica.

3 Pareceres Inusitados

1º PARECER

Em 6 de novembro de 1984, o deputado Elquisson Soares encaminhou à Câmara dos Deputados o projeto de lei de nº 4.670, dispendo sobre a habilitação e provisionamento de dentistas-práticos.

Na conformidade do mencionado texto, os dentistas-práticos que até 180 (cento e oitenta) dias da data da publicação da lei comprovassem a prática efetiva desta atividade por mais de 15 (quinze) anos, poderiam se habilitar para o exercício regular de atividades odontológicas simplificadas. Aqueles de mais de cinco anos e menos de quinze anos de atividade prática devidamente comprovada poderiam se habilitar para o exercício legal das atividades previstas nesta lei, por meio de programas de treinamento, especialmente criados pelo Poder Público em regiões ou áreas carentes de odontólogos.

Os dentistas-práticos amparados pelo disposto nesta Lei, seriam provisionados pelo Conselho Regional de Odontologia da respectiva jurisdição e licenciados pela autoridade ou órgão sanitário competente que fixará o local onde poderão exercer a profissão.

Na justificativa do projeto de lei, destacam-se três itens:

1. Argumenta que os profissionais da saúde se concentram nas grandes cidades.
2. Menciona que a China, com uma população dez vezes maior do que a do Brasil, tenta solucionar o problema da assistência médica à saúde bucal, preparando profissionais intermediários orientados no sentido de prestar atendimento básico às populações rurais e das cidades interioranas.

3. Por fim, enfatiza que “dar assistência à saúde é tarefa fundamental e intransferível do Governo.”

O presidente da Associação Brasileira de Ensino Odontológico encaminhou-me este projeto de lei com a solicitação para que emitisse um parecer acerca dele.

Parecer:

O quadro de saúde bucal do povo brasileiro é reconhecidamente contristador. Este fato tem sido proclamado e denunciado pala categoria odontológica em Encontros e Congressos que frequentemente ocorrem em todos os recantos do País.

O índice CPO (que representa o número de dentes cariados, perdidos e obturados) aos 12 anos, situa-se, há mais de dez anos, sem perspectiva de mudanças, em 7,2, elevando-se para 18,9 no grupo etário de 20 a 29 anos.

Estes números refletem, sem dúvida, grande insuficiência no atendimento odontológico que é prestado à população brasileira.

Somos um País de desdentados porque não são instituídas medidas preventivas de massa opondo barreira natural à cárie dentária, apesar da legislação prever a obrigatoriedade da fluoretação das águas de abastecimento público.

Com exceção do Programa de Reorientação da Assistência Odontológica, elaborado por comissão de especialistas e coordenada pelo diretor do departamento de odontologia do INAMPS, nada de significativo propuseram os diversos órgãos governamentais.

A odontologia brasileira atingiu elevados níveis de padrão técnico-científico, porém, paradoxalmente, ao povo não é assegurada a assistência a que tem direito, por inexistirem planos governamentais voltados para atender as camadas menos favorecidas.

O autor do presente projeto de lei proclama que a assistência odontológica é tarefa de governo, todavia, em flagrante contradição, ao invés de encaminhar a solução deste problema à área governamental, transfere-a, simploriamente, para a iniciativa privada mediante a legalização de empíricos que, à vez legalizados, continuariam a mutilar a população, através da prática indiscriminada de exodontias com o objetivo de confeccionar próteses totais.

É o nosso parecer.

José Dilson Vasconcelos de Menezes – CRO-CE 001
Professor de Deontologia e Odontologia Legal da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Ceará

2º PARECER

O presidente do Conselho Federal de Odontologia recebeu, em 28 de setembro de 1993, uma consulta do diretor do Hospital Geral de Brasília, sobre o exercício profissional por cirurgiões-dentistas portadores de HIV e em relação ao atendimento a pessoas aidéticas, consubstanciada em duas indagações.

- a) É permitido ao cirurgião-dentista portador de HIV exercer atividade clínica?
- b) Os pacientes portadores de HIV e pessoas aidéticas, num hospital, devem ser atendidos em consultório especial, isolado do corpo da clínica odontológica?

Em 9 de novembro de 1993, o presidente do Conselho Federal de Odontologia me encaminhou o presente processo solicitando que emitisse parecer acerca da consulta do diretor do Hospital Geral de Brasília.

Parecer:

Dirigi ao presidente do Conselho Federal de Odontologia, em 10 de dezembro de 1993, o seguinte parecer:

Considerando a primeira indagação:

A Declaração dos Direitos Fundamentais da Pessoa Portadora do Vírus da Aids, subscrita em Porto Alegre, em outubro de 1989, pela Rede Brasileira de Solidariedade, integrada por trinta e cinco Entidades que se dedicam a prestar apoio e assistência às pessoas portadoras de HIV, nos itens 9 e 10 destaca:

“9 – Todo portador do vírus tem direito de comunicar, apenas às pessoas que deseja, seu estado de saúde e o resultado de seus testes

10 - Todo portador do vírus tem direito à continuação de sua vida civil, profissional, sexual e afetiva. Nenhuma ação poderá restringir seus direitos”.

Dentro do espírito dessa Declaração, ao cirurgião-dentista, na condição de portador do vírus HIV ou aidético, deve ser assegurado o direito de comunicar o seu estado de saúde e o resultado dos seus testes, apenas às pessoas que desejar. Deve, outrossim, ser-lhe assegurado o direito à continuação da sua vida profissional, sem qualquer ação restritiva.

A Comissão Nacional de AIDS, órgão consultivo do governo americano, em 1992, recomendou que não deve existir qualquer norma que obrigue os profissionais de saúde infectados pelo HIV ou com AIDS, a revelar o fato.

Na mesma linha de pensamento, a publicação editada pelo Ministério da Saúde, em 1988 denominada AIDS – Recomendações Técnicas e Aspectos Éticos, dispõe:

Aquilo que pertence à esfera da intimidade de cada um de nós assim deve permanecer, a não ser que o titular não o deseje. O indivíduo infectado pelo HIV evidentemente não está excluído dessa proteção.

Baseado nesses documentos, a resposta ao 1º quesito é afirmativa, ou seja, o cirurgião-dentista portador de HIV pode exercer sua atividade clínica.

Considerando a segunda indagação.

Entendemos que, num estabelecimento hospitalar, o atendimento odontológico aos portadores de HIV e aos aidéticos deve ser prestado em instalações isoladas dos ambulatorios destinados ao público em geral pelas razões que enumeramos:

A discriminação decorrente do temor que inspira a doença e a carga de preconceito arraigado na sociedade, faz com que o paciente acometido por AIDS, pode ser vítima de reações hostis quando necessita, junto a dezenas de outros pacientes, aguardar, na mesma sala, o atendimento odontológico.

Por outro lado, decorrência da condição imuno-supressiva conferida pela AIDS, o atendimento ao paciente portador dessa síndrome deve ser evitado num ambulatorio que convive com pessoas que podem estar acometidas por diversas condições patológicas: resfriados, abscessos que devem ser drenados etc.

Além disso, o atendimento em local separado oferecerá maior segurança, vez que com pessoal auxiliar especialmente treinado, serão observadas no manuseio com o paciente na utilização de instrumentos e do material utilizados e no destino a ser dado aos mesmos.

É o nosso parecer.

José Dilson Vasconcelos de Menezes – CRO-CE 001
Professor de Deontologia e Odontologia Legal da Faculdade de
Odontologia da Universidade Federal do Ceará

3º PARECER

O presidente do Conselho Federal de Odontologia recebeu, no dia 28 de setembro de 1993, uma consulta do presidente do Con-

selho Regional de Tocantins, indagando acerca da competência do cirurgião-dentista para emitir atestado de óbito, tendo me solicitado parecer sobre o assunto.

Parecer:

A Lei Nº 5.081, de 24 de agosto de 1966, que rege o exercício da Odontologia em todo o Território Nacional, disciplina no seu artigo 6º a competência do cirurgião-dentista. No item III concede o direito de atestar, no setor de sua atividade profissional estados mórbidos e outros, inclusive para justificação de faltas ao trabalho.

No item seguinte consigna o direito de proceder à perícia odontológica legal em foro civil, criminal, trabalhista e em sede administrativa.

Em decorrência, na área penal ou criminal, o cirurgião-dentista pode atuar objetivando:

- Identificação no vivo ou em cadáver;
- Perícias de lesões corporais;
- Estimativa da idade;
- Perícia de manchas (sangue, saliva, colostro, mucosidade vaginal e esperma), e determinação da embriaguez alcoólica através do exame de saliva.

Quanto ao direito de atestar o óbito, todavia, não é facultado ao cirurgião-dentista.

É o nosso parecer.

José Dilson Vasconcelos de Menezes – CRO-CE 001
Professor de Deontologia e Odontologia Legal do Curso de
Odontologia da Universidade Federal do Ceará

Boia Clube

A Odontologia brasileira, tardiamente incluída entre as profissões de nível universitário, nos anos iniciais da segunda metade do século passado ainda apresentava um panorama bastante desolador.

Durante a formação profissional, constatava-se, entre outras deficiências, que a apresentação de aulas expositivas superava a carga horária destinada às atividades práticas e as bibliotecas das faculdades de Odontologia dispunham de exíguo número de textos para consulta.

As entidades que congregavam cirurgiões-dentistas, apesar de contarem com valorosos e dedicados dirigentes, eram, contudo, inexperientes por falta de intercâmbio com os centros mais adiantados. Um exemplo: quando da realização da 1ª Semana Odontológica do Ceará, de 26 de setembro a 4 de outubro de 1952, no Auditório da Fênix Caixerai.

Eu frequentava o último ano do Curso de Odontologia da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará quando tive a oportunidade de participar de um evento direcionado para temas odontológicos, o que gerou grande expectativa.

Como não estabeleceram o tempo disponível para cada apresentador, as conferências se alongavam desnecessariamente. Numa das reuniões, o professor Francisco Degni, prestigiado catedrático da Universidade de São Paulo, falou bastante tempo. Enquanto falava, um outro prestigiado professor, cochilava o tempo todo. Ao despertar, com os aplausos, solicitou a palavra e proferiu outra conferência elogiando a exposição feita pelo professor Degni.

Para um jovem que se preparava para ingressar no exercício profissional, essa não foi experiência agradável.

No campo editorial, revistas especializadas que surgiam, deixavam de circular após o primeiro ou segundo número. Os compêndios editados nos Estados Unidos, após dois anos, traduzidos para o espanhol, eram editados na Argentina por *El Ateneo*, possibilitando aos que, desejando progredir, estudar tanto as matérias básicas como os textos que tratavam de temas profissionais: prótese, dentística, cirurgia etc.

Um grupo de cinco ingressantes na Odontologia que possuíam, em comum, o desejo de progredir profissionalmente, passou a se reunir, aos sábados, em almoço no Restaurante Chez Pierre, na Praia de Iracema: Carlos Alberto Maciel, Edison de Lima Gomes, João Hildo de Carvalho Furtado, João Nunes Pinheiro e José Dilson Vasconcelos de Menezes.

Em virtude de as reuniões ocorrerem durante o almoço, o Grupo recebeu de um colega a jocosa denominação de Boia Clube.

Nessas ocasiões, eram comentadas notícias, algum artigo interessante, num intercâmbio em que a “troca de figurinhas” era por demais benéfica.

As discussões eram salutares e construtivas para os cinco membros da Confraria.

Assim prosseguiram e, ao final, quatro ingressaram no corpo docente da recém-constituída Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade do Ceará e o colega Maciel, convidado a integrar a Unidade Sanitária Aérea, foi posteriormente, nomeado para o Ministério da Saúde.

Atualmente, contemplando a foto dos integrantes do *Boia Clube* no meu ambiente de trabalho, invade-me a nostalgia. Quatro companheiros foram chamados pelo Pai para a morada definitiva, depois de realizarem elevada contribuição técnico-científica nos setores de educação e de saúde.

A mim restou a triste incumbência de fazer o necrológio dos três companheiros da Academia Cearense de Odontologia: João Nunes, João Hildo e Edison.

Quanto ao Maciel, tendo a Academia Cearense de Odontologia, em reconhecimento à sua vasta folha de serviços prestados a várias entidades odontológicas, concedeu-lhe o título de Acadêmico Honorário.

Tive oportunidade de transmitir-lhe a notícia dessa deliberação, porém, problemas de saúde o impediram de vir de Brasília para receber a homenagem.

Clínica de Especialidades Odontológicas

No dia 17 de março de 1973, o Dr. José Airton Borges apresentou Fortaleza com a inauguração da primeira Clínica Odontológica da cidade, localizada na Av. Padre Antônio Tomaz nº 650, cuja inscrição no Conselho Regional de Odontologia do Ceará é 001.

Após regressar de estágio de especialização no departamento de Prótese da Universidade de München - Alemanha, o Dr. José Airton Borges clinicou, inicialmente, em consultório no Palácio Progresso, quando, simultaneamente, se dedicou à edificação de uma Clínica Odontológica. O sonho acalentado, estimulado pelos amigos José Dilson Vasconcelos de Menezes e Antônio Alves Franco, concretizou-se.

A inauguração ocorreu prestigiada por grande número de convidados. O Bispo de Quixadá procedeu à benção das instalações, e a seguir, usaram da palavra o Prof. Ailton Lóssio, diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade Federal do Ceará, e o Dr. José Airton Borges.

Modernamente instalada, a Clínica, funcionando sob a direção do Dr. José Airton Borges contava com uma equipe de sete profissionais: José Dilson Vasconcelos de Menezes, Antônio Alves Franco, José de Souza Lima, Cleanto Pereira, Marcus Albuquerque e José Arruda Frota.

Além da excelência do tratamento dispensado à clientela, o Dr. José Airton Borges promovia cursos de atualização para profissionais que exerciam a especialidade de Prótese Dentária que, com frequência, o procuravam.

Objetivando melhor servir e ampliar o atendimento, o Diretor decidiu aumentar a área da Clínica. Crescimento e modernização decorrentes de excelente projeto realizado pelo arquiteto Neudson Braga.

De quatro consultórios iniciais, a CEO passou a 16, com a consequente ampliação do quadro de profissionais. Passaram a compor o corpo clínico: José Dilson Vasconcelos Menezes, José Aruda Frota, Tales de David Benevides, Carmelita Aboim Benevides, José Henrique Costa, Telma Maria Macedo Costa, Antônio Adamastor Corrêa Jr., Jorge Luiz Sá Nobre, Vanda Maria Maia de Souza, Laura Lúcia P. Nogueira, Hélio Parente Arrais, Fátima Lemos, Nilva Maria Carlos Henrique e Adriano Queiroz de Menezes.

Após o falecimento do Dr. José Airton Borges, a Clínica de Especialidades Odontológicas passou à direção do colega Eilton Piniheiro Cavalcante Jr.

Alguns profissionais constantes da relação há pouco citada, deixaram de atuar, outros, porém, passaram a integrar a equipe clínica, mantendo a CEO, todavia, o mesmo padrão de qualidade alcançado nos anos iniciais.

8ª Conferência Nacional de Saúde

A 8ª Conferência Nacional de Saúde foi convocada pelo Presidente José Sarney, por solicitação do Ministro da Saúde, Carlos Sant'Anna.

Realizou-se em Brasília, nas dependências do Ginásio de Esporte, no período de 17 a 21 de março de 1986.

Nesse local, ocorreram as mesas-redondas, painéis, assembleias, plenárias e grupos de trabalho.

Recorreu-se ao Ministério das Relações Exteriores para exibição de filmes e vídeos, tendo, outrossim, prestado apoio de infraestrutura e organização, na conformidade de convênio assinado com o Ministério da Saúde.

A Comissão Organizadora, nomeada pelo Ministério da Saúde, teve a presidência confiada ao Dr. Antônio Sergio da Silva Arouca, presidente da Fundação Oswaldo Cruz, tendo como secretário o Dr. Otávio Clementino de Oliveira e por tesoureira a Dra. Maria Salete de Lima.

A essa Comissão competia promover, coordenar e dirigir todas as atividades necessárias à realização da Conferência, além de elaborar o regimento e a programação a ser cumprida, submetendo-os à aprovação do Ministro da Saúde.

A 8ª Conferência Nacional de Saúde propôs, como filosofia de organização, que seja ampla, aberta, democrática, com larga participação dos segmentos da sociedade, entidades e organismos de classe, instituições e órgãos públicos que tiverem interesse no debate da saúde.

Para isso, estabeleceu que contaria com a participação de 1.000 delegados e tantos participantes não delegados que se interessassem.

Foi nomeado um Comitê Assessor, com a finalidade de dar apoio técnico, administrativo e político à Comissão Organizadora, integrado por técnicos do Ministério da Saúde, Ministério da Previdência e Assistência Social e Instituto Nacional da Assistência Médica e Previdência Social e algumas Secretarias de Saúde de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, com a coordenação em Brasília.

Antecedendo os trabalhos, foram realizadas pré-conferências em vários estados e municípios, debatendo e preparando subsídios para a 8ª Conferência.

A minha participação, com direito a voz e voto, decorreu da condição de representante da Associação Brasileira de Ensino Odontológico – ABENO.

PROGRAMAÇÃO

Dia 17	
8:00/10:30	Entrega de Credenciais
10:45	Cerimônia de abertura
12:00	Discursos: Ministro da Saúde Ministro da Previdência Representante da OMS/OPS Presidente da República
14:00/16:45	Conferência com debates “Democracia é Saúde”
17:00/18:00	Homenagens
18:00/20:00	Apresentação das sínteses das pré-conferências estaduais.

Dia 18	
8:00/12:00	Exposição com debates “Saúde como direito inerente à cidadania e à personalidade”.
14:00/19:00	Grupos de trabalho
20:30	Mostra de filmes com debates
Dia 19	
8:00 às 12:00	Exposição com debates “Reformulação do Sistema Nacional de Saúde”
14:00/19:00	Grupos de debates
20:30	Mostra de filmes e vídeos
Dia 20	
8:00/12:00	Exposição com debates “Financiamento do Setor”
14:00/18:00	Grupos de trabalho
20:00	Mesa-redonda “Constituinte e Saúde”
Dia 21	
8:00/12:00	Relatores Consolidação dos Três Temas Centrais Delegados e Participantes Relato de experiências Trabalhos e Comunicações relacionados com os temas centrais
14:00/18:00	Apresentação, Discussão e Aprovação do relatório final
19:00	Encerramento

O relatório final reflete uma discussão que, iniciada nas pré-conferências estaduais e municipais, culminou na 8ª Conferência Nacional de Saúde com a participação de mais de 4.000 pessoas, dentre as quais, 1000 delegados.

Esse processo materializou-se nos textos, debates, mesas-redondas, trabalhos de grupo e seus relatórios, originando um do-

cumento aprovado na plenária final que expressa as discussões realizadas durante três dias, nos 135 grupos de trabalho, sendo 38 de delegados e 97 de participantes.

Do Relatório Final, encerrando 21 páginas, destacam-se os itens.

1. As modificações necessárias ao setor saúde transcendem os limites de uma reforma administrativa e financeira. Exigem uma reformulação profunda, constituindo-se uma Reforma Sanitária.
2. Quanto ao novo Sistema Nacional de Saúde, se estatizado ou não, se de forma imediata ou progressiva. A proposta de estatização imediata foi recusada, havendo consenso sobre a necessidade de fortalecimento e expansão do setor público.
3. No que se refere a Saúde separada da Previdência, o entendimento majoritário foi o de que a Previdência Social deveria se responsabilizar pelas ações próprias de “seguro social” (pensões, aposentadorias e demais benefícios), enquanto, em relação à Saúde, no plano federal, deve ser instituído apenas um órgão, com características novas.
4. A reestruturação do Sistema Nacional de Saúde deve resultar de um Sistema Único de Saúde, institucionalmente separando saúde e previdência.
5. Para assegurar o direito à saúde a toda a população brasileira, é imprescindível a garantia de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre, soberana, democrática e popular.
6. A Constituição deve assegurar a todas as pessoas as condições fundamentais de uma existência digna, protegendo o acesso a emprego, educação, remuneração justa e propriedade da terra aos que nela trabalham.

1ª Conferência Nacional de Saúde Bucal

A 1ª Conferência Nacional de Saúde Bucal realizou-se na Universidade de Brasília, de 10 a 12 de outubro de 1986.

Com a efetivação das propostas da 8ª Conferência Nacional de Saúde, anteriormente realizada, surgiu a necessidade de serem debatidos temas específicos, entre os quais aqueles referentes à Saúde Bucal.

Na nova conjuntura democrática, observa-se maior participação dos cidadãos e dos seus órgãos representativos nas discussões dos grandes temas nacionais.

O momento era oportuno para uma profunda reflexão sobre a problemática da saúde bucal, como um direito e um serviço.

Em decorrência, seriam definidas as prioridades da área com suporte de um plano de trabalho coordenando políticas de amplo sentido social.

A saúde bucal se constitui matéria de grande amplitude, na medida em que envolve serviços públicos, empresas odontológicas, sindicatos, população organizada e técnicos da área.

O evento adquiriu caráter nacional, tornando indispensável a ampla participação dos diversos setores da sociedade.

A solução desses problemas exige um salto qualitativo, partindo da atenção individual para a atenção coletiva.

O Ministério da Saúde estabeleceu convênio com a Universidade de Brasília, tornando-a responsável pela organização, promoção e realização da 1ª Conferência Nacional de Saúde Bucal.

COMISSÃO ORGANIZADORA

- Volney Garrafa – Representando a Universidade de Brasília;
- Fabíola de Aguiar Nunes – Representando o Ministério da Saúde;
- Paulo da Silva Freire – Representando o Departamento de Odontologia do INAMPS;
- Fernando de Souza Lapa – Representando as entidades da classe odontológica (CFO – ABO Nacional e Federação Nacional dos Odontologistas);

COMITÊ ASSESSOR

- Edila Sinedino Maiorana – CRO – DF
- Eugênio Vilaça Mendes – OPS/OMS
- Paulo da Silva Freire – INAMPS
- Sérgio Pereira – Secretaria de Educação do DF
- Jovair Oliveira Arantes – Secretário de Saúde de Goiás
- Fabíola de Aguiar Nunes – Ministério da Saúde

PARTICIPANTES

A conferência terá participantes delegados, com direito a voz e voto e cirurgiões-dentistas e outros cidadãos interessados, com direito a voz.

Antecedendo a realização da 1ª Conferência Nacional de Saúde Bucal, ocorreram pré-conferências estaduais durante as quais seriam eleitos 1(um) delegado representando as entidades associativas estaduais (CRO, ABO e Sindicato) e outro(s) e 1(um) representante de cada dois mil cirurgiões-dentistas atuantes no Estado.

Além dos delegados eleitos nas pré-conferências, foram credenciados delegados, 1(um) para cada região administrativa da ABE-NO, num total de 6(seis), bem como, 6(seis) representando a Fundação SESP.

Cada Estado ou Território terá direito a 1(um) delegado representando a Secretaria Estadual de Saúde, além de 1(um) delegado representando as Secretarias Municipais de Saúde.

Ao Conselho Nacional dos Estudantes de Odontologia foram atribuídas 24 vagas de delegado.

TEMÁRIO

1. Saúde Bucal: Direito do Cidadão e Dever do Estado.
2. Situação atual da Saúde Bucal no Brasil.
3. Reformulação do Sistema Nacional de Saúde – Saúde Bucal no Sistema Único de Saúde.
4. Financiamento para saúde bucal.

PROGRAMAÇÃO

10 de outubro de 1986	
7:00 / 9:00	Inscrição de Delegados e Participantes
9:00 / 10:00	Abertura
10:00 / 10:30	Conferência introdutória
10:30 / 12:30	Painel sobre os temas 1 e 2
14:00 / 18:00	Trabalho dos grupos
11 de outubro de 1986	
8:30 / 12:00	Painel sobre os temas 3 e 4
14:00 / 18:00	Trabalho de grupos
12 de outubro de 1986	
8:00	Painel final. Conclusões e Moções Encerramento

Os relatores dos grupos de discussão reuniram-se diariamente a fim de estruturar o relatório preparatório contendo o resultado das discussões e propostas elaboradas. Esse relatório preliminar será colocado em discussão e votação na plenária geral, quando serão aprovadas as propostas contidas no relatório final.

Posteriormente será entregue à Presidência da Comissão Organizadora da 8ª Conferência Nacional de Saúde para encaminhamento às autoridades governamentais e à Assembleia Nacional Constituinte como subsídio para seus trabalhos.

CONCLUSÕES

1 – A saúde é um direito do cidadão e uma obrigação do Estado

Direito à saúde significa serem asseguradas pelo Estado condições dignas de vida e de acesso universal e igualitário das ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde em todos os seus níveis.

2 – Reforma Sanitária e Saúde Bucal

As últimas gerações de brasileiros apresentam, aos 18 anos, índice CPOD (cariados, perdidos e obturados) mais elevado do mundo. De 3 a 4 pessoas necessitam de prótese total aos 60 anos.

Uma série de princípios gerais deve ser levada em conta na reformulação do sistema nacional de saúde bucal.

3 – Institucionalização da Assistência Odontológica Integral

Na medida em que o Estado assume a saúde bucal, torna-se uma política de saúde bucal.

4 – Orçamento próprio para a assistência odontológica

5 – Descentralização das ações de saúde bucal

Distribuída no plano dos poderes administrativos do Município, do Estado e da Federação.

Mesa-Redonda Realizada Pela Comissão da Saúde da Câmara dos Deputados Sobre os Problemas da Odontologia

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado Fábio Fonseca, resolveu promover uma Mesa-Redonda sobre os problemas odontológicos, nos dias 25 e 26 de novembro de 1975.

Para tanto, oficiou às entidades odontológicas, solicitando que indicassem representantes para relatar os temas a serem debatidos:

- Conselho Federal de Odontologia
- Associação Brasileira de Odontologia
- Federação Brasileira de Odontologia
- Indústria Odontológica

Como apazado, a Mesa-Redonda instalou-se no Auditório Nereu Ramos, às 10 horas do dia 25 de novembro de 1975, tendo observado a seguinte programação:

Dia 25.11.75	
10:00	Abertura solene com a presença de autoridades convidadas.
11:00	Palestra do Dr. Jair de Oliveira Soares, Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul. Tema: Registro de Produtos Odontológicos do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia.
14:00	Palestra do Dr. Henrique Motilinsky – SP Tema: Interiorização do Cirurgião-Dentista.
15:00	Palestra do Dr. Joaquim Ottoni Junior -RJ Tema: Flúor e seu aspecto preventivo.

16:00	Palestra do Sr. Antônio Carlos Gomes -RJ Tema: Dificuldade de importação, principalmente de matéria-prima e produtos odontológicos determinados sem similar nacional e reclassificação de produtos odontológicos.
17:00	Palestra do sr. Aroldo Santiago – MG Tema: Posicionamento do mercado odontológico em função dos custos.
18:00	Palestra do Dr. Alberto Alexandrino Leite Linares – RJ Tema: Colocação de produtos odontológicos fabricados no País ou Importados, sem similar nacional em termos de interesse da Saúde Pública.
Dia 26.11.75	
08:00	Palestra do Dr. Jorge de Souza Lima – MG Tema: Problemas Sociais da Odontologia Brasileira.
09:00	Palestra do Dr. Francisco de Paula Guimarães – RJ Tema: Assistência Odontológica à População Urbana e Rural.
10:00	Palestra do Dr. Jairo Correia – SP Tema: A Ortodontia Preventiva em Saúde Pública.
11:00	Palestra do Dr. Domingos Padula -RJ Tema: Economia Dental.
14:00	Palestra do Dr. Januário Napolitano - SP Tema: A Odontologia e a Política Previdenciária de Saúde -Diagnóstico e Sugestões.
15:00	Palestra do Dr. Solon Magalhães Viana – DF Tema: A Odontologia no Planejamento do Setor Saúde.
16:00	Palestra do Prof. José Dilson Vasconcelos de Menezes – CE Tema: Conceituação e fiscalização do exercício profissional.
17:00	Palestra do Prof. Osmar Soares de Freitas – SP Tema: Código de Ética Odontológica.
18:00	Palestra do Prof. Ranilson de Amorim Alves – PE Tema: Lei nº 4.324, de 14.04.64 – Anteprojeto e sua reformulação.

REGULAMENTO

O conferencista terá 30 (trinta) minutos para apresentar a síntese da palestra, podendo distribuir cópias.

Cada perquiridor, previamente inscrito, poderá falar pelo prazo máximo de 3 (três) minutos, podendo a pergunta ser escrita ou oral.

O conferencista deverá se ater exclusivamente em responder à pergunta, concisa e sucintamente, não sendo permitido o diálogo.

Os perquisidores não poderão voltar a usar da palavra sobre o mesmo assunto.

A Comissão de Saúde, assim como a Associação Brasileira de Odontologia e a Federação Brasileira de Odontologia receberão as teses apresentadas pelos profissionais liberais e da indústria odontológica, para que elas sejam debatidas em seus respectivos órgãos; a síntese constará dos Anais.

As teses poderão ser rejeitadas pelos respectivos órgãos, desde que não alcancem objetivo social.

Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência da Comissão de Saúde.

Sala da Comissão de Saúde, em 21 de outubro de 1975.

Deputado Fábio Fonseca

Presidente

1º Congresso Cearense de Saúde

“A grande conquista do povo brasileiro agora, será, através da união, transformar essa conquista que é a Nova República, numa vitória maior, a conquista da decisão política. Sem isso, não merecemos a Nova República”. Palavras do Dr. Carlos Sant’Anna, Ministro da Saúde na abertura do 1º Congresso Cearense de Saúde.

O 1º Congresso Cearense de Saúde reuniu-se no auditório do Imperial Othon Palace Hotel, em Fortaleza, de 22 a 25 de maio de 1985.

Comissão Executiva

Presidente – Dr. Paulo Marcelo Martins Rodrigues

Vice – Presidente – Dr. Marco Penaforte

Secretaria – Dr. José Dilson Vasconcelos de Menezes

Dra. Maria Rodrigues da Conceição

Dra. Gloria Maria Wanderley Capelo

Dra. Virginia Hiromi Fukuda Viana

Tesoureira – Dra. Rosângela Albuquerque Ribeiro

Coordenador – Dr. Claudio Pereira

A instalação ocorreu às 20 horas do dia 22 de maio de 1985, com a Conferência *A Saúde na Nova República*, pronunciada pelo Dr. Carlos Sant’Anna, Ministro da Saúde.

Foi observada a seguinte programação:

Dia 23.05.85	
8:00	Depoimento de representantes da Comunidade sobre as condições de vida e saúde do povo cearense. Coordenador: Padre Paulo Pontes

<p>10:00</p>	<p>Condições de vida e saúde do povo cearense. Coordenador: Dr. Osmundo Rebouças – Secretário de Planejamento e Coordenação do Estado do Ceará.</p> <p>Expositores: Tema: Aspectos nutricionais do povo cearense Paulo Roberto Silva – Técnico do Banco do Nordeste do Brasil no Estado do Ceará.</p> <p>Tema: Educação e Lazer Dra. Luisa de Teodoro Viana – Professora da Universidade Federal do Ceará.</p> <p>Tema: Indicações de Saúde Dr. Marcelo Gurgel – Médico Sanitarista</p> <p>Tema: Habitação e Saneamento do povo cearense Dr. Júlio Carlos Silva Barbosa – Engenheiro Civil e Sanitarista</p>
<p>14:00</p>	<p>Projetos e Recursos destinados a Saúde Moderador: Dr. Walfrido Salmito Filho</p> <p>Expositores: Tema: Projeto Nordeste Dr. Braulio Sá Magalhães - Coordenador do Projeto Nordeste Dra. Querubina Bringel Olinda – Membro da Junta de Planejamento da Secretaria de Saúde do Ceará</p> <p>Tema: Enfoque da Saúde no Plano Estadual de Desenvolvimento (PLANED) Dr. Elias Geovani Boutala Salomão – Secretário de Saúde do Estado do Ceará</p>
<p>16:00</p>	<p>Gerência de Fiscalização dos Recursos de Saúde pela Comunidade. Grupos de Trabalho.</p>
<p>Dia 24.05.85</p>	
<p>08:00</p>	<p>Organização, Hierarquização e Integração dos serviços de saúde.</p> <p>Expositor: Dr. José Gomes Temporão</p> <p>Debatedores: Dr. Marco Antônio Penaforte – Médico Dr. José Lindenberg da Costa Lino – Médico Dra. Tereza Leite Carvalho – Técnica em Administração Dr. José Dilson Vasconcelos de Menezes – Cirurgião-Dentista</p>

10:00	<p>Ações de Saúde do Ceará</p> <p>Grupos de Trabalho</p> <p>Tema: Controle de Epidemias Coordenador: Dr. Joaquim Eduardo Alencar – Médico</p> <p>Tema: Assistência Primária de Saúde no Estado do Ceará Coordenadora: Dra. Míria Lavor – Assistente Social</p> <p>Tema: Assistência Ambulatorial no Interior Coordenador: Dr. Carlile Holanda Lavor – Médico</p> <p>Tema: Política de Medicamentos Coordenador: Carlos Bruno de Almeida Cunha – Prof. de Química Farmacêutica da USP</p> <p>Tema: Assistência Ambulatorial em Fortaleza Coordenadores: Tânia Fonteles Varela – Médica / Dr. Samuel Abranques – Médico</p> <p>Tema: Assistência Hospitalar no Ceará Coordenador: Dr. Manuel Carvalho Melo – Médico</p> <p>Tema: Saúde Bucal Coordenador: Dr. José Dilson Vasconcelos de Menezes – Cirurgião-Dentista</p>
14:00	<p>Democratização e Descentralização Financeira e Administrativa dos Serviços de Saúde.</p> <p>Conferencista: Deputado Federal Lúcio Alcântara</p>
16:00	<p>A questão salarial na área da saúde</p> <p>Grupos de Trabalho</p> <p>Participação: Dr. Roberto Schabo – Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro</p>
Dia 25.05.85	
08:00	<p>Participação da comunidade na promoção da saúde</p> <p>Debatedores: Representantes da comunidade cearense</p>
11:00	<p>Política de medicamentos</p> <p>Conferencista: Dr. Carlos Bruno de Almeida Cunha – Prof. de Química Farmacêutica da USP</p>
14:00	<p>Apresentação e discussão do relatório final</p>

Conclusões gerais do 1º Congresso Cearense de Saúde:

1ª A qualidade de vida e saúde do povo cearense desceu a níveis intoleráveis com a sobrevivência biológica e a própria dignidade humana.

2ª Essa situação resulta, primariamente, de uma política econômica voltada aos interesses do capital internacional e de uma pequena minoria de privilegiados brasileiros, que escraviza a Nação espoliando o fruto do seu trabalho.

3ª O desprezo secular manifesto para com o Ceará nas políticas de desenvolvimento dos diversos Governos Federais, agrava ainda mais o desamparo do seu povo. Os fenômenos naturais, secas e enchentes, que periodicamente castigam a região, são causas secundárias da miséria e atraso de sua população.

4ª A elevação dos padrões de saúde do povo implica necessariamente na promoção do homem cearense: garantia de trabalho e salário digno, alimentação adequada, educação comprometida com o progresso humano, moradia condigna, saneamento e lazer.

5ª A conquista do progresso social depende de modificações profundas na economia cearense, sobressaindo prioritariamente, as mudanças na estrutura agrária e nos mecanismos de produção agrícola “sine qua non” para a redenção do Estado.

6ª As modificações na estrutura política nacional, desejadas unanimemente pela sociedade brasileira e concretizadas simbolicamente no espírito democrático da Nova República, imaginada por Tancredo Neves, não passam de vagas esperanças para sociedade cearense, que permanece presa dos interesses egoístas de fechados grupos políticos, favorecedores do clientelismo político e do emprego sem critérios.

7ª A transformação da sociedade cearense passa obrigatoriamente pela mobilização e organização do conjunto social e por sua crescente participação nos processos de decisão política e administrativa.

8ª Os serviços de saúde no Ceará apresentam a maior crise da sua história expressa pela falência global das instituições de saúde, fruto da má gerência política nos negócios públicos e do desinteresse na promoção de saúde, fletindo-se na apatia e desencanto dos profissionais de saúde e no precário atendimento à população.

9ª A integração da comunidade cearense com os profissionais de saúde e sua participação conjunta na promoção das ações de saúde e na gerência e fiscalização de recursos financeiros, constitui-se em premissa fundamental para a reversão do processo de deterioração dos mecanismos de saúde.

10ª Os profissionais de saúde do Ceará, em comunhão com o seu povo comprometem-se a perseguir as transformações sociais, políticas econômicas e culturais imprescindíveis ao progresso e desenvolvimento social.

Diretório Central dos Estudantes Federação Acadêmica de Desportos do Ceará Jogos Universitários Brasileiros

Uma explicação

Apesar deste texto não tratar de História da Odontologia, achei por bem incluí-lo após os capítulos que compõem o livro *Gotas de História da Odontologia*, por duas razões: por se tratar de um acontecimento pouco divulgado e, em face de eu ter participado, com muito orgulho, há 69 anos, dessa realização, quando cursava Odontologia e exercia, na ocasião, o cargo de Secretário de Esportes do Diretório Acadêmico Raymundo Gomes.

Antes de ser instalada a Universidade do Ceará, em 25 de junho de 1955, sob a eficiente gestão do Magnífico Reitor Antônio Martins, havia o Diretório Central dos Estudantes congregando os alunos das seis Escolas de Ensino Superior existentes em Fortaleza.

Além de encontros festivos, coordenava o trote dos ingressantes nas Unidades de Ensino Superior, num verdadeiro Carnaval, realizado anualmente, na Praça do Ferreira, além de manter um campeonato de futebol disputado entre as equipes constituídas pelos alunos matriculados em Direito, Farmácia e Odontologia, Agronomia, Medicina, Ciências Econômicas e Filosofia

Em 1951, tendo Luciano Campos de Magalhães, à época cursando Agronomia, sido eleito presidente do Diretório Central dos Estudantes, teve a ideia de fundar a Federação Acadêmica de Desportos do Ceará - FADC.

Convidou os Secretários de Esportes dos Diretórios Acadêmicos das seis Escolas de Ensino Superior e expôs a sua ideia, tendo aprovação unânime.

Procedida à eleição da diretoria da novel entidade, constatou-se o seguinte resultado:

- Presidente - Rodrigo Otávio Correa Barbosa – Direito.
- Vice-Presidente - Antônio Mota Pontes -Medicina.
- 1º secretário - José Dilson Vasconcelos de Menezes – Farmácia e Odontologia.
- 2º secretário - Everardo Carvalho – Filosofia.
- 1º tesoureiro - José Markman – Agronomia.
- 2º tesoureiro - Greuze Weyne Rodrigues – Ciências Econômicas.

Uma vez constituída a Federação, cogitou-se na realização de um fato maior, o sonho de assegurar, pela primeira vez, a presença de uma representação cearense nos Jogos Universitários Brasileiros.

Dom Helder nos ensinava: *quando uma pessoa sonha, é um sonho, quando duas ou mais pessoas sonham, é realidade.*

Estava prevista a realização dos XI Jogos Universitários Brasileiros, em Belo Horizonte, de 3 de agosto a 6 de setembro de 1952, e a Diretoria da FADC se movimentou para comparecer a esses Jogos.

Com muita audácia, Rodrigo Otávio Correa Barbosa, presidente, e Antônio Mota Pontes, vice-presidente, dirigiram-se ao sr. João Gentil, presidente do Banco Frota Gentil, solicitando um empréstimo, no que foram atendidos.

Esse empréstimo seria saldado com os recursos provenientes de um bingo a ser realizado no Estádio Presidente Vargas, tendo como prêmio um automóvel Studbaker, adquirido em consignaçoão, exposto no Abrigo Central.

Com o empréstimo, foi assegurado o pagamento das despesas com transporte aéreo, bem como do material esportivo e agasalhos, assegurando a participação da delegação cearense nos XI Jogos Universitários realizados na data prevista.

A representação cearense integrada por atletas, dirigentes, um técnico de basquetebol e um médico, viajou para Belo Horizonte, pelo Loide Aéreo, com escala em Salvador, onde embarcou parte da Delegação Baiana.

Um fato pitoresco dos primórdios da aviação comercial, os passageiros desembarcaram em Salvador, foram encaminhados ao Restaurante, almoçaram, e, em seguida, retornaram ao avião para o prosseguimento do voo.

Em Belo Horizonte as delegações do Norte e do Nordeste foram alojadas num quartel da polícia cujo contingente fora transferido para o interior do Estado.

As refeições eram servidas num Restaurante do SESP, inaugurado pelo governador Juscelino Kubitschek de Oliveira, declarando que naquela semana serviria, exclusivamente, aos 1500 atletas universitários de todo o País. Como propaganda à Presidência da República, foi excelente.

A FADC, na sua primeira participação, não retornou com vitórias. Apenas, no futebol, obteve uma vitória de 6X3 sobre Sergipe, tendo, na final, a seleção sido eliminada pela poderosa equipe de São Paulo.

Resumo do Curriculum Vitae de José Dilson Vasconcelos de Menezes

O Professor José Dilson Vasconcelos de Menezes graduou-se em Odontologia em 1952, na faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará.

MAGISTÉRIO

Atuou no magistério por 50 anos (1956-2006):

- De 1956 a 1990 no Curso de Odontologia da Universidade Federal do Ceará.
- De 1991 a 1995 planejou e implantou o Curso de Odontologia da Universidade de Fortaleza – Unifor, tendo coordenado durante o 1º semestre de 1995.

Lecionou Bioética e Ética e Legislação Odontológicas em 20 Cursos de especialização, de 1996 a 2006.

Elaborou o Projeto do Curso de Odontologia das Faculdades Integradas da Região Tocantina, em Imperatriz-MA, em 1998.

Vice Diretor do Centro de Ciências da Saúde de 1976 a 1980.

Coordenador do Programa de Apoio ao Pessoal da Saúde – PAPS.

Coordenador do Programa do Pessoal da Saúde – PPS.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Integrante da Comissão de Consultores de Odontologia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, tendo sido convocado em NOV/1977, DEZ/1979, NOV/1980 e DEZ/1981 para avaliação de mestrados.

Membro da Comissão de Especialistas em Ensino de Odontologia da Secretaria do Ensino Superior, de 1979 a 1981.

Membro da Comissão instituída para sugerir critérios a serem observados na criação de cursos superiores na área da saúde, reunida de 15 a 22 de setembro de 1989.

Integrante da Comissão designada pela Secretaria de Educação Superior, em julho de 2000, para opinar sobre a solicitação de aumento de vagas encaminhada pela Faculdade de Odontologia João Prudente de Anápolis – GO.

ENTIDADES

Integrou os quadros dirigentes de oito Entidades Odontológicas:

- Cooperativa dos Odontólogos do Ceará
- Centro Odontológico Cearense
- Centro de Estudos dos Assistentes da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Ceará
- Associação Nordestina e Nortista de Ensino Odontológico - ANNENO
- Associação Brasileira de Ensino Odontológico – ABENO
- Associação dos Professores do Ensino Superior do Ceará - APESC
- Asociación Latinoamericana de Facultades De Odontologia
- Asociación Panamericana de Periodontologia

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Exerceu odontologia na Clínica privada de 1953 a 1988. Tendo obtido a 1ª colocação no Concurso para Dentista promovido pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes – IAPC, atendia na sede daquele Instituto.

Chefe da Clínica Odontológica do Hospital Geral de Fortaleza do INAMPS de 1969 a 1984.

Assessor da Coordenadoria Regional de Odontologia do INAMPS de 1984 a 1988.

Integrou a Comissão designada pelo Presidente do INAMPS; de cujo trabalho resultou o “Programa de Reorientação da Assistência Odontológica.

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ

Designado pelo Conselho Federal de Odontologia promoveu a implantação do Conselho Regional de Odontologia do Ceará, em 13 de maio de 1967.

Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Ceará de 13 de maio a 31 de dezembro de 1967.

Conselheiro Regional do Ceará de 10 de janeiro de 1968 a julho de 1974.

TAREFAS REALIZADAS POR DESIGNAÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

Juntamente com os doutores: Ailton Gondim Locio e João Nunes Pinheiro, fez parte da Comissão responsável pela elaboração do anteprojeto do Código de Ética Odontológica aprovado pela Resolução CFO 59/71, de 14 de abril de 1971.

Participou, em 1989, juntamente com os professores Armando Hermes Ribeiro Samico (UFPE) e Moacyr da Silva (USP), da elaboração do livro **Aspectos Éticos e Legais do Exercício da Odontologia**, publicado em 2 edições pelo Conselho Federal de Odontologia e distribuído, pelo mencionado Conselho, com os 150.000 Cirurgiões Dentistas então em atividade.

Integrou a Comissão Examinadora do Concurso para candidatos à inscrição no Conselho Federal de Odontologia na especialidade de Odontologia Legal, em Brasília, de 5 a 7 de junho de 1986.

A convite do Conselho Federal de Odontologia participou da XXVII Reunião do Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Sul, ocorrido de 29 de junho a 03 de julho de 1972, em Porto Alegre - RS, quando expôs o tema Código de Ética Odontológica.

Participou do 1º Seminário dos Conselhos de Odontologia, promovido pelo Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco, de 21 a 24 de julho de 1972, em Recife – PE, tendo secretariado os trabalhos do Tema III.

Ministrou o tema Responsabilidade Profissional no Curso de Ética Profissional promovido pelo Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco, no dia 25 de julho de 1972, em Recife - PE.

Ministrou Curso de Ética Odontológica promovido pelo Conselho Regional de Odontologia do Maranhão de 15 a 20 de maio de 1975 em São Luiz - MA.

Integrando a representação do Conselho Federal de Odontologia, participou da Mesa Redonda promovida pela Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados nos dias 25 e 26 de novembro de 1975, quando relatou o tema “Conceituação e Fiscalização do Exercício Profissional”, em Brasília – DF.

Sob os auspícios do Conselho Federal de Odontologia e do Conselho Regional de Odontologia de Goiás, ministrou de 27 a 29 de novembro de 1975, um curso sobre Ética e Legislação Odontológicas para Cirurgiões-Dentistas.

Presidiu a Comissão Coordenadora do 1º Seminário Cearense de Ética Odontológica promovido pelo Conselho Regional de Odontologia do Ceará, de 05 a 07 de junho de 1986, em Fortaleza – CE, no qual relatou o tema: Responsabilidade Profissional.

Convidado pelo Conselho Federal de Odontologia, participou do Fórum de Debates sobre Ética Profissional promovido pelo mencionado Conselho no dia 20 de julho de 1989, no Rio de Janeiro – RJ.

Convidado pelo Conselho Federal de Odontologia, participou da I Conferência Nacional de Ética Odontológica realizada em Vitória – ES de 21 a 23 de junho de 1991.

Expositor do Tema “Exercício e Anúncio das Especialidades” na Assembléia Preparatória à I Assembléia Nacional de Especialidades Odontológicas no dia 09 de janeiro de 1992, em Fortaleza – CE.

Designado pelo Conselho Federal de Odontologia através da Portaria CFO – 19, de 30 de janeiro de 1992, participou das Assembléias Preparatórias à I Assembléia Nacional de Especialidades Odontológicas, realizadas em Belém – PA, no dia 19 de fevereiro de 1992 e Macapá – AP, nos dias 20 e 21 de fevereiro de 1992.

Relator do 2º Encontro Nacional de Técnicos em Higiene Dental da 2ª Conferência Nacional das Profissões Auxiliares em Odontologia, promovida pelo Conselho Federal de Odontologia, de 07 a 10 de fevereiro de 1993, em Niterói – RJ, conforme portaria CFO – 171, de 26 de novembro de 1992.

Proferiu conferências sobre Ética Odontológica na X Semana Odontológica Prof. Luiz Gonzaga Burity, promovida pelo Conselho Regional da Paraíba e Conselho Federal de Odontologia em João Pessoa no dia 25 de outubro de 1993 e Campina Grande no dia 26 de outubro de 1993.

Emitiu parecer sobre “Exercício Profissional dos Cirurgiões – Dentistas portadores de HIV e atendimento a aids” solicitado pelo Conselho Federal de Odontologia (Ofício de agradecimento OF CFO – 31, de 04 de janeiro de 1994).

Convidado pelo Conselho Regional de Odontologia do Maranhão, pronunciou uma conferência sobre Ética, durante o II Con-

gresso de Odontologia do Maranhão realizado de 25 a 29 de junho de 1994, em São Luiz – MA.

Relatou o tema “Ética e Fiscalização do Exercício Profissional” no Seminário sobre Fiscalização do Exercício da Odontologia promovido pelo Conselho Regional de Goiás no dia 29 de setembro de 1995, em Goiânia – GO.

Convidado pelo Conselho Federal de Odontologia participou do Fórum Fiscalização do Exercício Profissional da Odontologia promovido pelo Conselho Federal de Odontologia e Conselho Regional de Odontologia de São Paulo, de 02 a 05 de novembro de 1995 em São Paulo – SP.

Participou do II Encontro dos Cirurgiões Dentistas da Micro Região de Picos patrocinado pelo Conselho Federal de Odontologia, realizado de 01 a 03 de dezembro de 1995 em Picos – PI, tendo pronunciado uma conferência sobre Responsabilidade Profissional.

Membro da Comissão para Revisão do Código de Processo Ético Odontológico constituída pela Portaria CFO – 75, de 20 de março de 1996.

Expôs o tema “Especialidades Reconhecidas” no Painel “Odontologia – Áreas de abrangências de suas especialidades” na Assembléia Preparatória à II Assembléia Nacional de Especialidades Odontológicas – II ANEO, promovida nos dias 25 e 26 de maio de 2001, pelo Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Norte em Natal – RN.

Representou a Academia Cearense de Odontologia na II Assembléia Nacional de Especialidades Odontológicas, promovida pelo Conselho Federal de Odontologia e Conselhos Regionais de Odontologia no período de 06 a 09 de setembro de 2001 em Manaus – AM.

PUBLICAÇÕES

Livros	8
Textos publicados em 3 Antologias	6
Plaquetas	7
Artigos	65

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS

Participante	234
Simposista ou Conferencista	138

PRINCIPAIS HONRARIAS

Diploma do Decênio conferido pelo Conselho Federal de Odontologia “em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Odontologia Brasileira”, em 14 de abril de 1974.

Medalha e Diploma de Honra ao Mérito Profissional Dr. Luiz César Pannaim, concedida pelo Sindicato dos Odontologistas de São Paulo, no dia 5 de dezembro de 1983.

Medalha comemorativa do centenário de instituição do ensino odontológico no Brasil, conferida pelo Sindicato dos Odontologistas de São Paulo em 25.10.1984.

Medalha de Honra ao Mérito Odontológico outorgada pelo Conselho Federal de Odontologia, no dia 23 de abril de 2003

Diploma de Mérito outorgado pela Associação Brasileira de Ensino Odontológico-ABENO, em 4 de agosto de 2006, durante a 41ª Reunião da ABENO, pelo transcurso do seu Jubileu de atividades magisteriais.

Título de Professor Emérito conferido pela Universidade Federal do Ceará, em 15 de março de 2007.

Diploma e Medalha Wilson de Vasconcelos Dias, concedidos pela Academia Cearense de Odontologia, em 19 de setembro de 2014.

Placa conferida pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará no transcurso do centenário da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará (1916-2016), “pelo elevado compromisso com a educação no Estado do Ceará”, no dia 12 de abril de 2016.

Homenagem prestada no dia 18 de maio de 2003, pelo Conselho Regional de Odontologia do Ceará, por ocasião da Comemoração do Jubileu dessa Entidade, “pelos trabalhos prestados a essa Entidade na condição de Presidente desta Autarquia no ano de 1967.”

Medalha de Mérito Odontológico Dr. Francisco de Sá Roriz conferida pela Câmara Municipal de Fortaleza, pelos relevantes serviços prestados na área odontológica no município de Fortaleza, em 29 de outubro de 2018.

Acadêmico Honorário da Academia Mineira de Odontologia, honraria conferida em Caxambu – Mg, no dia 28 setembro de 2019.

SITUAÇÃO ATUAL

Professor Adjunto (aposentado) e Professor Emérito da Universidade Federal do Ceará;

Acadêmico Emérito da Academia Brasileira de Odontologia;

Acadêmico Titular Fundador da Academia Cearense de Odontologia;

Acadêmico Honorário da Academia Mineira de Odontologia;

Acadêmico Benemérito da Academia Cearense de Veterinária e

1º Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Dentistas Escritores.

Apêndice

TEXTO DAS ORELHAS

José Dilson Vasconcelos de Menezes nasceu em Fortaleza-CE no dia 13 de abril de 1930. Primeiro filho do casal Demóstenes Gomes de Menezes e de Josita Vasconcelos de Menezes, devotos de São José: seu nome não poderia ser outro....

Iniciou seus estudos na Casa da Criança, passou pelos colégios Castelo e São José, concluindo no Liceu do Ceará.

Ingressou na faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará em 1950, graduando-se em 1952. Nessa época o curso tinha duração de 3 anos.

Em 1956, tendo obtido o primeiro lugar no concurso para dentistas no antigo I.A.P.C., foi convidado pelo Prof. Walfrido Teixeira Chagas para integrar o corpo docente da Cadeira de Clínica Odontológica Primeira Cadeira. Iniciava-se assim, uma carreira docente pautada na ética e que sempre propugnou por uma odontologia social e de qualidade.

Após exercer por 50 anos com amor e afinco o magistério, encerrou sua atividade docente em 2006, tendo recebido no ano seguinte o título de Professor Emérito pela UFC.

Inúmeras foram suas participações locais, nacionais e internacionais em eventos que discutiram os rumos da Odontologia. Congressos, seminários, mesas-redondas, conferências, bancas examinadoras, pareceres e tudo mais que possa estar relacionado a discussão de diretrizes e rumos de uma profissão, o professor José Dilson esteve presente e foi voz ativa.

Contribuiu para a fundação, instalou, dirigiu e integrou diversas entidades da categoria odontológica no Ceará, no Brasil e na América Latina.

Paralela a exitosa carreira profissional, constituiu ao lado da sempre amada esposa Lenira, uma família alicerçada nos princípios da fé cristã formada por 5 filhos: Valeska, Dilson Jr., Alexandre (*In Memoriam*), Adriano e Vanessa.

Nesta obra literária, o autor, Inscrição nº 001 no CRO-CE, pesquisa com afinco fatos que antecederam sua chegada a Odontologia, abre seus densos manuscritos pessoais e recorre a sua privilegiada memória presenteando a categoria odontológica com um verdadeiro museu escrito. Registre-se que a maior parte dos fatos aqui relatados, o tiveram como principal protagonista ou foram por ele testemunhados!

Então não percamos mais tempo: mãos à obra, ou melhor, olhos à obra!

Visite nosso site:
www.imprensa.ufc.br



[Versão digital](#)

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará - UFC

Av. da Universidade, 2932 - Benfica

CEP.: 60020-181 - Fortaleza - Ceará - Brasil

Fone: (85) 3366.7485 / 7486

imprensa@proplad.ufc.br

*A*o ingressar na Academia Cearense de Odontologia, percebi a ausência de um legado necessário para a história da Odontologia cearense, pois, nesse sodalício, estavam os pares mais representativos da Ciência de Pierre Fauchard. Eles configuram profissionais que atuavam no exercício diário de suas atividades, buscando o aperfeiçoamento de suas especialidades e o engrandecimento da categoria odontológica.

Com este ícone da Odontologia cearense e brasileira, aprendi a dar os primeiros passos nas atividades didáticas, espelhando-me na Ética exercida por ele, bem assim me direcionando para ingressar na Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO), onde aprofundi o conhecimento sobre os fundamentos pedagógicos, dos quais ele, subliminarmente, nos imbuía, para utilizarmos na evolução do nosso mister profissional, com significativa contribuição para o seu desenvolvimento científico e tecnológico.

Prof. Dr. Manoel Perboyre Gomes Castelo
Prof. Adjunto IV da Faculdade de Odontologia da UFC
Presidente da Academia Cearense de Odontologia

*A*ssemelha-se consensual e parece manifesta a verdade segundo a qual todas as pessoas são peças da História, dispostas como suas testemunhas e, mormente, na qualidade de responsáveis por seu incremento e propagação veraz e à medida do tempo. É o que se configura neste livro-monumento, agora editado pela Universidade Federal do Ceará, *alma mater* do seu autor, Prof. José Dilson Vasconcelos de Menezes, *primus maxime paribus* do enredo histórico da Odontologia no Ceará e no Brasil.

A propósito, trago à colação, por adequado o ensejo, a ideia segundo a qual, dos escritos subsidiários da História, conforme se constitui em parte regular o ensaio sob nota, um dos mais relevantes é o texto de memória, de patente influência futura, por cujo intermédio o produtor cuida dos eventos que lhe dizem respeito ou pertencentes ao tempo que viveu, mormente se o protagonista contextualiza períodos e acontecimentos nos quais exerceu influência significativa. É assim, pois, que esse Acadêmico, de acreditação mundial – muito menos de memória do que em circunstâncias das quais foi partícipe - opera constantemente, ao assomar acontecimentos de alçada saliência, como procedeu neste livro – *Gotas de História da Odontologia* - peça de inconcussa estimação para o argumento narrativo da Ciência do dentista francês Pierre Fauchard.

Prof. Vianney Mesquita
Professor da UFC e membro-titular da Academia Cearense da Língua Portuguesa e Academia Brasileira de Literatura e Jornalismo.

ISBN 978-65-88492-71-0



9 786588 149271 0